



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
Mestrado em Ciências Sociais**

**EDCARLOS RIBEIRO BOMFIM**

**CIÊNCIAS SOCIAIS PRODUZIDAS EM E SOBRE MOÇAMBIQUE**

**Revisão crítica da literatura científica produzida no período da guerra de  
libertação e transição ao socialismo 1964 - 1990**

**CACHOEIRA – BAHIA**

**2020**

**EDCARLOS RIBEIRO BOMFIM**

**CIÊNCIAS SOCIAIS PRODUZIDAS EM E SOBRE MOÇAMBIQUE**

**Revisão crítica da literatura científica produzida no período da guerra de libertação e transição ao socialismo 1964 - 1990**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Diogo Valença de Azevedo Costa

**CACHOEIRA – BAHIA**

**2020**

---

B695c Bomfim, Edcarlos Ribeiro.

Ciências sociais produzidas em e sobre moçambique: revisão crítica da literatura científica produzida no período da guerra de libertação e transição ao socialismo 1964 - 1990 . / Edcarlos Ribeiro. Bomfim. Cachoeira, BA, 2022.

116f.

Orientador: Prof. Dr. Diogo Valença de Azevedo Costa

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, 2022.

1. Nacionalismo - África. 2. África – Condições sociais. 3. Moçambique – 1964-1990. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 960

---

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.

Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)  
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
Mestrado em Ciências Sociais

CIÊNCIAS SOCIAIS PRODUZIDAS EM E SOBRE MOÇAMBIQUE  
REVISÃO CRÍTICA DA LITERATURA CIENTÍFICA PRODUZIDA  
NO PERÍODO DA GUERRA DE LIBERTAÇÃO E TRANSIÇÃO AO  
SOCIALISMO 1964 - 1990


Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de  
Edcarlos Ribeiro Bomfim


Aprovada em: 27 de novembro de 2020

  
Dr. DIOGO VALENÇA DE AZEVEDO COSTA, UFRB

---

orientador

  
Dr. KABENGELE MUNANGA, USP  
Examinador Externo à Instituição

Dr. BASILELE MALOMALO, UNILAB   
Examinador Externo à Instituição

---

CACHOEIRA – BAHIA  
2020

## RESUMO

O presente trabalho consiste numa análise de parte da trajetória inicial do desenvolvimento das ciências sociais em Moçambique, compreendida entre os anos de 1964 e 1990. O recorte temporal foi assim delimitado porque marca o período da guerra de libertação nacional e de transição ao socialismo onde foram publicadas obras de fundamental importância para o contexto em que foram produzidas e tornaram-se clássicos para a compreensão das especificidades da realidade moçambicana e do desenvolvimento da modernidade colonial-capitalista em geral. Dessa maneira, o corpus de análise desta pesquisa é o livro “Lutar por Moçambique” escrito por Eduardo Mondlane e os números 1 até 8 da revista “Estudos Moçambicanos”, publicação do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. O método adotado foi a análise de discurso materialista dialético e histórico desenvolvido por Michel Pêcheux.

**Palavras-chave:** Moçambique – Ciências sociais – Nacionalismo - Colonialismo

## **ABSTRACT**

The present work consists of an analysis of part of the initial trajectory of the development of social sciences in Mozambique, between the years 1964 and 1990. The time frame was thus delimited because it marks the period of the national liberation war and the transition to socialism where they were published works of fundamental importance for the context in which they were produced and became classics for understanding the specificities of the Mozambican reality and the development of colonial-capitalist modernity in general. In this way, the corpus of analysis of this research is the book “Lutar por Moçambique” written by Eduardo Mondlane and numbers 1 to 8 of the magazine “Estudos Mozambicanos”, published by the Center for African Studies at Eduardo Mondlane University. The method adopted was the analysis of dialectical and historical materialist discourse developed by Michel Pêcheux.

Keywords: Mozambique - Social sciences - Nationalism – Colonialism

## **SUMÁRIO**

|                         |          |
|-------------------------|----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b> | <b>8</b> |
|-------------------------|----------|

### **CAPÍTULO 1**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>TEORIA E MÉTODO DA ANÁLISE DE DISCURSO: ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA UMA ANÁLISE .....</b> | <b>12</b> |
|--|-----------|

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1.1 - A escolha teórica da análise de discurso de Michel Pêcheux .....</b> | <b>12</b> |
|---|-----------|

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1.2 - Como o método da análise de discurso foi utilizado na leitura das obras em estudo? .....</b> | <b>17</b> |
|---|-----------|

### **CAPÍTULO 2**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>ETAPAS DA CONSTRUÇÃO DE UMA ANÁLISE DE DISCURSO: FORMAÇÃO DISCURSIVA .....</b> | <b>23</b> |
|---|-----------|

|   |           |
|---|-----------|
| <b>2.1 - Crítica epistemológica às ciências humanas colonialistas .....</b> | <b>23</b> |
|---|-----------|

|   |           |
|---|-----------|
| <b>2.2 - Crítica ao processo de colonização europeia sobre a África .....</b> | <b>29</b> |
|---|-----------|

|  |           |
|--|-----------|
| <b>2.3 - Caracterização da trajetória do movimento nacionalista no continente Africano .....</b> | <b>35</b> |
|--|-----------|

### **CAPÍTULO 3**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>A OBRA EM SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO .....</b> | <b>43</b> |
|---|-----------|

|   |           |
|---|-----------|
| <b>3.1 - Moçambique entre dominação e lutas .....</b> | <b>43</b> |
|---|-----------|

|   |           |
|---|-----------|
| <b>3.2 - Trajetória histórica, política e intelectual de Eduardo Mondlane .....</b> | <b>50</b> |
|---|-----------|

|  |           |
|--|-----------|
| <b>3.3 - Contribuições à compreensão crítica da colonização portuguesa e do movimento nacionalista em Moçambique .....</b> | <b>54</b> |
|--|-----------|

|   |           |
|---|-----------|
| <b>3.4 - Caracterização das condições de produção das publicações da revista Estudos Moçambicanos .....</b> | <b>68</b> |
|---|-----------|

|   |           |
|---|-----------|
| <b>3.5 - Descrição das edições em análise .....</b> | <b>76</b> |
|---|-----------|

|                        |            |
|------------------------|------------|
| <b>CONCLUSÃO .....</b> | <b>108</b> |
|------------------------|------------|

|   |            |
|---|------------|
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b> | <b>111</b> |
|---|------------|

## INTRODUÇÃO

A colonização foi um sistema de exploração econômica, dominação política e sujeição cultural imposto por algumas nações europeias nos continentes africano, americano e asiático (Munanga; Serrano, 1995). Os colonizadores falavam de uma “missão civilizadora”, o “fardo do homem branco”, como justificativa para tais ações, o que não passava de uma mentira. No continente africano a conquista colonial só se efetivaria de maneira mais sólida a partir do final do século XIX após a conferência de Berlim (1884-85). Nela foi realizado um acordo entre países colonizadores para partilhar entre si os territórios do continente a ser invadido numa tentativa de evitar conflitos entre eles mesmos.

Por toda a África houve resistências inversamente ao que afirmou por muito tempo, com o mito da incapacidade e passividade africanas, a historiografia colonialista. Mas, como sabemos, as resistências foram derrotadas inicialmente, ainda que não de maneira completa. Dessa maneira, a colonização criou dois grupos sociais antagônicos, o colonizador (que tinha o objetivo último de explorar para obterem riquezas pessoais e para as suas metrópoles) e os colonizados (aqueles que tiveram os seus territórios invadidos, perderam a sua autonomia tendo as suas dinâmicas e estruturas sociais alteradas para atender a interesses externos, sendo submetidos à exploração do seu trabalho e recursos naturais) havia também alguns grupos intermediários de relativa importância.

Entre os colonizados, toda a violência expressa na expropriação econômica, negação cultural e desumanização sobre a qual foram erguidas as estruturas sociais da colonização provocou revoltas e rejeições manifestadas de maneiras diversas que, após décadas, culminaram no processo de descolonização então coroado pelas independências (Munanga; Serrano, 1995). Podemos afirmar que os colonizadores nunca obtiveram um domínio absoluto como alguns acreditavam ou fizeram acreditar na historiografia oficial. Todo o período da colonização foi permeado por resistências, concretizadas por meio das manifestações artísticas, lutas abertas, guerras, sabotagens de plantações, produções industriais ou de linhas férreas, escritos literários ou jornalísticos, movimentos reivindicatórios, greves e até a migração, dentre outras.

Durante algum tempo circulou a ideia de que a descolonização foi uma mera concessão dos colonizadores que, talvez afetados por um arroubo de benevolência, tomaram tal atitude. Porém, basta uma observação mais atenta de todo o processo de luta



para refutar tais equívocos e falácias. Com isso, compreendemos que as independências foram conquistas dos povos africanos, alcançadas através de muito sacrifício e empenho extenuante, mesmo que elas tenham sido abaladas posteriormente pelo impacto das políticas neocoloniais.

Este é o contexto geral do período em que estavam inseridas as publicações em análise neste trabalho que é fruto de um projeto de pesquisa que propõe a realizar um estudo sobre a formação das ciências sociais em Moçambique no período de 1964 até 1990 através de uma revisão crítica da literatura científica da época. Para tanto, será realizado um estudo comparativo entre dois momentos distintos da história desse país: o período da guerra de libertação (1964 – 1974) e o período de transição ao socialismo (1977 – 1990). Este recorte foi escolhido porque é quando os cientistas sociais moçambicanos ou lá residentes passam a ter mais autonomia quanto ao domínio colonial. Dessa maneira, iniciam um intenso processo de transformações na produção dessas ciências.

No primeiro deles será analisada a obra *Lutar por Moçambique*, escrita por Eduardo Mondlane, sociólogo e primeiro presidente da FRELIMO (Frente Nacional de Libertação de Moçambique), que foi lançada em 1969 durante a guerra de libertação nacional encabeçada por essa organização. Obra que faz uma densa análise do processo da colonização portuguesa sobre Moçambique suas estruturas e dinâmicas. Por outro lado, também dá atenção às lutas dos moçambicanos contra a dominação colonial, com especial atenção à formação do nacionalismo e aos rumos da luta anticolonial.

O período que ficou conhecido como de “transição ao socialismo”, onde o povo moçambicano já havia alcançado sua independência do colonizador, é marcado principalmente pelo processo de institucionalização da construção da nação. E nesse contexto as ciências sociais também buscam alcançar essa qualidade. É fundada a primeira universidade moçambicana (Universidade Eduardo Mondlane) e nela o Centro de Estudos Africanos. Este centro é responsável pela publicação que compõe o *corpus* a ser analisado: a revista *Estudos Moçambicanos* (1983 – 1990, compreendendo um total de 8 números). Assim como o livro de Mondlane, esta publicação se debruça sobre temas voltados para a transformação social entendidos como demandas do povo moçambicano. Enquanto que para Mondlane o grande obstáculo para alcançar uma sociedade mais igualitária e menos injusta era a colonização portuguesa, para os/as pesquisadores/as do CEA que publicavam na E.M. o grande desafio era superar a dependência econômica da

sua vizinha África do Sul e da influência dos países imperialistas, destacadamente os E.U.A.

Sobre a importância das ciências sociais nesse contexto, Valença (2015) chama atenção para o fato de que ainda no período colonial já havia uma produção “científica” nesses parâmetros, porém esta se resumia a uma elaboração intelectual para compreender os povos que seriam colonizados e justificar os interesses políticos e econômicos da metrópole. Dessa maneira, as ciências sociais propriamente ditas só iniciariam o seu processo de surgimento com a luta anticolonial na década de 1960.

Valença considera *Lutar por Moçambique* “como primeiro esboço de análise sociológica mais sistemática da economia, cultura e sociedade moçambicanas” (VALENÇA, 2015). Ressalta ainda que, mesmo assumindo explicitamente uma posição na guerra anticolonial, o autor não negligencia critérios objetivos para análise da realidade social, sendo assim, é justo afirmar que é um marco na fundação das ciências sociais em Moçambique e que a sua meta de compreender a realidade para transformá-la também seria uma marca da produção científica no período pós-independência no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.

Com a conquista da independência e a ocupação do poder de Estado pela FRELIMO, as expectativas quanto à atuação dos cientistas sociais aumentam, pois o seu trabalho era considerado como uma importante ferramenta para a superação das marcas do colonialismo. E em função disso, a construção intelectual que fizeram supera a especialização, antes promovendo uma integração das áreas das ciências humanas.

Gentili (2012) destaca que a fundação do CEA em Maputo estava inspirada em outros centros de estudos africanos de países independentes no continente que, além das preocupações políticas, também se ocupavam em explicitar as especificidades do desenvolvimento histórico dessas sociedades e dos seus povos.

O referencial teórico metodológico utilizado para realizar essa tarefa foi a análise de discurso materialista histórico e dialético. Esta foi desenvolvida originalmente por Michel Pêcheux, a qual se mostrou adequada por se propor a observar a textualização do político. A análise de discurso *pechetiana* foi utilizada de acordo com alguns procedimentos metodológicos que estruturam esse trabalho. O primeiro deles é uma delimitação metodológico conceitual onde estabeleço os parâmetros básicos para a efetiva análise dos textos a qual estou nomeando de formação discursiva anticolonial, que por sua vez está estruturada em três pilares: crítica epistemológica, detalhamento do processo da colonização e reconstituição histórica do movimento nacionalista.

No segundo momento são apresentadas as condições de produção de discurso. Aqui é feita uma apresentação do contexto histórico moçambicano, um esboço biográfico de Eduardo Mondlane (o sujeito enunciativo do discurso) dando destaque ao seu processo de formação intelectual e política, além de uma caracterização do processo de constituição da Universidade Eduardo Mondlane e do seu Centro de Estudos Africanos responsável pela publicação da revista Estudos Moçambicanos. Por fim, é feita uma descrição crítica das obras em análise onde são destacados os seus principais elementos.

## **CAPITULO 1**

### **TEORIA E MÉTODO DA ANÁLISE DE DISCURSO: ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA UMA ANÁLISE**

Problematizar o método que fundamenta o presente trabalho de análise é necessário para não utilizá-lo de maneira ingênua, imprecisa ou como fórmula pronta que basta aplicar para obter um resultado mais ou menos previsível. Sendo assim, neste capítulo será feita uma discussão a cerca das referencias metodológicas/teóricas que subsidiam o presente trabalho. Dessa maneira, haverá uma breve introdução à teoria e método da análise de discurso materialista dialética e histórica. Este foi criado a partir de quatro pilares fundamentais que são: a linguística estruturalista, a psicanálise lacaniana, o marxismo althusseriano e a teoria do discurso.

Após este primeiro momento, seguirei para os procedimentos metodológicos propriamente ditos que consistem na construção da formação discursiva, a qual estou nomeando de formação discursiva anticolonial ou nacionalista africana; numa constituição das condições de produção do discurso, ou seja, contextualização histórico-social do momento em que os sujeitos elaboraram seus discursos e, por fim, uma descrição sintética das obras em análise.

#### **1.1 - A escolha teórica da análise de discurso de Michel Pêcheux**

Inaugurada por Michel Pêcheux, apresenta-se como adequada para explicitar as concepções ideológicas impressas na produção das ciências sociais entre as décadas de 1960 e 1980 em Moçambique marcadas pela perspectiva nacionalista. Não podemos perder de vista que o período em que foram produzidas as obras em questão foram ricas em conflitos políticos, tanto durante a guerra de libertação entre 1964 e 1974 quanto a transição ao socialismo, de 1977 a 1990. Concernente a isso, este capítulo tem o objetivo de estabelecer as bases conceituais metodológicas para abordar a produção discursiva das ciências sociais moçambicanas apresentando as definições de ideologia, discurso, sujeito, condições de produção e formação discursiva a partir da perspectiva já informada.

Na década de 1960, período em que teve início essa vertente da disciplina, Pêcheux a adotou devido ao seu interesse em aprofundar a compreensão da luta de classes naquela conjuntura histórica do continente europeu, mais especificamente a França, o seu país de origem. Para tanto, ele elaborou uma profunda crítica a algumas correntes teóricas em evidência naquele momento. Assim, debruçou-se sobre a linguística estruturalista de Saussure, a vertente lacaniana da psicanálise, o materialismo histórico e dialético de

acordo com as bases estabelecidas por Louis Althusser e também a teoria do discurso construída por Michel Foucault. É importante destacar que Pêcheux não estava preocupado apenas em refutar as teorias em vigência, mas buscava identificar os avanços produzidos fundamentando-se neles para elaborar a sua perspectiva metodológica e teórica.

Pêcheux buscou se afastar da noção de “língua” elaborada pelos estruturalistas que, tomando-a a partir das suas regras e funcionamento interno, define-a como um sistema autônomo que conformam uma estrutura derivando daí a produção de significados.

A perspectiva materialista histórica e dialética de Pêcheux está fundamentada na compreensão elaborada por Althusser sobre a obra de Marx. Althusser compreende que a teoria sobre a ideologia do autor alemão é uma reflexão sobre as particularidades da ideologia burguesa, que exprime uma posição de classe. Nesse sentido, compreendendo que a ideologia não é meramente ideias, mas que possuem materialidade, Althusser produziu uma teoria da ideologia em geral definindo-a como as representações imaginárias que os homens fazem das suas relações concretas. É nesse sentido que, para Pêcheux, a linguística se articula com o materialismo, já que compreende que a ideologia se materializa no discurso por meio da língua.

Dessa maneira, uma concepção de língua fechada em si mesma como a estruturalista não seria capaz de dar conta das questões colocadas. É dessa crítica que vai ser desenvolvida a teoria do discurso. Dessa ruptura abre-se a possibilidade para a entrada de elementos das discussões em torno da ideologia e do sujeito no âmbito das formulações.

A psicanálise lacaniana é o terceiro elemento que compõe o quadro teórico da análise de discurso. Lacan parte da descoberta do inconsciente feita por Freud, tendo alterado a compreensão do sujeito como senhor de si e, com isso, apresentando-o como cindido. O inconsciente, porém, era visto como um profundo mistério quase incompreensível. Lacan recorre ao estruturalismo linguístico para dar contribuições no desvelamento dessas questões definindo o inconsciente como estruturado pela linguagem, assim passa a ser compreendido como o “outro” no qual a relação com o consciente, o discurso, é constituído. Nesse sentido, para Lacan, está na linguagem a condição para a existência do inconsciente. Em síntese, são as compreensões de sujeito cindido e da estrutura linguística do inconsciente, formuladas por Lacan, que interessam a Pêcheux na sua análise de discurso.

Por fim, a contribuição de Foucault (1972) que entende o discurso como uma dispersão de enunciados onde é possível revelar regularidades por meio da arqueologia. Para este autor, o discurso pode formar “campos homogêneos de regularidades enunciativas, que caracterizam uma formação discursiva” (Foucault, 1972, p. 178). É dessa maneira que ele evita o uso de termos como: ideologia, ciência, teoria ou domínio de objetividade, pois os considera “palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás” (Foucault, 1972, p. 51).

Vemos que, para Foucault, é preciso distanciar-se da noção de ideologia. Para Pêcheux (1988), ao contrário, é a partir desta que se podem definir as características de um enunciado e a sua posição em uma formação discursiva. O enunciado e a formação discursiva não podem ser analisados separadamente.

Elencadas as referências e críticas de Pêcheux seguimos apresentando mais detalhadamente o seu conceito e elementos constituintes da análise de discurso. Começando pelo discurso que, para Pêcheux, é o lugar onde ocorre a relação entre a linguagem e a ideologia, sendo que o discurso se materializa na linguagem e a ideologia se manifesta pelo discurso e nessa complexa inter-relação, por meio da “análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação” (Orlandi, 2005, p.10). Assim, a análise de discurso possibilita compreensão do processo de significação das relações de poder visto que tem “como central a relação entre o simbólico e o político” (Orlandi, 2005, p.10). Ainda segundo a interpretação de Orlandi, a análise de discurso não deve ser utilizada como uma técnica de leitura de textos políticos, mas deve ser encarada como um “dispositivo que permite analisar a textualização do político” (Orlandi, 2005, p.10). Mais um elemento da interpretação de Orlandi sobre a análise de discurso é que ela considera que “a prática de leitura proposta por Pêcheux, que constitui propriamente a Análise de Discurso, expõe o olhar do leitor à opacidade (materialidade) do texto, objetivando a compreensão do que o sujeito diz em relação a outros dizeres, ao que ele não diz” (Orlandi, 2005, p.11).

Orlandi define o conceito de discurso como o efeito de sentido entre locutores. Afirma que “não se trata apenas de transmissão de informação, nem há linearidade na disposição dos elementos da comunicação” (Orlandi, 2010, p. 21), mas de um “complexo processo de formação de sujeitos e produção de sentidos” (Orlandi, 2010, p. 21), no qual não há uma separação estanque dos elementos que integram esse processo, ou seja, eles estão conjuntamente produzindo significado.

Existem dois recortes teóricos importantes para a Análise de Discurso. Um deles é a diferenciação entre fala e discurso sendo que a primeira é apenas uma ocorrência casual, assistemática e o segundo, apesar de ser semelhante, pode ser apreendido pela sua regularidade e funcionamento. O outro recorte é entre a língua e o discurso onde a língua é a “condição de possibilidade do discurso” (Orlandi, 2010, p. 22), entendendo que “nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos” (Orlandi, 2010, p. 22) mas que está, por sua vez, submetida a condicionantes histórico-sociais.

Além do afastamento da dicotomia saussuriana (língua/fala), Brandão (2011) destaca que o discurso é “o ponto de articulação entre os processos ideológicos e os fenômenos linguísticos” (Brandão, 2011, p. 11). Concordando com a ideia de que o discurso, constituído a partir de condicionamentos sociais, extrapola a função meramente comunicativa, a autora considera-o como um modo de produção (de sentidos) que não é neutro, inocente ou natural e, portanto, o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.

Para aprofundar a compreensão do conceito de discurso de Michel Pêcheux é importante retomar a crítica feita por ele à Michel Foucault. No texto, *Remontemos de Foucault a Spinoza*, Pêcheux defende que “não se pode fazer política sem tomar, simultaneamente, posição na luta de classes” (Pêcheux *apud* Gregolin, 2003, p.1). Com isso ele realçou as relações veladas de alguns campos teóricos com a política. Para Pêcheux, Foucault (com quem tinha profundas divergências, especialmente quanto à interpretação de Marx) estava associado à corrente revisionista. Com a concepção de que a forma de fazer política influencia diretamente a produção teórica, Pêcheux destaca que a negação da luta de classes por Foucault (para quem a sociedade é permeada por uma dinâmica de microfísica do poder que é muito mais complexa do que a concebida pelo marxismo, a luta de classes) o coloca no campo do reformismo com implicações na sua definição de discurso.

Pêcheux propõe então uma reinterpretação do conceito foucaultiano de formação discursiva, incorporando a este algumas categorias marxistas como a luta de classes e a ideologia, por exemplo. Isso altera a perspectiva de análise da relação entre o sujeito com a língua e a ideologia exaltando aspectos contraditórios aí contidos (a contradição entre o discurso dominante e o discurso dominado) revelando, dessa forma, que a ideologia não é monolítica.

Discordando de que Pêcheux retira de Foucault a noção de discurso, pois para ele essa ideia circulava em germe na *intelligentsia* francesa, Baronas escreve com o objetivo de identificar as aproximações e divergências entre Pêcheux e Foucault. Concentrando-se mais nestas que naquelas, o autor afirma que a definição de formação discursiva em Foucault está relacionada com sua análise da arqueologia do saber onde ele busca, através do método arqueológico, “compreender o funcionamento dos discursos que constituem as ciências humanas” (BARONAS, 2011, p.1), sendo que discurso significa “um conjunto de práticas discursivas que instauram os objetos sobre os quais enunciam, circunscrevem os conceitos, legitima os sujeitos enunciadore e fixam as estratégias sérias que rareiam os atos discursivos” (BARONAS, 2011, p.1). Objetiva-se também a descrição das condições de produção de tais enunciados que, para Foucault, entram em contato uns com os outros em relações de poder complexas e resultam no que denominou de formação discursiva “e é nesse sistema que internamente se produz um conjunto de regras as quais definem a identidade e o sentido dos enunciados que o constituem” (BARONAS, 2011, p.2).

Quanto a Pêcheux, Baronas destaca que ao criticar os linguistas estruturalistas e gerativistas, ele afirma que os elementos de ligação entre as significações de um texto e o seu contexto sócio histórico é central na constituição das significações, nesse sentido propõe a centralidade do discurso a partir de uma perspectiva do materialismo histórico. Com isso, Baronas destaca a distinção no conceito de formação discursiva entre os dois, sendo que para Foucault é “um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos (...), mas submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria, etc” (Baronas, 2011 p. 3), enquanto que em Pêcheux aparece como “aquilo que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada na conjuntura social” (Pêcheux apud Baronas, 2011, p. 3).

Mais detidamente sobre a concepção de discursos para os dois autores, Baronas afirma que enquanto para Foucault o discurso é essencialmente empírico, para Pêcheux ele está intrinsecamente relacionado com outros discursos possíveis, dessa forma extrapolando o meramente empírico.



## 1.2 - Como o método da análise de discurso foi utilizado na leitura das obras em estudo?

Feita essa reflexão sobre as bases conceituais da análise do discurso, passo a apresentar os elementos que delimitam os procedimentos desta modalidade de estudos. Nomeadamente serão: a caracterização das condições de produção, a conceituação de sujeito, ideologia e de formação discursiva.

Na análise de discurso *peuchetiana*, é fundamental compreender que os discursos são decorrentes de relações específicas em conjunturas dadas historicamente (Fuchs & Pêcheux, 1997). Essas são as condições de produção e são enunciados pelo sujeito, compreendido como resultante de processos de elaboração dos elementos de reprodução das relações de produção, o assujeitamento.

Brandão (2004) considera que Michel Pêcheux em 1969 foi o primeiro que definiu uma noção geral empírica de condições de produção. Ela nos explica que esse autor fundamentou-se no esquema informacional criado por Jakobson em 1963. Neste, é dado destaque aos protagonistas do discurso e o seu referente para “compreender as condições (históricas) da produção de um discurso” (Brandão, 2004, p. 44). Brandão destaca que a contribuição de Pêcheux a esse esquema foi a compreensão de que no posto de protagonistas do discurso estão representações de “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia” (Pêcheux *apud* Brandão, 2004, p. 44).

Orlandi define que as condições de produção abarcam dois elementos: o sujeito e a situação. Podem ser consideradas de maneira restrita dando destaque “às circunstâncias da enunciação” em seu “contexto mais imediato” (Orlandi, 2010, p. 30) e “em sentido mais amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (Orlandi, 2010, p. 30). Dentro dessa perspectiva de análise de discurso, considerar as condições de produção significa compreender que o sujeito não tem controle sobre o modo como os sentidos são construídos, que não é sua propriedade, mas que os discursos significam pela história e pela língua.

Abordando numa perspectiva mais restrita, Mussalim considera que o quadro que compõe as condições de produção de um discurso é constituído por elementos da “imagem que o sujeito, ao enunciar o discurso, faz” e “a imagem que o sujeito, ao enunciar seu discurso, faz da imagem que seu interlocutor faz” (Mussalim, 2012, p. 160). Para ela, o sujeito não é livre para dizer o que quer (a posição que ocupa estabelece

condicionantes), o que não significa dizer que o discurso está previamente construído, mas que esse processo se dá na relação entre o sujeito e a condição de produção.

Possenti (2005) destaca que a concepção de condições de produção desenvolvida por Pêcheux rompe com a de circunstância que estava circunscrita no campo da pragmática, dessa maneira ele insere a teoria do discurso em “instâncias enunciativas institucionais, marcadas por características amplamente históricas” (Possenti, 2005, p. 367). Assim como Mussalim, ele concorda com a ideia de que o discurso é enunciado de uma posição historicamente constituída.

O que confere ou garante o sentido ao que um enunciador diz não é o contexto imediato em que está situado e ao qual se ligariam certos elementos da língua (embreadores) ou certas características do enunciado (implícitos), mas as posições ideológicas a que está submetido e as relações entre o que diz e o que já foi dito da mesma posição (Possenti, 2005, p. 368)

Quanto à conceituação de “sujeito”, Possenti explica que é utilizado em substituição a indivíduo, mais frequente no campo de estudos da pragmática. O autor afirma que, na análise de discurso, a origem do conceito de sujeito vem de Althusser, para quem o sujeito é cindido e constituído através do processo de assujeitamento. No conjunto teórico althusseriano, não existe Sujeito (com “s” maiúsculo), mas sujeitos e não há um sujeito da história, mas sujeitos na história. Possenti explica que essas distinções constroem um conceito no campo do materialismo e não do idealismo.

Brandão destaca a relação com a ideologia na definição de sujeito para a análise de discurso. Para esta autora, através do trabalho da ideologia o homem é posto em uma relação imaginária com as suas condições materiais de existência. E pela ideologia o indivíduo é interpelado em sujeito. “A ideologia, por sua vez, nesse modo de a conceber, não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade” (Brandão, 2010, p. 48). Nesse contexto teórico, a ideologia é compreendida como uma prática significante resultante da relação necessária entre sujeito, história e língua na produção de sentidos.

Para Mussalim (2012), o sujeito não é fonte do próprio discurso, já que ele é fruto de um assujeitamento há delimitações estabelecidas por regras. Dessa maneira, quem enuncia é uma posição social que pode variar, já que o sujeito é compreendido como uma função. Outra característica nesta concepção, é que o sujeito é essencialmente heterogêneo e descentrado. A partir da incorporação de teorias do inconsciente (especialmente a lacaniana) que considera que o consciente não é o centro do sujeito, mas

que oscila entre os dois polos de maneira indeterminada e nessa relação entre o eu e o seu outro (o consciente e o inconsciente) o sujeito não é entendido como o senhor de si.

Como já apontado, a discussão sobre a formação do sujeito está calcada no conceito de ideologia a que passamos a apresentar doravante. Peixoto, Alencar e Ferreira (2018) fundamentam-se na teoria crítica do discurso, de onde extraíram que o termo ideologia foi utilizado para explicar o fenômeno de produção de falsa consciência inserido no processo de manutenção das estruturas de exploração de classe (a partir de Marx e Engels) e também na perspectiva psicanalítica que se debruçou sobre o desvelamento dos meios por onde se produz socialmente os sentidos (principalmente a desenvolvida por Lacan). Compreendem que, assim como as trocas mercantis escondem o processo de produção das mercadorias gerando o fenômeno denominado por Marx de *fetichismo da mercadoria*, o uso linguístico esconde o processo de produção dos significados (um fetichismo linguístico). Dessa maneira, assim como o fetichismo da mercadoria faz parte do processo de alienação do trabalhador, o fetichismo linguístico aliena o sujeito do processo de produção de sentidos tendo como efeito uma compreensão aparente de que estes são naturais e não social e historicamente determinados.

Então as autoras passam a apresentar três perspectivas teóricas acerca da definição de ideologia importantes para a teoria e análise do discurso. Começam por Marx e Engels para quem a crise do mundo ocidental (capitalista) não se restringia a um conflito de ideias, como defendiam os hegelianos de esquerda (a quem chamaram de ideólogos), mas estava radicalmente atrelada às condições históricas e sociais de vida dos indivíduos em sociedade. Estes autores estavam convencidos, por evidências históricas, que o mundo social, cindido em classes e com divisão de trabalho entre intelectual e físico/manual, estruturado sobre a exploração de força de trabalho de uma dessas classes pela outra, gera a ideologia, falsa consciência utilizada para manter as relações de dominação.

Marx e Engels utilizaram uma metáfora de construção para explicar como concebiam a sociedade. Para eles, a infraestrutura representa a base material (forças e relações de produção) sobre a qual se ergue a superestrutura composta pelo Estado, pelas leis, as instituições e pelas ideologias que ditam as normas de funcionamento da sociedade. Para estes autores as instâncias da superestrutura não têm uma existência autônoma e independente, elas correspondem às determinações da infraestrutura. No campo da teoria do discurso, um dos elementos que mais importa é que a ideologia é consciência, ou seja, linguagem, mesmo que invertida.

Para Althusser (1987), o conceito de ideologia criado por Marx e Engels refere-se a uma ideologia específica (a da classe dominante). Compreendida dessa forma, essa definição tem uma capacidade de explicação limitada o que o levou a buscar as características mais gerais desse fenômeno que possa explicar a ideologia em geral. Assim, o conceito de ideologia é ampliado e passa a ser considerado como um elemento constituinte de toda a realidade social.

A ideologia é a representação imaginária da relação dos indivíduos com as suas condições de existência e não a representação das reais condições de existência, define Althusser (1987). Considera também que a ideologia constitui uma dimensão da vida social expressa nas práticas que, por sua vez, são compreendidas como as maneiras como os indivíduos transformam matérias-primas em produtos através do trabalho utilizando meios de produção. São esses mecanismos que garantem as condições de manutenção e reprodução das relações de produção e operam através dos aparelhos ideológicos do Estado (AIE). Os AIE são instituições distintas e especializadas (escola, religião, família) que operam a repressão simbólica por meios ideológicos estabelecendo valores e normas de conduta. Os aparelhos repressivos do Estado atuam pela violência física e garantem o funcionamento dos aparelhos ideológicos.

Um último elemento da teoria althusseriana de importância para a teoria e análise do discurso é a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Esse processo se constitui por rituais de práticas discursivas institucionalizadas nos AIE o qual foi denominado de assujeitamento.

Dentro desse conjunto teórico há outro elemento diretamente ligado ao de ideologia, é a formação discursiva. Este diz respeito às condições de possibilidade de existência de um discurso. Brandão (2011) explica que “para Pêcheux (1975), a região do materialismo histórico que interessa a uma teoria do discurso é a da superestrutura ideológica ligada ao modo de produção dominante na formação social considerada” (Brandão, 2011, p. 46). Nessa concepção, destaca-se que a superestrutura ideológica, elemento que garante as condições para reprodução das relações de produção, é articulada sobre uma infraestrutura econômica de acordo com a formulação althusseriana.

Segundo Mussalin (2012), Pêcheux se inspira na concepção foucautiana de formação discursiva, para quem o discurso não é formulado a partir de condições homogêneas, porém é reformulado segundo as bases teóricas do marxismo althusseriano passando a constituir uma tríade juntamente com a formação social e a formação ideológica. As formações sociais são determinadas relações entre as classes sociais de um

contexto específico; as posições políticas (constituídas por atitudes e representações) em cada formação social são as formações ideológicas, geralmente em relações conflituosas, de aliança, de exploração ou antagonismo das classes em presença; por fim, a formação discursiva seria como um elemento específico constituinte do gênero ideológico, “um aspecto material da materialidade ideológica” (Mussalin, 2012, p. 139). Nesse sentido, as formações discursivas tem por característica serem contraditórias, já que são componentes que materializam a ideologia.

Orlandi (2010) destaca que a noção de formação discursiva é fundamental para a compreensão da constituição do sentido e permite ao analista do discurso estabelecer regularidades. Para esta autora, as palavras não têm sentido em si mesmas, derivando-o das formações discursivas, que por sua vez são elementos da formação ideológica. Dessa maneira, todo discurso é uma materialização da ideologia. Assim, se torna possível resumir que uma formação discursiva é:

Aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam [...] as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva a outra. (Pêcheux, 1995, p. 160)

Dessa maneira, explicito as etapas adotadas para essa pesquisa. A primeira foi a observação de uma formação discursiva anticolonial caracterizada basicamente por três eixos, a saber: uma crítica epistemológica às ciências humanas colonialistas, uma crítica ao processo de colonização que evidencia os seus pilares estruturais, e uma reflexão sobre a constituição do movimento nacionalista africano. A segunda compreende a apresentação das condições de produção do discurso composta por duas partes: contextualização histórica de Moçambique (com foco no processo de colonização e o desenvolvimento de resistências e contestações a ela); apresentação sucinta da biografia de Eduardo Mondlane e do processo de construção da revista Estudos Moçambicanos. Haverá também uma descrição crítica da obra “Lutar por Moçambique” onde serão destacadas as principais contribuições do autor para a compreensão do colonialismo português e do movimento nacionalista moçambicano. Quanto à revista Estudos Moçambicanos será feita uma caracterização do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, destacando o contexto em que foi criado e resumos dos

textos do primeiro número a fim de subsidiar um primeiro esforço de interpretação comparativa.

## **CAPÍTULO 2**

### **ETAPAS DA CONSTRUÇÃO DE UMA ANÁLISE DE DISCURSO: FORMAÇÃO DISCURSIVA**

Tendo compreendido que as condições de produção possibilitam a existência do discurso e a formação discursiva o localiza no campo ideológico, neste capítulo serão explicitadas as características específicas que delimitam esses elementos definindo as suas especificidades.

A formação discursiva será apresentada a partir de três eixos fundamentais: a crítica epistemológica às ciências humanas colonialistas, uma crítica ao processo de colonização do continente africano destacando as suas estruturas e uma reconstituição da trajetória do nacionalismo africano e as lutas anticoloniais. Estes três elementos serão tratados em seus aspectos mais gerais.

#### **2.1 - Crítica epistemológica às ciências humanas colonialistas**

Dito isso, podemos passar a pensar sobre o papel das ciências sociais no contexto social africano no século XX. Tomando como referência o conceito de formação ideológica formulado por Michel Pêcheux (1995), definido como um complexo de representações mais ou menos ligadas a posições de classe e constituído por diversas formações discursivas (sendo instâncias do que pode e deve ser dito em cada contexto social). Esse conceito é importante, pois caracteriza uma disputa interna aos aparelhos de controle (instituições). O que pretendo neste ponto é exemplificar como as ciências sociais inicialmente utilizadas como instrumento de justificação para a dominação colonial, também puderam ser usadas na luta anticolonial na medida em que se propõem a romper com as condições de reprodução da exploração econômica e dominação política.

Nesse trecho pretendo apresentar de maneira sucinta e panorâmica algumas das principais questões que permeiam as preocupações de intelectuais dedicados a produzirem ciências sociais e humanas no continente africano.

De acordo com Ambrósio & Diémé (2016), ao realizar a sua produção científica, o senegalês Cheik Anta Diop produz uma crítica epistemológica na medida em que questiona a produção científica europeia. Considerando que um dos papéis da epistemologia é realizar “um estudo crítico do desenvolvimento dos métodos e dos resultados das ciências” (Keita *apud* Ambrósio & Diémé, 2016, p. 98), os autores afirmam

que Diop demonstra a falta de objetividade científica e a ignorância dos “cientistas” e “filósofos” europeus, pautadas pelo senso comum dos que defendiam a inferioridade dos povos negros quando provou que o Egito é uma civilização negra. Dessa forma, ele dá um passo decisivo no sentido de romper com as teorias que afirmavam que o africano é um povo sem história.

A importância da obra de Diop, nesse sentido, ultrapassa o campo científico e epistemológico na medida em que reapropria ao povo africano a sua própria história a qual tinha sido atribuída a povos do oriente e do ocidente. Os autores destacam que tal crítica à ciência eurocêntrica/racista tem dado fundamentais contribuições para o desenvolvimento do conhecimento científico universal.

Na mesma trilha de Diop, Théophile Obenga traz importantes reflexões acerca da produção científica sobre África ao tecer duras críticas àqueles que ele chamou de “africanistas eurocêntricos”.

Obenga entende o africanismo como sendo uma “ideologia colonial”, ou seja, o termo é tomado com uma acepção negativa. O “africanista” não é um pesquisador responsável interessado em temas africanos, é um agente, conscientemente ou não, de um *corpus* ideológico e cultural mais amplo que inclui o exotismo, o paternalismo tutelar, o primitivismo e mesmo a desumanização do outro, neste caso, o africano. O “africanista” silencia a África sem combater o discurso que o seu oposto, o colonialismo, vem dela fazendo e, conseqüentemente, ecoando o eurocentrismo.

Assim como Diop, Obenga está envolvido com movimentos políticos como o Pan-Africanismo e a Renascença Africana. Dessa maneira, a sua obra também extrapola os limites da preocupação meramente científica. Seus escritos têm importância para formação de uma consciência histórica e para o futuro cultural e político do desenvolvimento e modernização das nações africanas.

Em síntese, o que o autor faz é demonstrar que os africanistas do período colonial não fazem nada além de reafirmar preconceitos da ideologia eurocêntrica, elaborados e reelaborados. De resto, Obenga afirma que as ideias que consideram o Egito faraônico como sendo uma civilização asiática/ocidental estão completamente equivocadas. Por isso é necessário compreender que, enquanto civilização, o Egito foi forjado por africanos negros na antiguidade e não recebeu influências culturais de fora do continente que tenham sido determinantes.

Paulin Hountondji (2008) debruça-se sobre o que é conhecido como “Estudos Africanos”, definido por ele como os estudos realizados por um conjunto de disciplinas



que, de maneira integrada e complementar, realizam pesquisas sobre o continente africano. Essa integração e complementaridade entre as disciplinas é o que justifica a criação dos centros de estudos africanos na Europa.

Dito isso, o autor coloca uma questão: “Quão africanos são os estudos africanos?” (2008). Ao que ele responde afirmando que os estudos africanos de uma maneira geral são discursos sobre África e não necessariamente de africanos. “Estabelecer este tipo de demarcação tornou possível chamar a atenção para a recepção africana das tradições de investigação ocidentais e levar os acadêmicos africanos a assumir as suas responsabilidades intelectuais próprias” (Hountondji, 2008, p. 154). Outras implicações que o autor destaca é que os intelectuais africanos fazem críticas aos estudos sobre África e há uma explicitação das “contradições e dos debates internos, das tensões intelectuais” (Hountondji, 2008, p. 154).

Hountondji chama atenção, porém, para o fato de que a maioria das pesquisas feitas em África, mesmo as produzidas por africanos, são para atender interesses de um público ocidental. A este tipo de produção científica que não gera autonomia e autoconfiança, o autor dá o nome de extravertida, pois são publicadas em sua maioria em língua e revistas europeias e, ainda que estejam em revistas africanas, são mais lidas fora do continente. Essa orientação para o exterior direciona os interesses para atender demandas teóricas também exteriores, o que acaba por gerar um diálogo hierarquizado dos pesquisadores ocidentais com os africanos.

O autor destaca que para iniciar

(...) um processo autónomo e autoconfiante de produção de conhecimento e de capitalização que nos permita responder às nossas próprias questões e ir ao encontro das necessidades tanto intelectuais como materiais das sociedades africanas. O primeiro passo nesse sentido seria talvez formular ‘problemáticas’ originais, conjuntos originais de problemas estribados numa sólida apropriação do legado intelectual internacional e profundamente enraizados na experiência africana. (HOUNTONDJI, 2008, p. 157-158)

Com isso, o autor destaca o sentido distinto para os cientistas africanos e os ocidentais para os estudos africanos. Afirma que para os primeiros essa produção deverá adotar um sentido tomando como prioridade “conhecer-se a si mesmo para transformar” e não a preocupação em contribuir apenas para a acumulação do conhecimento sobre África. Aqui é explicitado o sentido político emancipatório que os estudos africanos devem tomar para os próprios africanos.

As preocupações e reflexões de Hountondji tiveram boa reverberação e provocaram uma série de diálogos acerca desse tema. Carlos Cardoso (2012), sociólogo guineense, refletindo sobre as condições de produção desse novo modelo de estudos, traz importantes contribuições para esse campo. Cardoso defende a necessidade de uma ruptura epistemológica para as ciências sociais no continente africano, ao mesmo tempo em que destaca a importância da criação das condições de produção desta nova epistemologia.

O autor inicia afirmando que já é lugar-comum defender uma ruptura epistemológica, mas que defendê-la não é tarefa fácil. São duas as razões apontadas como justificativa: uma voltada para a trajetória da história e outra de ordem epistemológica.

A primeira refere-se às grandes transformações proporcionadas pelas lutas anticoloniais, especialmente após a eleição de Kwame Nkrumah em Gana no ano de 1956, que deu sequência a uma série de outras independências dos países africanos dos seus colonizadores europeus. Tais processos de transformação alcançaram o sistema educacional trazendo a possibilidade de criação de instituições de ensino superior e centros de pesquisa. Isso impactou profundamente a produção científica em todo o continente. Tais investimentos no ensino superior, em todos os campos da ciência (resguardadas as devidas desproporções dos investimentos nas ciências humanas e nas exatas) estavam inseridos num projeto de desenvolvimento pós-independência/pós-colonial.

Quanto à justificativa epistemológica, Cardoso (2012) começa ressaltando que as ciências sociais chegaram à África com um discurso racista de negação da história e inferiorização dos povos desse continente (como apontado através das contribuições de Diop e Obenga). Como já é sabido, esse discurso, tido como científico, de superioridade europeia justificou a escravização e a colonização.

Cardoso fundamenta-se na reflexão feita por Habermas sobre a crítica de Herbert Marcuse ao conceito de racionalidade técnica de Max Weber. Para Marcuse a racionalidade técnica é, em si, uma ideologia, sendo um projeto histórico-social. Habermas acrescenta que o discurso do desenvolvimento técnico-científico tem uma força e abrangência maior do que o velho tipo de ideologia já que está imbuído por uma espécie de feitiço que dissimula os interesses da classe dominante. Cardoso destaca que algo semelhante ocorre na relação entre o colonizador e o colonizado.

É nesse sentido que Cardoso afirma a necessidade de uma ruptura epistemológica, sem a qual não será possível romper com o modelo social de exploração/dominação

capitalista/colonial. Ele destaca que no período das libertações, com a substituição dos discursos civilizatórios pelos discursos desenvolvimentistas, não houve tal ruptura já que o desenvolvimento é entendido como algo que a Europa possui e que falta à África.

As ciências sociais ocidentais passaram da missão de civilizar a África para a missão de desenvolver a África. As teorias de modernização, em voga na altura do pós-guerra, presumiam que desenvolvimento era o que o Ocidente tinha e faltava aos países ditos subdesenvolvidos, e que desenvolvimento é concebido como o processo de ‘recuperação’ (*rattrapage*) de África em relação ao Ocidente, um processo linear de transição das sociedades pré-históricas para as sociedades capitalistas modernas, e não como o aumento sistemático da capacidade do homem de dominar (*maitriser*) o seu meio ambiente, de satisfazer as suas necessidades e de realizar o seu potencial (Cardoso, 2012, p. 129).

Quer dizer que o Ocidente continuou a ser o modelo a ser perseguido. O autor nomeia esse processo de “nova colonização”.

Quanto às condições em que tem sido produzidas as ciências sociais em África, Cardoso afirma que as universidades ainda estão muito atreladas e seguindo modelos das antigas potências coloniais (que estão passando por um processo de precarização e desestruturação cada vez maior), além de estarem sendo adotados padrões meramente utilitaristas pelos governantes. Em resumo, são extremamente precárias as condições de produção das ciências sociais nas universidades africanas. Além disso, a proliferação de universidades privadas tem contribuído para transformar as instituições de ensino superior em meros transmissores de conhecimento, ao invés de produtores, trazendo cada vez mais uma lógica comercial.

Por fim, Cardoso apresenta uma visão otimista quanto à possibilidade da construção de uma nova epistemologia. Ele defende esse ponto de vista em função da apresentação de pesquisas que apontam melhoras nas condições gerais dos povos africanos nas áreas política, econômica e social.

Como última contribuição para esta seção trago a reflexão de Elísio Macamo, que faz uma crítica à maneira simplista que os estudos africanos têm colocado a África sempre como um problema a ser resolvido. Algo que já está colocado no título do seu texto “Respostas sem perguntas, ou: porque a África não é um problema por resolver”.

Segundo Macamo, tal perspectiva “não só produz representações do continente africano dignas de objeção, como também prejudica o desenvolvimento duma tradição académica real no continente.” Para realizar tal reflexão ele se fundamenta numa crítica

mais geral às ciências sociais definindo-as como construções de objetos a partir de relações conceituais enformadas por teorias.

O autor parte então da distinção entre problemas práticos e conceituais. Afirma que o trabalho científico está no campo dos problemas conceituais e que os práticos são posteriores a estes. A importância desta distinção está no fato de que em muitos casos se é conhecida a resposta, mas não o problema.

Para Macamo, situações de incômodo que, sem a solução adequada, causa um mal-estar e que exigem ações para resolvê-las são a essência dos problemas práticos. Já os problemas conceituais dizem respeito a algo que falta para compreender um fenômeno, ou o que perguntar para entender um problema.

Na segunda parte, o autor aborda a produção científica como constituição de objetos fazendo um recuo histórico recuperando os debates do período da formação das ciências sociais no final do século XIX e início do XX em algumas regiões da Europa. O que ele busca mostrar com isso é como a construção do objeto da sociologia, e da sociologia em si como ciência, foi resultado de intensos debates.

Apontando para o fato de que as ciências sociais chegaram à África como uma maneira dos europeus entenderem a evolução europeia, já que a consideravam como o passado do presente europeu, Macamo lamenta que tais debates não alcançaram a produção de ciências sociais em África. Destaca também que é nesse contexto que é fundada a oposição entre tradição e modernidade que inaugura os estudos sobre África. Ele conclui que, seja numa perspectiva civilizadora colocada pelos antropólogos ou mais contemporaneamente pela perspectiva modernizadora trazida pelos sociólogos, a construção da África enquanto objeto de estudo sempre privilegiou os problemas práticos.

Macamo aponta dois problemas para esta perspectiva que parte do princípio de que o problema já é suficientemente conhecido e basta apenas partir para a ação prática. “O primeiro tem a ver com a suposição segundo a qual a ciência deve produzir conhecimento positivo, isto é, um conhecimento que ajude a melhorar o mundo.” A segunda refere-se à autoridade dos cientistas para tomarem a decisão de mudar a vida das pessoas para melhor. O que ele questiona com isso é: a ciência realmente é o lugar mais privilegiado para decidir o que é vida melhor?

O autor conclui afirmando que como pano de fundo disso tudo está uma visão idealizada da Europa que a coloca como o pico do resultado de um projeto de desenvolvimento que deve ser copiado por outros povos. Afirma também que o foco em

problemas práticos dado pelas ciências sociais realizadas em África tem causado o efeito contrário do pretendido, ou seja, tem atrasado o desenvolvimento do continente.

Neste conjunto de teóricos busquei destacar o sentido anticolonial e a busca de uma ciência que dê conta das demandas dos povos africanos de maneira autêntica e autônoma.

## **2.2 – Crítica ao processo de colonização europeia sobre a África**

Começando pelas definições gerais sobre o colonialismo, afirma Isabel Castro Henriques (2014) que os termos colono e colônia surgiram em línguas de origem latina no século XIV significando respectivamente cultivador e local onde vivem os colonos. Ao longo da sua trajetória esses termos ganharam novas conotações, e no século XVII passam a expressar o significado do que o colonialismo representaria e se concretizaria no século XX: “estabelecimento fundado por uma nação num território estrangeiro, mais longínquo que próximo, quase sempre habitado por populações culturalmente diferentes, ‘menos evoluídas’, que fica na dependência do país ocupante, mais tarde designado de metrópole” (Henriques, 2014, p.46).

Dáí então se desdobram diversos outros termos ao longo do século XVIII como: colonização (criar colônias), colonizar (morar como um colono) e colonial (adjetivo relativo à colônia). No século seguinte é criado um termo significando aquele que sofre a colonização: o colonizado. E no XX aparecem tanto o referente a doutrinas teóricas, ideológicas, políticas e econômicas (colonialismo) quanto aos defensores partidários dessas ideias (colonialista).

A recuperação da história desses termos feita pela autora é importante para tornar mais evidente que os conceitos não são meros dados naturais na realidade social, mas são frutos de processos históricos determinados pelas “mudanças estruturais ou conjunturais vividas pelas sociedades” (Henriques, 2014, p.47).

Da história dos termos e classificações, a autora passa para a história das práticas coloniais. Henriques dá início à apresentação de alguns marcos históricos fundamentais para a gênese desse sistema social. O Primeiro deles é a “domesticação” portuguesa da região atlântica com a ocupação de ilhas inabitadas que ocorreu antes do século XV. Mas, apenas na colonização das Américas é que esse processo vai ganhar contornos políticos, econômicos, territoriais, estratégicos e nacionais. Concomitantemente a isso surgem as primeiras manifestações anticoloniais.

Com relação à estrutura social, a autora ressalta que a marca universal existente em qualquer tipo de colonialismo implantado é a existência de um povo colonizador e outro colonizado com relações estruturadas em dimensões econômicas, ideológicas e políticas com objetivos de destruir a autonomia do colonizado em favor dos interesses do colonizador.

Ainda em relação às concepções mais gerais concernentes ao colonialismo, trago as definições conceituais de Aimé Césaire (1978) no seu “Discurso sobre o colonialismo”. Nele, o autor afirma que a ideia de que o colonialismo tinha uma missão de civilizar partiu dos cristãos que equalizaram paganismo com selvageria e cristianismo com civilização. Assim, ele considera que os pioneiros da colonização como Cortez, Pizarro e Marco Polo não duvidavam que os povos que habitavam o lugar que passaria a ser chamado de América possuíam cultura.

Para este autor, o colonialismo tem um efeito “descivilizador” nos próprios países colonialistas cujo pico desse processo de “asselvajamento” foi o nazismo, que causou tanto espanto porque levou para a Europa toda a violência da qual esta civilização ocidental cristã havia causado a outros povos (no processo de anexação de territórios de países vizinhos ou racialização e genocídio dos judeus, por exemplo). Césaire atribui esse “ricochete” ao processo de habituação da consciência a tratar o outro como animal que acaba transformando a si mesmo (colonizadores) em um animal.

Quanto ao colonizado, Césaire afirma que ele é transformado em coisa. A equação que propõe é: colonização=coisificação. As suas sociedades são esvaziadas de si próprias. Aí não há contato humano, mas dominação violenta que transforma o colonizado em “um instrumento de produção” e o colonizador em “criado, ajudante, comitê, chicote”.

Dito isso, passo aos elementos estruturais da dinâmica colonial, e continuo com Aimé Césaire (2011) para refletir sobre a dimensão cultural da estrutura do colonialismo. Esse autor considera que a situação de colonizado é um denominador comum entre os negros, sejam da África Negra, norte americanos, das Antilhas ou malgaxes. Para ele, um país independente como o Haiti é semicolonial e a discriminação racial contra os negros que vivem nos EUA são resquícios do colonialismo (mesmo que estejam vivendo em um país moderno que aboliu tal sistema). Nesse sentido, discutir a situação colonial é fundamentalmente necessário para compreender o que condiciona o desenvolvimento das culturas negras, ou seja, a situação colonial é o condicionamento concreto que determina o (sub)desenvolvimento dessas culturas (Césaire, 2011).

Césaire atribui esse poder de determinação do colonialismo sobre o desenvolvimento das culturas negras porque defende a ideia de que a política tem influência sobre a cultura já que “um regime político e social que suprime a autodeterminação de um povo, mata ao mesmo tempo o seu poder criador.” (Césaire, 2011). O autor nos explica que a cultura necessita de estruturas para surgir e se desenvolver. Estruturas essas que são degeneradas pelo regime colonialista na medida em que a “organização política que um povo se outorgou livremente” (Césaire, 2011) é destruída (ressaltando que tal organização faz parte da cultura desse povo e a condiciona) e a língua nativa é desclassificada. Por esses mecanismos há uma limitação, supressão ou abastardamento de tudo o que estrutura a cultura colonizada. Com isso, Césaire afirma que em todos os lugares onde a colonização europeia alcançou foi imposta uma economia fundada no dinheiro que provocou a desestruturação social e econômica das comunidades atingidas.

A Europa foi a primeira a ter inventado e introduzido, em todos os lugares que dominou, um sistema económico e social fundado no dinheiro e a ter eliminado impiedosamente tudo, digo tudo, cultura, filosofia, religiões, tudo o que poderia abrandar ou paralisar a marcha de enriquecimento de um grupo de homens e povos privilegiados. Sei que, desde há algum tempo, se constata que os males causados pela Europa sejam irreparáveis. (Césaire, 2011, p. 260)

Quanto às relações entre o racismo e o colonialismo, Franz Fanon (1980) considera-o como um elemento cultural, mas que não está presente em todas as culturas, e nos informa que o seu objetivo é o de discriminar certa forma de existir não o homem em particular, ou seja, “é a opressão sistematizada de um povo” (Fanon, 1980, p.37). Nesse sentido, promove como comportamento constante do povo que oprime a destruição de valores culturais e das modalidades de existência. Ele discorda da ideia de que o racismo se restringe ao nível de contato entre particulares, como uma crítica à determinada forma de se vestir, de falar ou de se comportar.

Em um contexto de colonização, o racismo resulta na agonização prolongada da cultura preexistente e não na sua morte. Assim ela se torna uma cultura fechada, estrangulada pelo estatuto colonial. Essa mumificação cultural leva a uma mumificação do pensamento individual. Nesse sentido, “a apatia universalmente apontada aos povos coloniais não é mais do que a consequência lógica desta operação” (Fanon, 1980, p. 38). Outra característica desse processo é a objetificação da cultura do colonizado travestida de um respeito às tradições culturais do povo autóctone, que, para Fanon, nada mais é do que um “desprezo mais consequente” (Fanon, 1980, p. 38) ou um “sadismo mais elaborado”

(Fanon, 1980, p. 38). Esse pseudorespeito manifesta-se também pelo exotismo, que é mais uma forma de simplificação.

Por um lado, há uma cultura na qual se reconhecem qualidades de dinamismo, de desenvolvimento, de profundidade. Uma cultura em movimento, em perpétua renovação. Frente a esta, encontram-se características, curiosidade, coisas, nunca uma estrutura. (Fanon, 1980, p. 39).

Fanon estabelece uma relação direta entre o desenvolvimento das forças produtivas e o modo de exploração e, conseqüentemente, ao racismo. Afirma que ao racismo biológico está atrelado uma forma mais explícita e brutal de exploração e com o aperfeiçoamento dos meios de produção há uma camuflagem do racismo assim como das técnicas de exploração do homem. Porém, essas transformações não significam dizer que o racismo perde a sua virulência.

Nesse estádio, o racismo já não ousa mostrar-se sem disfarces. Contesta-se. Num número cada vez maior de circunstâncias, o racista esconde-se. Aquele que pretendia ‘senti-los’, ‘adivinhá-los’, descobre-se visado, olhado, julgado. O projeto do racista é então um projeto perseguido pela má consciência. (Fanon, 1980, p.40)

Raymond F. Betts (2010) se debruça sobre questões de políticas administrativas, afirma que este sistema foi surgindo logo após ou concomitantemente à conquista do continente africano pelos europeus. Inicialmente foi compreendido como “política indígena” (sendo que esse termo era utilizado, em geral, como sinônimo de africano) e compreendia-se que a participação desses, assim como certa preservação das suas instituições como auxiliares, seriam necessárias para garantir a manutenção e consolidação do poder colonial.

Fundamentados em uma crença de superioridade racial e espírito paternalista, a justificativa utilizada pelos europeus era sempre a mesma, os benefícios que a imposição da administração e exploração colonialista alcançaria para todos os povos: os colonizados “recebendo” a civilização e os colonizadores fazendo-a se desenvolver ainda mais.

Ao longo do período entre a 1ª e a 2ª guerras imperialistas europeias essas práticas retóricas e empíricas se estruturaram em política oficial e em teoria bem articulada. Os responsáveis por esse processo, classificado posteriormente como período de “burocratização da administração colonial” (Betts, 2010, p. 356), cunhou a expressão administração conjunta ou indireta. Esse sistema permitia, em função dos interesses e demandas da dominação europeia, que estava impossibilitada de exercer a administração direta devido à expansão do período, que autoridades africanas participassem do poder



colonial invariavelmente de maneira subordinada. Tal modelo se dava também pela compreensão de que a cooperação dos povos autóctones seria obtida mais facilmente se as suas ordenações sociais fossem o menos possível alterada.

O autor constata que da grandiloquente missão civilizadora apresentada pelo discurso oficial sobre o colonialismo, os objetivos se concretizam em apenas três: “manter a ordem, evitar despesas excessivas e constituir uma reserva de mão de obra” (Betts, 2010, p. 366). Também foram três as maneiras como esses objetivos eram operacionalizados na realidade africana: a imposição de novos sistemas jurídicos, a imposição de trabalhos forçados e de impostos pessoais.

Apesar de no período observado o controle passar dos militares para uma administração civil e o convencimento substituir paulatinamente o uso da violência, este ainda se mantinha como um recurso muito presente e não desapareceria. O que o autor destaca é que, não importando a forma diversa como aparecesse, “visava-se garantir a supremacia dos brancos” (Betts, 2010, p. 374) sempre voltados para fins de exploração econômica.

Analisando aspectos econômicos, Walter Rodney (2010) afirma que somente às proximidades da segunda grande guerra europeia é que o sistema de exploração econômica colonialista estaria plenamente instalado e que no período de 1880 a 1935 (recorte proposto no volume VII da coleção história geral da África) foram implantadas “as bases das relações de produção características” (Rodney, 2010, p. 377) desse sistema. Ressalta ainda que o continente africano já participava da economia mundial de maneira subordinada a interesses externos desde o século XV (o período escravagista), porém não havia esse modelo de dominação.

Ferrovias e linhas telegráficas, que serviam como recurso logístico tanto para a agressão militar quanto para a exploração econômica, foram os primeiros sinais da implantação do colonialismo para os africanos. Muitos líderes africanos foram contra, mandaram derrubar postes dos fios de telégrafos e sabotar as linhas férreas. Esse processo transformou em primeiro lugar as economias do litoral (especialmente da região da África ocidental) tornando-as completamente dependentes dos investimentos e interesses das metrópoles, sendo que as do interior do continente demoraram alguns anos a mais. Tal diferenciação foi importante para a implantação, já que os europeus deram preferência para iniciá-la em locais onde já haviam se instalado algumas características que serviram de base para a colonização (entrepostos comerciais e fortes militares existentes devido ao período de escravização). Outros elementos aproveitados foram as rotas de comércio

transaarianas com o mundo mediterrâneo no norte do continente e também as estabelecidas pelas caravanas na África oriental para comércio com alguns países asiáticos, sendo que estes dois últimos não estavam sob completo controle europeu antes da consolidação do colonialismo.

A maior parte dos produtos importados para o continente africano no período entre 1900 e 1920 mantinha os padrões de antes do século XIX, ou seja, o período escravista até aquele momento não se tinha alterado significativamente. Os produtos manufaturados, encabeçado pelos artigos de algodão, compunham o grosso das importações. O autor destaca que pouquíssimas máquinas desembarcavam nos portos africanos, o que representa a baixíssima possibilidade do desenvolvimento da economia em África.

A destruição do feudalismo e construção concomitante do capitalismo na Europa foi acompanhada da transformação do camponês autônomo em um proletário dependente da venda da sua própria força de trabalho. Em África o que foi preciso destruir foi a autonomia das sociedades autóctones a fim de recrutar a força de trabalho dos africanos. Para isso, utilizou-se da força da violência seja de maneira direta ou por intermédio das leis do regime colonial. Na prática isso foi realizado através da cobrança de impostos e de trabalhos forçados que eram mal disfarçadas formas de continuidade da escravização.

Vultosos volumes de mais-valia foram extraídos e enviados para a Europa a partir das relações de trabalho coloniais que possibilitaram a superexploração da força de trabalho africana. Partes desses recursos retornavam ao continente em forma de reinvestimento com o objetivo de garantir a continuidade e expansão do sistema colonial. Rodney nos explica que superexploração significa que os trabalhadores africanos recebiam abaixo do mínimo necessário para repor a sua força de trabalho, ou seja, recebiam menos que o necessário para sobreviverem obrigando-os a terem uma pequena produção agrícola paralela. Essas relações de trabalho garantiam a viabilidade de empreendimentos econômicos que na Europa seriam inviáveis, como a exploração de ouro em minas pouco produtivas ou em enormes profundidades, garantindo, ao mesmo tempo, superlucros dos empreendedores colonialistas.

Rodney conclui que até 1935 o modelo econômico implantado representa uma divisão de trabalho internacional colonial clássica quase perfeita. Com raras exceções, onde foram implantadas indústrias de transformação e manufatura leves, as colônias exportavam matérias-primas baratas para as metrópoles com produção, transporte e preços controlados por estes e importavam os produtos industrializados. Essa é a base da

relação que explica o desenvolvimento europeu em combinação com o subdesenvolvimento africano.

### **2.3 – Caracterização da trajetória do movimento nacionalista no continente Africano**

Aqui dou início a uma apresentação panorâmica da luta anticolonial no continente africano a partir das contribuições de Sophie Le Callennec. A autora começa fazendo uma reflexão epistemológica sobre a produção das ciências humanas sobre e na África durante o período de dominação colonial. Para ela, houve uma mudança na perspectiva de abordagem na medida em que pesquisadores de outras áreas, além dos historiadores, foram produzindo sobre os temas que envolvem essas questões. As pesquisas deixaram de dar tanta atenção “ao sistema administrativo, econômico e social criado pelos europeus e, eventualmente, por suas consequências sobre os africanos” (Callennec, 2011, p.523) e, aos poucos, passaram a dar ênfase aos africanos, não somente nas suas reações à opressão colonial, mas também na sua trajetória de construção e reconstrução enquanto sujeitos possibilitando, assim, evidenciar as estratégias traçadas por esses povos. Temas considerados por essa autora como o “essencial” (Callennec, 2011, p.523). Ela também considera que no processo de negociação e combate contra o colonizador, na medida em que se apropriavam e adaptavam às suas demandas a filosofia, ideologia e métodos europeus, os africanos passaram por uma ocidentalização e aculturação.

Le Callennec faz divisões por períodos e propõe algumas classificações tipológicas para compreender o que ela chamou de “evolução que levou a África a passar da recusa da colonização à luta pela independência, isto é, da reação imediata de rejeição a um combate de longa duração, refletido e estruturado” (Callennec, 2011, p. 524).

O primeiro começa em 1880 e vai até 1940. Nele, a autora destaca as resistências ininterruptas à implantação do sistema colonial. Ressaltando a pluralidade de formas que se manifestaram, a autora começa falando das populares. Ela as divide em passiva, meio pelo qual os africanos realizavam recusas de submissão às “leis dos brancos”; a imediata, que ganhou esse nome devido aos seus objetivos próximos e palpáveis, foi uma resistência ativa de caráter espontâneo, colérico e de pouco alcance; por fim, o banditismo social que operava por meios violentos promovendo agressões contra propriedades, funcionários ou outros agentes do sistema colonial. A repressão a esses movimentos vinha de maneira extrema com mortes, prisões, torturas e, por vezes, a destruição completa das comunidades.

A religião foi outro meio percorrido pela resistência popular. Para Callennec, esta se deu devido à ausência de “quadro político ou ideológico em que exprimir, conceitualizar e enriquecer a recusa da colonização” (Callennec, 2011, p.529), fazendo com que os africanos buscassem essa “via antiga de pensamento” (Callennec, 2011, p. 524). Ela também considera que a religião serviu como um lugar para busca de alento às angústias provocadas pela colonização. São quatro as subdivisões feitas pela autora nesse âmbito: o islã; as religiões africanas; o cristianismo e os messianismos negros.

Da análise das formas de resistências populares, a autora passa para o que ela chamou de “o despertar político”, que seria um estágio mais “consciente” do processo de luta. Aqui, ela localiza um nível de organização mais estruturado como as associações e clubes, assim como a apropriação e adaptação de métodos e ideologias políticas europeias.

O primeiro ponto apresentado é o papel das elites modernas que começaram a serem formadas ainda no início do século XX através da educação formal imposta pelo governo colonialista. Isso os colocava a sofrer de maneira mais intensa o processo de ocidentalização que, inclusive, era um critério para se alcançar um estatuto “privilegiado” (o de assimilado nas colônias portuguesas, por exemplo). Ficavam localizados nas cidades mais urbanizadas onde tinham possibilidade de ser aproveitados em postos de trabalho de acordo com sua formação e podiam ganhar um salário relativamente mais alto. Muitos nutriam admiração e lealdade aos europeus e ao sistema colonial ao passo que desprezavam o seu povo de origem e outros africanos, sendo essa uma forma de se distinguir e galgar postos mais elevados com maiores recompensas. Porém, havia os que não agiam dessa forma atuando contra essa regra.

Mesmo passando a serem considerados formalmente como igual ao europeu, por terem “assimilado” a sua “civilização”, esses africanos continuavam sentindo o peso da humilhação e violência provocadas pela discriminação racista e também o mal estar pelo “desenraizamento”. Essas contradições que viviam fizeram com que alguns tomassem consciência da condição em que estavam e rompessem ideologicamente com o sistema colonial. As primeiras manifestações dessa tomada de consciência se deram como uma espécie de retorno às origens com a utilização de vestes, nomes tradicionais e até a utilização exclusiva da língua materna, mas também se apropriou dos métodos dos historiadores europeus como uma maneira de se opor à etnografia/antropologia que negava a historicidade de povos africanos em favor do poder colonial.

Quanto à ideologia que influenciou esse despertar, a autora destaca o papel do garveysmo. Esse conjunto de concepções e práticas político-econômicas, fundado por Marcus Garvey no continente americano, ganhou expressão na luta contra o racismo no período de crise nas primeiras décadas do século XX e pregava o retorno ao continente de origem, porém Garvey não obteve grande sucesso nas tentativas de se aproximar do povo negro no continente africano. Outro movimento nascido da América, nesse caso, mais político que econômico que também teve influência sobre essa elite africana, foi o Pan-africanismo. Ao contrário do seu contemporâneo, o garveysmo que defendia a segregação racial em favor do desenvolvimento autônomo dos povos africanos, o pan-africanismo, encabeçado por W.E.B. Du Bois, pregava a igualdade de direitos entre as raças e era contrário à noção de superioridade racial. Originou-se como uma maneira de lutar contra os abusos do sistema colonial em África e racista nas Américas, mas ao longo do seu amadurecimento passou a lutar pela independência total e unidade africana. E o terceiro vetor de influência foi o movimento comunista que adotou uma postura anticolonialista apesar da pouca compreensão (equivocada algumas vezes) sobre essas questões.

O segundo ponto definido pela autora, dentro desse despertar político, foi o desenvolvimento de novas formas de mobilização surgido a partir da gradual conscientização política. Le Callennec identifica três: grupos de pressão e associações, que variavam em escala (continental, regional, nacional, local ou étnica); veículos de imprensa e outras formas de escritos como meios de pressão e denúncia contra os abusos do sistema colonial (jornais, livros, peças teatrais, poesias); e a formação dos primeiros sindicatos considerados como os novos movimentos populares.

A segunda divisão temporal feita pela autora vai de 1939 a 1945. Ela entende que o período da II grande guerra imperialista europeia foi de aceleração das reivindicações dos africanos devido a sua enorme participação na guerra e “pelo desafio racial e racista lançado pela Alemanha nazista” (Le Callennec, 2011, p.557). A ameaça nazifascista tornou-se um desafio para os povos do continente africano porque também estavam incluídos nos planos de dominação.

Por meio de recrutamento obrigatório ou voluntário, por convencimento ou por chantagens, passou de meio milhão os africanos que foram à Europa lutar ao lado dos seus colonizadores. O efeito contraditório disso foi que os europeus tiveram a sua imagem de superiores danificada “dando origem a desilusões e provocando uma rejeição profunda e duradoura da colonização” (Le Callennec, 2011, p.565). A oposição entre brancos bons

e brancos maus, mas principalmente a ideologia nazista de hierarquização racial interna aos brancos fundada no antissemitismo e superioridade ariana levaram os africanos a aprofundar os questionamentos acerca da hierarquização entre negros e brancos sobre a qual estava assentado o sistema colonial. A crença de que estavam lutando ao lado dos “bons” (as forças aliadas); o aumento da utilização da administração indireta pelos ingleses e a adoção parcial pelos franceses; bem como a assinatura da Carta do Atlântico foram elementos que geraram em alguns uma esperança de que recuperariam os seus direitos perdidos.

As decepções vieram quando começaram a perceber que as medidas tomadas no período pós-guerra estavam muito aquém do necessário para recompensar o empenho dedicado na guerra e para atender as expectativas de autonomia e, ao contrário do que se havia prometido, tinham um sentido de prolongamento da colonização por outras vias.

Para Le Callennec, o início do período das emancipações foi marcado por essas frustrações, juntamente com a crescente tomada de consciência que fomentaram diversas revoltas em toda África somada à importância cada vez maior que o movimento pan-africanista vinha alcançando e, devido a isso, aumentando a sua influência entre os líderes africanos.

A última classificação proposta pela autora é o período das emancipações onde ela vai centrar a sua análise no contexto, condições e maneira como foram alcançadas as independências. O primeiro elemento que exerceu influência nesse contexto foram as independências na Ásia seguidas pelos povos do norte africano. Tais experiências tanto alimentaram esperanças para a África Negra quanto forneceram lições. A destruição e crise provocada pela guerra foram outros elementos. As nações africanas estavam recebendo pressões dos EUA especialmente por receio do crescimento da URSS, mas preocupavam-se em como fazer mudanças que conservassem a sua dominação apesar do crescente movimento anticolonial. No campo econômico alguns fatores se destacam: o surgimento da URSS e dos EUA como potências mundiais, que não tinham interesses diretos na colonização; o período de reconstrução do pós-guerra e um significativo investimento na produção agrícola, industrial e na infraestrutura no continente africano.

A esses fatores favoráveis, a autora acrescenta o surgimento de uma efervescência intelectual que também se soma como um dos elementos do período de emancipação. Estes intelectuais tinham como desafio não só alcançar a autonomia política, mas promover o desenvolvimento econômico e sanar as mazelas criadas pelos colonizadores.

O último elemento desse período são as formas dos movimentos políticos. Aqui ela apresenta o movimento sindical, que foi o mais antigo modelo de organização política importada para África, caracterizado principalmente por três fenômenos: “a vontade de autonomia, a vontade de federação e a politização do movimento” (Le Callennec, 2011, p.598). Inicialmente possuíam reivindicações puramente econômicas, mas aos poucos foram adotando a pauta nacionalista. Fala também dos partidos políticos, que considera como a ferramenta que “permitiu aos nacionalismos expandir-se e atuar com eficácia” (Le Callennec, 2011, p.601). Estes foram resultantes de três condições: maturidade de consciência, existência de uma classe capaz de dirigir e organizar a ação política e a possibilidade de assumirem as funções políticas de um partido.

Outra perspectiva de análise que enriquece a compreensão sobre o surgimento do nacionalismo no continente africano é a feita por Ali Mazrui (2010). Ele inicia a sua reflexão apontando como insuficiente, apesar de necessária, a consideração feita por Nkrumah, e adotada por diversos nacionalistas africanos, de que em se tomando o poder político tudo o mais seria alcançado. Essa afirmação é oriunda da premissa de que a política é primordial para as transformações sociais. O que se mostrou equivocada, tomando como um dos maiores exemplos a situação de Gana, país dirigido por Nkrumah após a descolonização, que passou a experimentar problemas sociais mais graves do que no período em que esteve sob domínio inglês. Para Mazrui, o equívoco está em confundir uma condição necessária (compreendida como aquilo que não pode faltar para se alcançar ou construir algo, como a conquista da autonomia política, por exemplo), com uma condição suficiente (que é a soma de todas as condições necessárias).

Este autor delimita quatro etapas do desenvolvimento da luta pela soberania política, ressaltando que não estão separadas ou estanques no tempo, misturando-se muitas vezes, mas podem ser distinguidas a partir de algumas características.

Uma delas teve início no período entre a primeira e a segunda guerra mundial, sendo constituída por organizações fundadas por elites intelectuais baseadas em identidades étnicas, religiosas ou ramo de atividade econômica estabelecidas majoritariamente nas zonas urbanas dos países africanos e em alguns países fora do continente também (Martinica, Trinidad e Tobago, EUA, França, Inglaterra e Portugal, por exemplo). Tinham como objetivo principal a busca por maior autonomia e participação (ainda não pregava a independência total).

Essas primeiras ações e organizações foram protagonizadas por um número reduzido de pessoas, mas, aos poucos, abriu-se a possibilidade para a participação

massiva, especialmente por se somar ao numeroso recrutamento para participação na segunda guerra. Diferentemente de alguns pesquisadores que afirmam que a participação dos africanos nessa guerra foi uma colaboração com os seus colonizadores, Mazrui interpreta tais fatos como uma escolha feita pelos “demônios” menos perigosos (países aliados como França e Inglaterra) em detrimento dos mais perigosos (o eixo nazifascista e seus parceiros). Essa interpretação coloca a luta contra o nazismo e fascismo como uma das etapas do desenvolvimento do nacionalismo africano e atribui a esses povos certo protagonismo frente às situações a que foram apresentados, tirando-os da condição de meras marionetes dos interesses dos colonizadores.

Outros elementos que favoreceram a luta anticolonial nesse contexto foi o enfraquecimento das principais potências colonialistas, a criação da ONU e a assinatura da “Carta do Atlântico”, os dois últimos tinham o objetivo principal de sanar as injustiças na Europa, mas acabaram por contribuir para o enfraquecimento da legitimidade do colonialismo.

A conquista da independência pela Índia, poucos anos após o fim desses conflitos, foi um elemento que contribuiu para inaugurar uma nova etapa no nacionalismo africano. A fase de mobilizações não violentas foi muito influenciada pelo pensamento do indiano Mahatma Mohandas Gandhi. Esse movimento alcançou importantes vitórias, porém, a reação violenta de alguns governos coloniais levou algumas organizações nacionalistas a iniciarem a luta armada, principalmente a partir da década de 1960, caracterizando, com isso, a quarta etapa da trajetória do nacionalismo.

Mazrui atribui ao que chamou de “tradições de resistência” outro conjunto de elementos que sustentou o desenvolvimento do nacionalismo africano, também destacando que podiam ocorrer de maneira associada umas com as outras.

A “tradição guerreira de resistência” está ligada ao conceito de “resistência primária”, sendo que o sentido atribuído pela escola africana de história de Dar-es-Salaam ao termo “primário” refere-se àquelas resistências que ocorreram logo no início da implementação da colonização tentando impedi-la, dessa maneira, dando um sentido meramente cronológico. Sem negar completamente este, Mazrui (2010) atribui ao termo um sentido mais cultural que cronológico. Para ele, com o processo de resistência protagonizado pelos povos africanos que lutaram contra a introdução do sistema colonial no continente foram sendo criados valores e práticas guerreiras que se enraizaram nas culturas desses povos e sustentaram a sua luta ao longo do século XX, dessa maneira, o termo “primária” ganha também um sentido de matriz, origem.



A tradição da jihad (a luta nas vias de Deus) iniciou-se como uma luta em defesa da religião muçulmana, desdobrou-se numa espécie de nacionalismo devido à classificação genérica dos povos do norte da África como islâmicos pelos colonizadores e, alcançando um internacionalismo, chegou a construir um movimento pan-arabista, que antecedeu em vitórias anticoloniais as independências dos países da África negra.

A tradição do radicalismo cristão exerceu sua influência nesse processo por meios contraditórios já que as missões cristãs foram elementos fundamentais para a implementação e consolidação da dominação colonial. A tais missionários era cedida pelo governo colonial a responsabilidade pela educação dos “indígenas” (africanos que não haviam assimilado a “civilização” europeia) com o objetivo de formar professores ou catequistas. A inculcação dos ideais cristãos gerava contradição para os africanos na medida em que aprendiam com os missionários que eram todos iguais perante Cristo e viviam um tratamento diferenciado dos seus “irmãos” brancos. A alfabetização recebida também possibilitou que tivessem contato com as teorias revolucionárias europeias, assim como também puderam produzir as suas próprias.

A tradição da mobilização política não violenta começou com o indiano Mahatma Gandhi fazendo a sua primeira campanha de desobediência civil na África do Sul no início do século XX. Esse método de ação se espalhou pelo continente e ganhou mais força após a independência da Índia, porém os seus limites aos poucos foram sendo percebidos pelos líderes e suas organizações especialmente após a vitória da guerrilha argelina contra os franceses e frente às violentas reações dos governos coloniais contras essas manifestações.

Mazrui considera a tradição da luta armada de libertação a mais internacional de todas as tradições devido ao envio de armas modernas e tropas. A intervenção externa foi tanto no sentido de apoio às forças dos exércitos de libertação quanto no apoio à repressão realizada pelos governos coloniais. Nesse contexto o conflito entre União Soviética e Estados Unidos fazia-se presente no continente africano por meio do apoio concedido pelos seus intermediadores como Cuba, sustentando as forças independentistas (representando a URSS), e Israel, por sua vez, ao lado das forças colonialistas (representando os EUA).

### **CAPITULO 3 - A OBRA EM SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO**

As condições de produção, como já dito, contém uma interação dinâmica entre a formação histórica do sujeito do discurso e o contexto social em que ele está inserido, sendo este também o resultado de uma trajetória histórica. Assim, neste capítulo será abordada de maneira ampla e panorâmica a formação do contexto que possibilitou as condições em que as publicações em análise nesse trabalho foram produzidas. O recorte é amplo, tendo início no período em que os portugueses começaram a aportar na região e finalizando com o término da etapa de transição ao socialismo. O enfoque será dado ao processo de colonização e aos movimentos contestatórios que buscavam a libertação do país no qual os autores estavam inseridos de maneira mais ou menos direta e a suas obras foram utilizadas como ferramentas.

Será possível distinguir dois momentos distintos. O primeiro gira em torno do livro “Lutar por Moçambique” e o segundo, das edições da revista “Estudos

Moçambicanos”, neste, devido a limitações de tempo e espaço para esta produção, não serão apresentadas abordagens específicas sobre as trajetórias individuais de cada pesquisador e pesquisadora como foi feito no caso de Eduardo Mondlane, ao invés disso apresentarei uma contextualização do Centro de Estudos Africanos com uma caracterização geral dos intelectuais que compunham essa instituição.

### **3.1 – Moçambique entre dominação e lutas**

Os primeiros contatos dos europeus com os povos e territórios que viriam a se tornar Moçambique aconteceram em 1498 quando viajavam para o Oriente. Naquele momento, o processo de busca de rotas para “novos” territórios pelos europeus foi uma das marcas do acúmulo de capital pelas burguesias em ascensão. A chegada desses novos personagens à África deu início a disputas por rotas antes dominadas por navegantes e mercadores swahili, indianos e árabes. A invasão europeia foi acontecendo aos poucos através de construções militares e entrepostos comerciais para dar apoio aos viajantes, além da fixação de alguns aventureiros que serviam também para o tráfico humano para escravização. A fixação de colonos viria alguns séculos mais tarde.

Somente as revoluções burguesas na Europa, que deram força ao desenvolvimento do capitalismo no século XIX, alteraria significativamente esse quadro de relações. A crescente demanda por matérias-primas, energia, domínio sobre as suas fontes e a maior exploração da força de trabalho levou-os a querer maior controle. Esse processo levou à realização das conferências de Bruxelas em 1874, convocada pelo rei Leopoldo II dos belgas (a qual Portugal não fora convidado, o que indica a pouca importância que tinha econômica e politicamente naquele período) e em 1884-1885 a conferência de Berlin que estabeleceu a partilha da África entre as potências coloniais. Nestes encontros foi declarado o objetivo de discutir as melhores maneiras de levar a civilização para aquele continente, mas tinham como pano de fundo ajustar o processo de invasão tentando evitar conflitos entre os europeus. Cabaço (2007) destaca que, segundo Hobsbawm, Portugal conseguiu manter “seus” territórios, devido à falta de acordo entre os seus concorrentes colonizadores de como fariam a divisão entre eles. Ainda segundo Cabaço, a superação da fase mercantil/escravista pela ocupação efetiva do território africano pelos europeus correspondeu às necessidades do capital industrial e financeiro.

No final do século XIX, devido a fortes crises nos setores agrícolas, a burguesia portuguesa empenhou investimentos no desenvolvimento da indústria passando a enxergar as colônias como fonte de matérias-primas, força de trabalho barata ou gratuita (no caso dos trabalhos forçados) e como consumidores das suas mercadorias. Nesse

período, cresceram a preocupação e as discussões sobre a efetiva ocupação dos territórios com o objetivo principal de “criar uma base econômica que respondesse às necessidades da burguesia mercantil da metrópole” (Cabaço, 2007, p. 75).

Outros fatores que tiveram grande influência nesse processo foram o desenvolvimento da mineração e da industrialização da África do Sul. Na república bôer do Transvaal cresceu enormemente a mineração. Tais minas demandavam uma imensa quantidade de mão-de-obra que, em parte, vinha das regiões fronteiriças com Moçambique. Toda essa movimentação chamou atenção da Inglaterra aumentando o seu interesse sobre a região, inclusive recebendo enviados do império de Gaza que intermediaram o início de relações diplomáticas com Ngungunhane, rei desse império. Portugal, por outro lado, sentindo-se ameaçado pelos ingleses, conseguiu um acordo com os bôeres obtendo reconhecimento da região que mais tarde viria a ser Lourenço Marques, futura capital da colônia. Os ingleses contestaram esse reconhecimento, mas não obtiveram sucesso. Essa vitória portuguesa sobre os ingleses deu novo ânimo ao projeto de colonização de Moçambique dando impulso às missões militares contra os povos daquele local, tendo como marco definitivo a prisão do imperador Ngungunhane por Mouzinho de Albuquerque em 1895.

O início da consolidação da ocupação foi se dando através do investimento em infraestrutura que, devido ao alto endividamento e à incapacidade do Estado português de investir, encontrou viabilidade através da abertura para o capital externo. Esse processo também foi marcado pela implantação dos aparelhos administrativos do estado colonial que teve como característica o arrendamento de vastos territórios a colonos pelo prazo de três gerações (daí o nome sistema de prazos e de prazeiros aos responsáveis pelas propriedades), “ficando o prazeiro senhor das terras e das populações residentes com as responsabilidades, entre outras, de assegurar a submissão destas à Coroa portuguesa, de organizar forças militarizadas para a própria defesa, pela garantia da ordem interna, de administrar a justiça, de deter direitos exclusivos sobre a produção e o comércio no seu território e de cobrar o mussoco” (Cabaço, 2007, p.91).

O principal motivo que levou este sistema a sua crise final foi a não adaptação dos prazeiros, que já estavam bastante acomodados a lucrarem com o tráfico humano para escravização, às exigências da implantação das relações capitalistas. Outro elemento que contribuiu para o fim desse sistema foi a necessidade de o governo português implantar uma administração direta e mais forte para garantir a consolidação da invasão colonial

(isto entrava em conflito direto com os prazeros que eram como senhores absolutos dos seus territórios).

O sistema que veio a substituí-lo foi o de concessão a companhias que, para Cabaço, era como um tipo de terceirização onde essas deveriam estar submetidas ao governo português, o que não se verificava na realidade. Essa é uma característica que marcaria a especificidade da colonização portuguesa. Devido à fraqueza política e econômica da metrópole, a ocupação ficaria na responsabilidade de “funcionários e aventureiros” (Cabaço, 2007, p. 124), sendo que a “dominação/desestruturação” cultural estaria sob responsabilidade da Igreja Católica.

Também nesse período, são iniciadas as reflexões e tentativas de construção de aparelhos ideológicos e ações administrativas que justificassem a legitimidade da ocupação colonial. Com o intuito de fazer com que as colônias “servissem” à metrópole ou não haveria sentido na colonização. Uma das vias escolhidas para esse fim foi o trabalho, entendido como essência da civilização e meio pelo qual os “indígenas” seriam assimilados. A “missão civilizadora” dos colonizadores teve como reforço a via educacional que ficou sob responsabilidade dos missionários católicos que se tornaram administradores e professores nas escolas. Nesse sentido, o trabalho (primariamente) e a educação visavam a “transmissão de valores éticos, religiosos, cívicos e comportamentais”, mas tinham como objetivo “colocar as ‘províncias ultramar’ ao serviço da recuperação econômica de Portugal” (Cabaço, 2007, p. 145). Códigos trabalhistas foram criados para amparar a ação dos administradores portugueses de obrigarem os “indígenas” ao trabalho. Mas só em 1928 foi publicado o que criou o Código do Trabalho dos Indígenas que basicamente regulamenta o trabalho obrigatório, funcionando, na verdade, como um prolongamento do trabalho escravo sob nova aparência. Esse e outros decretos caracterizam um modelo de administração mais centralizado inaugurado pela implantação do Estado Novo que teve início em 1926 com o golpe que colocou Antônio de Oliveira Salazar na presidência do governo português.

Outro elemento para a consolidação da ocupação foram os “incentivos”, baseados principalmente na discriminação racial, aos portugueses para tornarem-se colonos nas “províncias ultramarinas” (assim designadas a partir de 9 de janeiro de 1917) que ganharam força nas duas primeiras décadas do século XX. Esse aumento no assentamento de colonos em Moçambique provocou uma piora na vida dos povos autóctones. Para os “assimilados” provocou uma queda com a perda ou rebaixamento dos cargos administrativos e para os “indígenas” tornou mais difícil sair dessa condição.

Essa disputa entre “assimilados” e colonos fez com que aqueles (que antes haviam dado fundamentais contribuições ao processo da colonização) agora opunham barreiras com suas reivindicações de tratamento igualitário, o que não era possível para o governo, pois necessitavam apresentar aos portugueses que a mudança para Moçambique seria um “negócio vantajoso”. Somente durante a 2ª grande guerra imperialista europeia, quando houve elevação dos preços de matérias-primas no mercado internacional, os portugueses passaram a ver a ida para as colônias como uma oportunidade de enriquecer fazendo aumentar a ocupação dos territórios.

A partir da década de 1940 muitos países colonizadores questionavam-se sobre o início da descolonização enquanto buscavam novos meios de manter a exploração econômica e controle político. Portugal, na contramão desses, intensificava a sua dominação em África por meio de mecanismos administrativos repressivos, com reformas legislativas que aprofundavam a discriminação racial e maior intervenção na economia, tendo as culturas obrigatórias como exemplo de destaque. Dessa maneira, o estado colonial assegurava os interesses da burguesia em matérias-primas a preço controlado, com força de trabalho de baixo ou nenhum custo e reserva de mercado para os seus produtos industrializados.

Mudanças no âmbito da política e economia internacionais exerciam enormes influências na política colonial portuguesa. O fim da 2ª guerra havia deixado uma Europa arrasada com as principais potências coloniais enfraquecidas. Emergiam como lideranças mundiais duas potências que não tinham interesses diretos na colonização (os EUA e a URSS que, no período da guerra fria, faziam do continente africano um importante campo de disputas) e, a par disso, a declaração sobre autodeterminação dos povos na Carta Orgânica da Organização das Nações Unidas terminou por influenciar a declaração de independências de alguns países africanos no fim dos anos 1950, mas especialmente na década de 60.

A acusação de que Portugal descumpria o artigo 73º da carta levou o seu governo a se utilizar de um artifício voltando a declarar suas colônias como províncias-ultramarinas, dessa maneira negavam a alegação de que não eram territórios autogovernados. Assim, todos os habitantes do “território português” passaram a ser considerados como cidadãos portugueses fazendo cair, com isso, o estatuto do indigenato.

As conferências de Bandung em 1955, Akra em 1958 e Adis Abeba em 1960 consolidariam as reivindicações independentistas do movimento pan-africanista e fariam os seus efeitos serem sentidos por Portugal que estava cada vez mais isolado com relação

às outras potências coloniais que “cediam” a tais reivindicações. Somente em 1964 setores políticos de Portugal fariam uma declaração pública em favor da independência e autonomia das colônias, mas sem força suficiente que provocasse mudanças efetivas.

Acompanhadas da declaração que alterou o estatuto de colônias para províncias ultramarinas, vieram outras medidas administrativas, repressivas, de discriminação racial e intervenções nos setores produtivos. Tinham o objetivo de prolongar e explorar o máximo possível antes que a já pressentida independência dos territórios africanos chegasse. O regime salazarista, porém, sofria uma oposição cada vez maior internamente e, paralelamente, somavam-se também as cada vez mais numerosas manifestações (muitas vezes violentas) de contestação da colonização, as quais, por seu turno, vinham sendo reprimidas brutalmente, com episódios inclusive de massacres, aumentando assim a instabilidade desse governo. Salazar ainda sobreviveria por mais algum tempo à crise, mas não sem abalos, especialmente devido ao início da guerra pela libertação de Angola iniciada em 1961, que gerou inclusive uma moção do Conselho de Segurança da ONU com voto favorável da URSS e dos EUA.

Em Moçambique, crescia igualmente o número de manifestações reivindicativas que ganhando cada vez mais adeptos e apoiadores passaram a ser reprimidos com o uso intensificado da força, chegando a serem massacrados pela força policial e do exército português. Cabaço classifica tais manifestações como sendo “explosões de raiva e desespero, sem organização, sem objetivos políticos.” (Cabaço, 2007, p. 232) Em Junho de 1960 essa situação começaria a mudar com as primeiras reivindicações por autonomia em Cabo Delgado, região ao norte de Moçambique. Tais reivindicações, porém, foram freadas pelo massacre em Mueda que vitimou centenas de pessoas.

Em 1961 as forças anticolonialistas angolanas dão início à guerrilha que os levariam à libertação mais de uma década depois. Esse fato também contribuiu para aumentar os questionamentos ao governo salazarista na metrópole. Mais um fator que influenciaria nesse contexto foi a conquista da Independência de Goa, na Índia.

Outra resposta adotada pelo sistema colonial português ao crescimento das reivindicações dos povos autóctones foi, no campo ideológico, a apropriação do luso tropicalismo. Essas ideias foram produzidas a partir da interpretação que Gilberto Freyre faz do Brasil, considerando-o como um país “mestiço” devido às características peculiares da colonização implantada pelos portugueses.

Segundo Freyre, os portugueses herdaram de seu passado, permeado por ocupações islâmicas e migrações judias, uma disposição para misturar-se com outros

povos, incorporando as diferentes culturas e predispostos ao sexo com os povos colonizados, revelando dessa maneira a “ausência” de preconceito racial. Outro elemento que justificaria a existência dessa colonização sem racismo inventada pelos portugueses seria o seu caráter mais cristocêntrico que etnocêntrico. Isso se daria devido a sua implantação ser pré-industrial, pré-burguesa e também por ser efetivada por gente simples e analfabeta de Portugal. Um esforço de generalização levaria à extrapolação dessas características atribuídas por Freyre ao Brasil para todos os territórios colonizados por Portugal em África e Ásia.

A qualificação da colonização portuguesa como cristocêntrica aponta uma relação promíscua entre estes e a Igreja Católica que ocorre desde o século XV. Os primeiros missionários se estabeleceriam no território moçambicano em meados do século XVI. Responsabilizavam-se, nessa época, pela evangelização e, posteriormente, pelo batismo dos escravizados. Também exerciam importante papel conspirando contra povos e governantes autóctones contrários à tutela portuguesa. Porém a sua principal responsabilidade foi a assimilação já que evangelizar era considerado sinônimo de civilizar. Devido ao fortalecimento de ideais liberais, houve um afastamento entre o estado colonial e a Igreja, mas, após o fracasso das missões laicas e com a implantação do Estado Novo na década de 1930, essa igreja volta a se aproximar do estado assinando acordo que reconhece constitucionalmente o seu papel na colonização e reassume a educação dos “indígenas”.

Sob a batuta de Salazar, foi assinada a concordata em 1940 que dentre outras coisas continha o Acordo Missionário que possibilitou o aporte de subsídios estatais às missões e eclesiásticas e o reconhecimento de “instituições de utilidade imperial e de alcance eminentemente civilizador” (Cabaço, 2007, p. 296). Nesse sentido, a Igreja concordava com “o ensino segregado, responsabilizando-se pela educação dos *indígenas*, e com a política de ‘nacionalização’ das colônias” (Cabaço, 2007, p.297).

Este acordo gerou consequências entre os não-católicos, especialmente os protestantes que, partidários da colonização de administração indireta (segundo o modelo britânico), defendiam um modelo de desenvolvimento apartado entre os “indígenas” e os europeus. Destes, destaca-se a missão suíça que, da sua valorização da cultura e línguas locais, favoreceu o surgimento de identidades étnicas (em oposição à identidade portuguesa fomentada pelas missões católicas). Posteriormente, as críticas feitas às identidades étnicas foram incorporadas ao processo de formação da identidade nacional moçambicana que se tornaria um elemento central na luta anticolonial.



Com o fim da educação segregada, a missão católica perdeu oficialmente o monopólio da educação dos “indígenas”, viu o seu poder diminuir e o crescimento de outras denominações cristãs. Tais fatos, juntamente com o contexto de independências de outros países africanos, também geraram cisões internas entre os católicos. Exemplo disso foi certo apoio dado aos líderes africanos anticoloniais das então colônias portuguesas pelo papa João Paulo VI. Isso gerou insatisfação em parte do episcopado português e, ao mesmo tempo, deu força a uma nova geração de eclesiásticos em Moçambique que, vindo de outros países europeus, não tinham tradição colonialista. A sequência dessa divergência interna marcaria o processo de ruptura definitiva do colonialismo português com integrantes da Igreja Católica, estes últimos cada vez mais tomando partido dos anticolonialistas e chegando a sofrer perseguições por causa disso.

Em meados da década de 1950 foram dados sinais de preocupação entre os militares acerca das questões coloniais. Exemplos disso foram a extensão da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) às colônias e o envio de oficiais para Inglaterra e França a fim de conhecerem as experiências de combate nos países africanos sob os seus domínios, dentre outras medidas de preparação. Era um novo tipo de guerra para esse exército em que a doutrina definia como objetivo principal a conquista das pessoas e não de territórios. Fundamentados por uma visão luso-tropicalista de missão civilizadora, as táticas buscavam: alcançar a simpatia da população, desmoralizar as forças anticoloniais e incentivar as próprias tropas à disponibilidade.

Mais um elemento a ser destacado nessa contextualização é o desenvolvimento paulatino do pensamento nacionalista, que viria a ser o principal vetor de crítica ao colonialismo. Surgiu desde o início do século XX como um efeito da política de assimilação que, na medida em que letrava alguns africanos, fazia surgir uma elite de negros e mestiços responsáveis pelas primeiras críticas à administração colonial, mas sem pretensões de independência da metrópole. Esse momento ficaria conhecido como “nativista” e foi ganhando mais força na medida em que entrava em contato com o pensamento Pan-africanista vindo das Américas e da Europa.

Após a II guerra, o acúmulo de experiência com diversas organizações militantes, de estudos e de críticas juntamente com o agravamento da violência, segregação e exploração coloniais fizeram com que se fortalecesse a perspectiva de ruptura total com os colonizadores, ao invés da tentativa de humanizar a colonização que caracterizou aqueles primeiros momentos.

Aos poucos, a crítica anticolonial foi extrapolando o círculo de intelectuais, trabalhadores, estudantes e artistas das regiões urbanizadas e somando-se à força e experiência dos povos das regiões rurais. No final da década de 1950 e início de 1960 foram fundadas a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), MANU (Mozambique African Union) e UNAMI (União Africana de Moçambique Independente). Organizações que em 1962 fundiram-se dando origem à FRELIMO (Frente Nacional de Libertação de Moçambique), organização que possuía representantes de quase todos os territórios de Moçambique e que tinha um caráter nacional.

Para os nacionalistas, a unidade era um fator fundamental para alcançar a vitória na guerra contra os colonizadores, por isso houve grande empenho na unificação dos movimentos existentes para a construção da FRELIMO. Este fundamento também deu princípio à construção da “moçambicanidade”, identidade nacional oposta à tribalista e regionalista sobre a qual Portugal assentou o seu domínio. A “etnização” dos povos autóctones disfarçava a presença numericamente reduzida dos brancos colonizadores, fazendo com que pudessem se destacar como líderes na busca de um objetivo comum (a civilização) ao mesmo tempo em que reduzia o alcance das reações “indígenas”.

A fundação da FRELIMO foi resultado da preocupação em construir uma unidade que, segundo a interpretação dos nacionalistas, era necessária para aumentar as chances de vitória na guerra contra os colonizadores. O principal objetivo desse processo de construção identitária era a “criação do homem novo”, que, em resumo, era um projeto de modernização da sociedade moçambicana. Porém, como resultados das críticas e experiências acumuladas ao longo da luta, buscava-se um modelo de modernidade que se opunha à capitalista-colonialista, que os militantes da FRELIMO identificavam como sendo a via socialista.

### **3.2 - Trajetória histórica, política e intelectual de Eduardo Mondlane**

Mondlane foi assassinado no mesmo ano em que sua obra mais conhecida foi publicada. Em 1969, *Lutar por Moçambique* teve sua primeira edição lançada em Londres. Nesse mesmo ano uma bomba explodiu em Msasani (Tanzania) levando a vida do seu autor. O seu assassinato foi uma tentativa de derrotar a FRELIMO, mas teve o efeito contrário. Após alguns momentos de abrandamento da ofensiva militar e de sentimento de desesperança, a luta ganhou ainda mais força e se espalhou por outras regiões de Moçambique como Tete, Zambézia, Manica e Sofala.

O homem havia morrido, mas transformou-se em um símbolo ainda mais poderoso. Samora Machel (que assumira a presidência da FRELIMO e viria a ser o

primeiro presidente de Moçambique após a independência) declarou: “Era a sua fé e confiança no povo, a sua visão de um Moçambique livre, as suas ideias de revolução.” (Machel *apud* Shore, 1999, p. 20).

Em 1920 nasceu no distrito de Manjacaze, província de Gaza sul de Moçambique. “Três palhotas em semicírculo numa clareira do mato.” (Mondlane *apud* Shore, 1999, p. 22). Essa era a lembrança da casa de sua família onde passou a infância. Seu pai, com quem conviveu apenas até os dois anos de idade devido ao seu falecimento, foi Nwadjahane Mussengane Mondlane, régulo dos Khambane pertencente ao povo Tsonga. Sua mãe, Makungu Muzamusse Bembele, viveu em pobreza por optar não viver com um dos primos ou irmão do marido após tornar-se viúva.

As condições de vida não eram fáceis em sua comunidade natal. Muitas crianças não sobreviviam, os homens viajavam para o Transvaal ou Lourenço Marques em busca de trabalho e as mulheres cultivavam os campos. Mondlane vivera até os onze anos como pastor, uma atividade comum entre pessoas dessa faixa etária.

Segundo Shore (1999), Makungu havia sido a primeira influência na vida e no pensamento de Mondlane, pois ela dizia-lhe da sua esperança de que ele um dia restauraria a comunidade e alimentava-lhe o espírito de que o aguardava um futuro grandioso. Também foi da mãe que recebeu os incentivos para se dedicar ao mundo dos estudos.

(...) eu dato o meu interesse pela política da minha primeira infância, quando as minhas mães costumavam falar sobre a opressão sob a qual viviam... recordo vivamente muitas ocasiões em que os meus irmãos tinham que fugir para a África do Sul, para evitar o trabalho forçado para os agricultores portugueses locais, para os donos das plantações ou para o próprio governo, sem receberem nenhum pagamento... Passei muita da minha primeira infância sem nenhum contato com os meus irmãos mais velhos. As mulheres... tinham que fazer pela vida o melhor que podiam. Eram muitas vezes detidas e metidas na prisão pelos portugueses... porque os filhos, na África do Sul, não mandavam o seu imposto anual. (Mondlane *Apud* Shore, 1999, p. 26)

Aos onze anos começou os estudos formais em uma escola rudimentar do governo. Lá, era obrigado a trabalhar para o professor e recebia muitos castigos físicos, o que não era incomum naquele período. Quando sua mãe faleceu, os seus irmãos mais velhos assumiram a responsabilidade da sua educação e continuavam a apoiá-lo. Conseguiu terminar os estudos rudimentares aos 16 anos.

Na década de 1930 foi para Lourenço Marques em busca de trabalho e para dar continuidade aos estudos também. Conseguiu uma vaga na escola primária da Missão Calvinista Suíça e um trabalho na casa do diretor. Terminada esta etapa fez um curso de dois anos sobre agricultura de sequeiro, pois naquele momento as escolas protestantes deixaram de ser aceitas para o ingresso nas escolas secundárias oficiais. Porém, isso possibilitou que trabalhasse ensinando técnicas agrícolas a camponeses, dessa maneira construiu uma proximidade que seria duradoura com esse povo.

Em 1945, com apoio de missionários, vai à África do Sul para dar seguimento aos estudos na Escola Secundária Douglas Laing Smit. Depois disso, recebe uma bolsa do Conselho Cristão de Moçambique para estudar Ciências Sociais na Universidade de Witwatersrand, onde se tornou representante estudantil. Em 1948, porém, o Partido Nacionalista alcança o poder e inicia a implantação do regime racista do *apartheid* naquele país. Um dos primeiros alvos das políticas separatistas foram as universidades abertas para toda a população e em 1949 não foi renovado o visto de permanência de Mondlane. Organizações entraram com recurso e se mobilizaram em Moçambique e na África do Sul, mas não conseguiram revogar a sua expulsão.

Sua primeira experiência fora de Moçambique foi importante por dois motivos: a primeira é que tinha sentido o poder do racismo de uma maneira muito mais explícita que em Moçambique, onde ocorria de maneira velada, e o segundo é que foi possível experimentar a força, mesmo que insuficiente, das organizações estudantis.

De volta a seu país, ajudou a fundar a NESAM (Núcleo de Estudantes Secundaristas de Moçambique), uma associação formada por estudantes negros. Suas atividades chamaram atenção do poder colonial português que o levou detido para investigações naquele mesmo ano. Após três dias de interrogatório, não sendo encontrado nada que pudesse lhe ser imputado criminalmente, o relatório do procurador geral afirmava que Mondlane deveria ser mantido sob vigilância estreita da polícia e que lhe fosse dada uma bolsa de estudos em Portugal para que o afastasse do povo moçambicano.

Uma rede de contatos foi acionada por missionários protestantes a fim de levantar fundos para que Mondlane pudesse ir para os EUA. Ele negou inicialmente, com intuito de evitar um confronto direto com Portugal e para conhecer melhor a metrópole. Na Universidade de Lisboa teve contato com africanos de outros países colonizados por Portugal. Alguns deles se tornariam líderes da luta anticolonial como Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade de Angola, Amílcar Cabral de Guiné Bissau, e o futuro secretário para relações exteriores da FRELIMO Marcelino dos Santos.

Em Portugal, Mondlane atuou na articulação de estudantes africanos “descrevendo as contradições da política colonial portuguesa tal como eu a conhecia no meu próprio país” (Mondlane *apud* Shore, 1999, p. 33). As constantes investidas da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) levou-o a aceitar uma bolsa de estudos e seguir para os EUA após um ano de estadia na Europa. As suas experiências na metrópole contribuiu para que compreendesse o racismo português, apesar das teorias luso-tropicalistas, e a importância de articular as lutas feitas naquele país com as realizadas nas colônias.

Com 32 anos, na década de 1950, entra para a Faculdade de Oberlin onde conclui o curso de sociologia. Divide o seu tempo entre a universidade e atuação na igreja onde desenvolve o pensamento de que os ideais cristãos aplicados à política seria um meio para a libertação do povo e que, se não tornados em prática, os ensinamentos de Cristo não serviriam para nada. Em 1951 conhece Janet Rae Johnson com quem se casou em 1956, apesar do receio da violência da Ku Klux Klan (que tinha um núcleo próximo de onde viviam) e das tentativas de afastamento feitas pelo pai, pela mãe e irmãos de Janet, uma família branca, conservadora e de classe média.

Deu sequência à sua carreira acadêmica indo fazer o mestrado e doutorado na Universidade do Noroeste. Lá, pôde trabalhar com o antropólogo Melville J. Herskovits, teve oportunidade de passar um ano pesquisando na Universidade de Harvard e aprofundou os estudos nas suas áreas de interesse como Max Weber, Thomas Jefferson, Thomas Paine, Karl Marx, Friedrich Engels, Mao Tse-Tung e Plekhanov. Segundo Shore “era a dinâmica e não o dogma o que interessava a Mondlane” (Shore, 1999, p. 39).

Em 1957, assume o cargo de Funcionário para a Pesquisa no Departamento de Curadorias das Nações Unidas. Sua atribuição era elaborar relatórios sobre o desenvolvimento político, econômico e social em Tanganica (atual Tanzânia), Camarões e Sudoeste Africano (atual Namíbia). Essa posição possibilitou conhecer Julius Nyerere (que viria a ser presidente da Tanzânia após conseguir a independência da Inglaterra), com quem discutiu longamente a independência efetiva dos seus países através de um processo verdadeiro de descolonização. Tais conversas renderiam apoio à luta dos moçambicanos pelo governo tanzaniano após sua independência em 1962.

Somente após dez anos da sua partida Mondlane retorna ao continente africano. Ainda como funcionário da ONU, vai a Camarões acompanhar um plebiscito e, de férias, visita Moçambique. Estes fatos, juntamente com solicitações de que tomasse parte na luta em seu país, levou-o a pedir demissão e aceitar um cargo de professor da Universidade

de Syracuse durante um ano. Ele já sabia que seria por um curto intervalo de tempo, pois seguiria para Dar-es-Salaam.

Os diálogos entre as três maiores organizações de Moçambique (MANU, UDENAMO e UNAMI) resultaram na fundação da FRELIMO em 1962, organização da qual Mondlane seria empossado como seu primeiro presidente em 1963 quando foi realizado o primeiro congresso. Sabiam da necessidade de construir uma unidade, mas isso não tornou a tarefa mais fácil. Eram muitas as concepções e perspectivas sobre os mais diversos aspectos dos meios a serem seguidos para alcançar a libertação de Moçambique, mas Mondlane percebia, apesar disso, “linhas mais nítidas entre aqueles que apenas querem expulsar os portugueses e aqueles que, realmente, querem mudar a própria sociedade” (Mondlane *apud* Shore, 1999, p. 46).

Segundo Amílcar Cabral, citado por Shore (1999), “O seu mérito principal foi o de ter sido capaz de se fundir com a realidade do seu país, de se identificar com o seu povo e de se aculturar a si próprio através da luta que dirigiu com coragem, determinação e sabedoria.”

### **3.3 – Contribuições à compreensão crítica da colonização portuguesa e do movimento nacionalista em Moçambique**

Nesta seção vamos elaborar uma apresentação detalhada de *Lutar por Moçambique*, chamando atenção para as contribuições de Mondlane para a compreensão do fenômeno do colonialismo e do movimento nacionalista africano, de maneira a traçar relações entre as suas reflexões e as características presentes na formação discursiva anticolonial previamente descrita.

Na crítica ao processo da colonização, Mondlane aborda aspectos do estabelecimento das estruturas básicas que sustentaram a colonização portuguesa em Moçambique. Ele faz uma classificação temporal em dois momentos: pré-conferência de Berlin (de 1498 a 1885) e pós-conferência (de 1885 até 1920, sendo que esta última data marca o início do Estado Novo). Aqui, ele caracteriza as estratégias utilizadas para iniciar o assentamento de colonos, as políticas administrativas e elementos da exploração econômica.

Mondlane inicia o texto destacando aspectos da ocupação efetiva e fixação de colonos. Apesar de o discurso oficial português afirmar ter direito aos territórios que colonizaram no continente africano devido a sua longa permanência lá. Mondlane critica essa justificativa afirmando que entre o primeiro contato dos portugueses com Moçambique

em 1498 e o início da ocupação efetiva em 1885, após a conferência de Berlin, eles se limitaram a ocupar pequenas faixas litorâneas.

A exploração econômica era caracterizada pelo monopólio do comércio de marfim, ouro e pedras preciosas. Esse controle comercial foi abalado no século XVIII pela retomada da influência dos islâmicos na região. A isso, a coroa portuguesa respondeu com uma associação à Igreja Católica que travestia de cristianização as disputas comerciais com aqueles povos. Outra consequência dessa disputa foi o afastamento dos agentes portugueses, fazendo-os investirem através de expedições em locais mais ao interior. Assim vemos que o início do processo colonizador se deu pelo estabelecimento de postos comerciais fundamentais para garantir a extração de mercadorias (incluindo seres humanos capturados para a escravização) e o abastecimento de viajantes que transitavam entre a Ásia e a Europa.

Do ponto de vista político-administrativo temos a instauração do sistema de prazos. A coroa portuguesa cedia a posse de vastos territórios a pessoas (que passaram a ser conhecidos como prazeiros) por determinada quantidade de tempo. Os prazeiros tinham como responsabilidade controlar os povos autóctones e a geração de riquezas para a metrópole. O estabelecimento desse sistema favoreceu o sistema escravista na época.

Pressões externas, vindas de outras potências colonialistas europeias, após a conferência de Berlin que determinou a partilha da África entre eles, fizeram aumentar a preocupação portuguesa com a ocupação (povoação) dos territórios. As mais ardilosas estratégias para fragilizar e conhecer os povos locais foram utilizadas para a conquista colonial.

Sempre que possível, Portugal recorreu à infiltração de comerciantes portugueses, que se disfarçavam de simples homens de negócios interessados na troca de mercadorias entre parceiros iguais; mas em seguida, após terem espiado e feito mapas minuciosos de toda a região, enviavam as forças militares para eliminar qualquer resistência por parte dos chefes locais. Por vezes, os portugueses utilizavam colonos brancos, que alegavam precisar de terra para cultivar, mas que depois de a terem recebido dos chefes locais tradicionais, reclamavam a posse das terras comunitárias e começavam a escravizar os seus anfitriões africanos. Por vezes, foram utilizados mesmo missionários portugueses como “pacificadores” dos nativos, espalhando a fé cristã como instrumento para adormecer os africanos, enquanto as forças militares portuguesas ocupavam a terra e controlavam o povo. (Mondlane, 1995, p. 33).

No final do século XIX, com a prisão do imperador Ngungunhane e a morte do general Maguiguana do império de Gaza, Portugal vai criando as condições para

implantar seu sistema de administração. Mondlane destaca que os principais agentes e pensadores da “teoria política colonial” tinham sua atenção voltada para fazer a colônia ser útil a Portugal.

A estrutura administrativa estava organizada desta maneira: o chefe maior era o Governador-Geral, logo abaixo estavam os governadores de províncias, seguidos pelos intendentes de distrito, após esses vinham os administradores de circunscrição, por fim havia os chefes de posto que eram os responsáveis pelo controle direto da vida de milhares de africanos. A critério dessas autoridades alguns chefes tradicionais africanos (que passaram a ser chamados pejorativamente como régulos) eram mantidos em seus postos desde que se mantivessem submissos a esses.

Na medida em que foi alcançando o controle político, um novo modelo de exploração foi sendo implantado, desta vez administrado por companhias (constituídas em sua maior parte por capital estrangeiro). O governo distribuiu por arrendamento as regiões mais ricas em recursos a estas companhias e as populações locais também tinham que responder a essa autoridade, muitas vezes sendo obrigadas, a trabalharem em suas plantações e a lhe pagarem impostos. Segundo Mondlane, essas companhias estabeleceram o padrão da colonização portuguesa, que consistiu em submeter ao controle as populações locais e exploração máxima dos recursos para obtenção de lucros.

Mesmo que o investimento das companhias não rendessem os lucros esperados, a exploração da mão-de-obra dos africanos compensava isso. Inicialmente sendo o próprio africano transformado em mercadoria através do processo de escravização. Em Moçambique, essa relação de trabalho durou até depois da abolição da escravatura e mesmo após ela, eram mantidas sob novos nomes que evitavam chamar os escravos de escravos. Por exemplo, em 1869 é assinado o decreto que transforma todos os escravizados em pessoas livres, mas determina que devem continuar vinculados a seus antigos donos até 1878. Isso faz com que se mantenham as relações escravistas. Posteriormente, em 1899, é decretado o estatuto que permite o trabalho forçado, concedendo um novo amparo legal para se manter a exploração da mão-de-obra de maneira semelhante ao escravismo. Ao serem descobertas minas na região do Transvaal, na África do Sul, o governo colonial deu início a uma nova maneira de lucrar através da mão-de-obra africana. Dessa vez, por meio da “exportação” de trabalhadores para as companhias mineiras que pagavam uma compensação por esse serviço dos portugueses.

Mondlane resume que o período entre o fim do século XIX e o início do XX delimitou as principais características da colonização portuguesa que foram resultantes



do processo de retirada aos africanos do seu poder político, da terra e dos direitos mais básicos sobre si mesmos.

Dessas reflexões de Mondlane podemos compreender a estreita ligação entre as políticas administrativas e a exploração econômica (de recursos naturais e do trabalho humano). Mondlane explicita que esta relação se resumiu a controlar as regiões e os povos para a extração de lucros. Também evidencia que a relação colonizador/colonizado entre Portugal e Moçambique envolvia interesses externos que extrapolaram esses dois elementos. Seja na captura de africanos para escravização, nas discussões sobre a partilha da África entre as potências europeias, ou na instauração das companhias majestáticas.

No segundo momento, ao apresentar os aspectos do racismo na colonização portuguesa, Mondlane passa a discutir sobre os mitos criados pelo discurso oficial dos colonizadores, colocando-os em oposição aos fatos históricos da realidade moçambicana.

O primeiro mito atacado por Mondlane é a construção narrativa de um colonialismo sem racismo, construído pelos portugueses como maneira de se diferenciarem dos outros colonizadores. Para dar exemplo da longevidade desse discurso, Mondlane destaca um trecho da ordem régia de 2 de abril de 1763 onde se lê que os africanos em sendo batizados cristãos devem ter o mesmo tratamento que os nascidos em Portugal, e também cita uma frase proferida em meados do século XX do Primeiro-Ministro de Portugal, Antônio Salazar, onde se lê que “Estes contatos (nos territórios ultramarinos) nunca incluíram a mais leve ideia de superioridade ou discriminação racial” (Salazar *apud* Mondlane, 1995, p. 39).

Além das autoridades políticas, Mondlane também ressalta a importância do discurso científico para a construção desse falseamento da realidade. Nesse campo a figura mais importante foi Gilberto Freyre, brasileiro que na segunda metade do século XX desenvolveu a “teoria” do luso-tropicalismo. Suas ideias defendiam que, por terem em sua origem relações com uma diversidade de povos, estavam aptos a misturarem-se harmonicamente nos trópicos. Além disso, considerava o português um povo mais cristão do que europeu, por isso não se constituía de maneira etnocêntrica, mas cristocêntrica.

Mondlane evidencia, porém, que nem a nível teórico conseguem. Pois, mesmo que de maneira velada, a hierarquização racial está presente nos discursos oficiais. Mas o carácter racista da colonização portuguesa fica ainda mais explícito na política de assimilação implantada com esse sistema. Basicamente, esse era o meio pelo qual os portugueses alegavam que estavam cumprindo a sua “missão civilizadora” em África. Consistia em fazer com que os africanos “abandonassem” a sua cultura, língua e modos

de vida passando a adotar a cultura europeia, dessa maneira alcançando um *status* de igualdade perante o branco, ou seja, o grau de civilizado.

Além do “assimilado”, o nativo africano também era enquadrado em outra classificação racista, a de indígena. Estes constituíam a maior parte da população e era regido por um código administrativo específico que o colocava sob controle direto das autoridades estatais, que, dentre outras coisas, poderia forçá-los ao trabalho não-remunerado como forma de punição a algum crime ou outras alegações não menos absurdas. Esse código sofreu algumas reformas ao longo das décadas de colonização. Em 1951, como uma medida para prolongar a dominação colonial, pois já estava sendo colocada em xeque pela opinião pública internacional e sofrendo poderosa oposição pelos movimentos nacionalistas dos países africanos, Portugal decretou que todas as suas colônias se tornassem províncias ultramarinas. Outra reforma importante foi em 1961 quando foi abolido o código do indigenato e todo africano passou a ser considerado como português. Mesmo assim as distinções inferiorizantes permaneceram, porém, de maneira mais sutil, mas não menos violenta.

Outro elemento do racismo português presente na sociedade moçambicana é apresentado por Mondlane através de estatísticas oficiais publicadas em 1960-61. Nela aparece que a população branca, mesmo sendo minoria, fica localizada nas regiões mais urbanizadas e concentram em suas mãos a maior parte das riquezas geradas no país ocupando também os principais postos no governo e em instituições privadas.

Por outro lado, os africanos estão nas periferias dos grandes centros ou nas zonas rurais (esses são a maioria esmagadora). Vivem basicamente do trabalho assalariado, da agricultura de subsistência ou culturas obrigatórias, dessa maneira, sendo jogados à pobreza.

Assim vemos que, de maneira mais ou menos explícita, tanto no discurso quanto nas políticas portuguesas há uma ideia fundamental que considera o branco como naturalmente superior, mesmo que haja possibilidade de o negro a alcançar por meio da assimilação.

Se o africano era obrigado a abandonar a sua cultura, tradições e todo modo de vida não-europeu para ser considerado civilizado, era a educação o meio que ele tinha para alcançá-lo, processo que Mondlane considera como uma via para a submissão. A sua reflexão sobre a educação colonialista é iniciada pela crítica ao pensamento etnocêntrico europeu que considerou o africano como fora da história e como se nunca houvesse dado contribuição ao desenvolvimento das civilizações humanas. Ele desmonta essas ideias

apontando descobertas que em sua época eram recentes. Os indícios da origem africana das primeiras sociedades humanas assim como das primeiras civilizações, a importância que as descobertas científicas feitas pelos islâmicos ao se espalharem pelo continente africano tiveram para o posterior surgimento do movimento renascentista na Europa e a construção das grandes cidades ao sul do Saara antes da expansão muçulmana.

Assim, o pensamento equivocado sobre o africano levou os portugueses a planejar um modelo de educação similar ao europeu, desconsiderando completamente aqueles existentes nas sociedades autóctones, que basicamente tinham o objetivo de “formar elementos da população que actuariam como intermediários entre o estado colonial e as massas; e inculcar uma atitude de servilismo nos africanos educados.” (Mondlane, 1995, p. 56). Mondlane destaca ainda que, para os colonizadores, tornar todos os africanos portugueses através do sistema de ensino era uma maneira de afastar os “perigos” do nacionalismo africano.

Mondlane nos informa que o sistema escolar estava dividido em dois. Um era constituído pelas escolas das missões católicas (depois de um tempo também foram permitidas as das missões protestantes), essas mais voltadas para os africanos; e a segunda era das escolas governamentais, que eram mais sofisticadas e voltadas para os brancos. Os africanos já iniciavam em desvantagem, pois tinham que passar pelo ensino rudimentar no qual era ensinado o mínimo para não serem mais considerados como selvagens. Isso consistia basicamente em aprender a língua portuguesa (falar, ler e escrever) e algumas contas. Porém, o autor destaca que, da maneira como ocorre na prática, o sistema de ensino voltado para os africanos se constitui de maneira efetiva como uma série de barreiras para aqueles que desejam alcançar o ensino superior. Sendo assim, Mondlane conclui que, se compreendido com o objetivo de educar o africano, o sistema educacional colonialista fracassou completamente já que muito poucos africanos a acessam.

À outra dimensão que caracteriza a colonização Mondlane dá o nome de “economia da exploração”. O autor afirma que os principais objetivos do sistema colonial português são três: “em primeiro lugar, explorar sistematicamente os recursos dos territórios, fixar famílias portuguesas nas colônias e controlar o movimento dos trabalhadores africanos” (Mondlane, 1995, p. 67).

O autor se debruça a compreender a economia de Portugal para entender a dinâmica econômica da sua colonização. Portugal chegou a possuir uma das menores rendas *per capita* da Europa. Com uma estrutura econômica caracterizada pela

concentração da propriedade fundiária e industrial em poucas mãos, a população, seja no campo ou nas áreas urbanas está condicionada a viver com muito pouco. Com isso, Mondlane compreende que as colônias eram um meio de controlar as migrações causadas por essa pobreza, na medida em que eram criadas políticas de incentivo a tornarem-se colonos. Além disso, a economia é sustentada basicamente por capital estrangeiro o que faz com que a sua balança comercial seja negativa. “Esta situação é parcialmente compensada pelo comércio das ‘províncias ultramarinas’, que têm sempre tido uma balança de pagamentos favorável com outros países que não Portugal, e uma balança de pagamentos negativa com Portugal”. (Mondlane, 1995, p. 98). Esse país consegue garantir as vantagens econômicas nessas trocas comerciais com as colônias porque controlam os preços de suas importações e garantem um mercado consumidor para os seus produtos manufaturados. Destaca-se que a exportação de Portugal para suas colônias limitava-se a produtos de consumo e reduzia a níveis baixíssimos a venda de maquinários ou outros bens necessários para o desenvolvimento industrial.

Voltando sua atenção para Moçambique, Mondlane destaca que era um país basicamente agrícola com sua estrutura produtiva também marcada por classificações raciais. Ele explica que as culturas obrigatórias, com preços controlados pelo governo e menos rentáveis são produzidas pelos africanos em pequenas machambas individuais ou familiares. Já os europeus ficam com as culturas mais lucrativas, produzidas em grandes fazendas recebidas pelo governo juntamente com créditos bancários e podiam comercializar livremente.

Este sistema pode de facto ter enriquecido as companhias europeias envolvidas, mas teve consequências diferentes e muitas vezes desastrosas para um largo sector da população africana. Afectou as suas actividades económicas normais, reduziu a produção de géneros alimentares para consumo e causou fomes endémicas. Durante os períodos de plantio, cultivo e colheita, quase todos os africanos sofriam perseguições constantes da polícia, que revistava minuciosamente cada casa, e obrigava todos os homens, mulheres e crianças a ir para os campos de algodão todos os dias, de modo a terem certeza de que não se dedicavam a outro trabalho excepto o do algodão. Além disso, a avidez das companhias concessionárias em obter cada vez maiores lucros levou o governo a obrigar os africanos a cultivar algodão em terras impróprias, daí resultando dificuldades económicas incalculáveis para os próprios cultivadores, muitos dos quais obtinham menos de 2,10 libras por ano pela venda do algodão. (Mondlane, 1995, p. 73)

Com tudo o que explicitamos aqui a partir da obra de Eduardo Mondlane, fica evidente a relação inextrincável entre as dimensões político-administrativa, econômica e

social da colonização portuguesa cuja dinâmica tem o objetivo de gerar riqueza para a metrópole através da exploração dos recursos naturais da colônia e do trabalho dos colonizados. Para isso, toda uma estrutura discursiva de construção de um “outro” inferiorizado e desumanizado foi erguida para apresentarem-se como promotores de uma elevação do nível de civilização em toda a humanidade, sendo que tudo isso apenas velava os seus verdadeiros objetivos.

A segunda parte do livro é dedicada à análise da trajetória de desenvolvimento das práticas e pensamento do movimento nacionalista em Moçambique. Aqui, Mondlane discute desde as primeiras manifestações, passando pelas primeiras ações mais ou menos organizadas, o processo de transformação que foi conformando a compreensão da necessidade da ruptura total com os seus colonizadores que só seria possível com a construção de um movimento que abrangesse o país como um todo, tendo a fundação da FRELIMO como expressão disso. Também apresenta as justificativas da escolha da luta armada como via para alcançar esses objetivos. E, por fim, um panorama sobre relações exteriores e reflexões sobre a possibilidade de novos rumos para o desenvolvimento do povo e da nação moçambicana.

Para Mondlane, a “experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos da dominação colonial” são os determinantes para o surgimento do nacionalismo africano, não somente em Moçambique, mas em todo continente africano. Assim, ele descarta outros fatores como a unidade linguística, territorial, econômica ou cultural. Dessa maneira, aponta que o nacionalismo africano surge do colonialismo europeu. Mondlane destaca que, ao mesmo tempo em que a colonização portuguesa estabelece as condições para o surgimento do nacionalismo em Moçambique, este também impõe entraves para o seu desenvolvimento. Seja através do controle e da verticalização dos discursos oficiais ou dos próprios limites dos portugueses em alcançar todo o território moçambicano, por exemplo.

Dessas definições gerais, Mondlane passa a delimitar as características desse desenvolvimento. De início ele afirma que onde quer que tenha ocorrido a presença da dominação colonial houve algum tipo de resistência manifestado de diversas maneiras. Seja a luta armada, êxodos maciços, rejeição psicológica, sabotagens e outros. Porém, ocorria inicialmente de uma maneira limitada a um aspecto da realidade concreta vivida por um grupo populacional em determinada região.

No início da década de 1920, com a destruição das estruturas das sociedades tradicionais africanas, que muitas vezes era física, transformando os seus chefes em marionetes do poder colonial, a resistência foi passando para indivíduos e grupos.

As ideias nacionalistas começaram a aparecer através de um pequeno número de intelectuais e assalariados. Eles eram em sua maioria assimilados e mulatos que viviam nas regiões mais urbanizadas. Mondlane afirma que a forte presença do poder colonial e a ausência de um ambiente tribal foram fatores importantes para que estes começassem a pensar em ações de abrangência nacional. Esse período é marcado pela criação das primeiras organizações e veículos de comunicação. Seus discursos eram caracterizados pela denúncia dos abusos do colonialismo e exigência de direitos iguais, ou seja, não havia a compreensão de que a independência total de Moçambique era necessária.

Aos poucos esses grupos foram sendo freados e passaram a compor clubes burgueses à serviço do regime salazarista. Somente com o fim da segunda guerra imperialista europeia é que surgiria um novo impulso de ideias nacionalistas. O seu discurso ainda não alcançaria todo o território nacional, mas tinha abrangência maior que o momento anterior. Esta geração, formada principalmente por intelectuais que, atentos aos acontecimentos no mundo, aprofundaram a crítica ao colonialismo especialmente em três aspectos: “a discriminação racial e exploração dentro do sistema colonial; a fraqueza real do colonizador; e, finalmente, a evolução social do homem em termos gerais, com o contraste entre a emergência da luta dos negros na África e na América e a resistência muda do seu próprio povo” (Mondlane, 1995, p. 91). Esse momento alcançou maior expressão por meio das artes.

Este momento também teve como característica a fundação do NESAM (Núcleo dos Estudantes Secundaristas Africanos de Moçambique), grupo do qual Eduardo Mondlane foi um dos criadores. Assim como outras, esta organização tinha o seu poder de atuação limitado pela vigilância do governo colonial, mas obteve êxito em valorizar a cultura e tradição africanas além de espalhar as ideias nacionalistas entre a juventude. Anos mais tarde a rede de comunicação estabelecida entre novos e antigos integrantes do NESAM seria de utilidade para a fundação da FRELIMO. E em 1963, alguns dos seus ex-militantes fundariam a União de estudantes Moçambicanos (UNEMO), organização integrante da FRELIMO responsável por organizar os jovens.

Também no período pós-guerra, teve desenvolvimento de ações de resistência mais ativas e organizadas, porém entre os trabalhadores dos centros urbanos. Não havia muitos contatos com aqueles intelectuais e a permissão para a existência legal apenas de

sindicatos ligados ao poder colonial fazia com que os movimentos sempre serem organizados clandestinamente. Mais uma vez, a repressão faz essas iniciativas serem deixadas de lado por um tempo.

Os fracassos desses movimentos foram conformando a compreensão da fragilidade das ações centradas nas zonas urbanas. Por essa via foi se percebendo a importância da participação da população espalhada pelo interior do país. Experiências isoladas, como a das cooperativas e o movimento reivindicativo que culminou com o massacre de Mueda, também demonstraram a estes a importância de se aproximarem dos militantes políticos das áreas urbanas. A extrema violência com que foram reprimidas essas mobilizações políticas foi aos poucos exaurindo as propostas de reforma do sistema colonial e foi dando lugar à consciência de que só seria possível obter melhora de vida para o povo moçambicano através da ruptura completa com o governo português.

Entre o final da década de 1950 e o início de 1960, militantes moçambicanos exilados em países vizinhos fundaram organizações que se pretendiam nacionais. Assim, foi criada na Rodésia (atual Zimbábue) a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique) em 1960; em Tanganica (atual Tanzânia) a MANU (Mozambique African Union) foi criada em 1961, também nesse ano teve fundação a UNAMI (União Africana de Moçambique Independente) na Niassalândia (atual Malawi).

A conjuntura internacional interna ao continente africano, com a independência de diversos países a partir de organizações nacionais unitárias; o aumento da repressão portuguesa em todas as suas colônias devido ao início da guerra de libertação em Angola (que dentre outros efeitos fez crescer o número de refugiados moçambicanos, especialmente para a Tanzânia que já havia se libertado em 1961); além das estratégias políticas traçadas na CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas) realizada em Casablanca (Marrocos) no ano de 1961, são alguns dos fatores que influenciaram os moçambicanos que em pouco tempo se uniriam para formar a FRELIMO (Frente Nacional de Libertação de Moçambique) no ano de 1962.

Fundar uma organização de abrangência nacional com objetivo de ruptura total com o modelo social nos marcos do colonialismo foi uma conquista fundamental na luta dos moçambicanos pela sua liberdade e direito de autodeterminação. Mas, Mondlane demonstra que muitos desafios ainda havia de ser enfrentados.

O primeiro congresso da FRELIMO, realizado em 1964, sintetizaria esses desafios nos seguintes objetivos:

- 1) Desenvolvimento e consolidação da estrutura da organização da FRELIMO;

- 2) Desenvolvimento da unidade entre os moçambicanos;
- 3) Utilização máxima das energias e faculdades de cada um e de todos os membros da FRELIMO;
- 4) Promover a formação acelerada de quadros;
- 5) Empregar todos os esforços para promover o acesso rápido de Moçambique à Independência;
- 6) Promover por todos os meios o desenvolvimento social e cultural da mulher moçambicana;
- 7) Promover desde já a alfabetização do povo moçambicano, criando escolas onde for possível;
- 8) Tomar as medidas necessárias a fim de aprovar as necessidades dos órgãos dos diferentes escalões da FRELIMO;
- 9) Encorajar e apoiar a formação e consolidação das organizações sindicais, de estudantes, da juventude e das mulheres;
- 10) Cooperação com as organizações nacionalistas das outras colónias portuguesas;
- 11) Cooperação com as organizações nacionalistas africanas;
- 12) Cooperação com os movimentos nacionalistas de todos os países;
- 13) Obtenção de fundos junto às organizações que simpatizam com a causa do povo de Moçambique, fazendo apelos públicos;
- 14) Obtenção de meios para autodefesa; e para manter e desenvolver a resistência do povo moçambicano;
- 15) Programa permanente por todos os meios a fim de mobilizar a opinião pública mundial em favor da causa do povo moçambicano;
- 16) Diligências junto de todos os países a fim de realizar campanhas e manifestações públicas de protestos.
- 17) Obtenção de ajuda diplomática, moral e material, para a causa do povo moçambicano junto dos Estados Africanos e de todos os Estados amantes da paz e liberdade.



O próprio Mondlane organiza esses pontos em três classificações: “consolidação e mobilização; preparação para a guerra; educação e diplomacia”.

Ao refletir sobre a via pela luta armada implementada pela FRELIMO, que sofria acusações de não haver justa causa para tanto, Mondlane as refuta chamando atenção para o “fracasso obtido por todo o tipo de atividades de caráter legal, democrático e reformista tentadas durante os últimos 40 anos” (Mondlane, 1995, p. 102). Sendo Portugal um país governado por um ditador e com as características econômicas já citadas (especialmente a dependência das colônias), esse foi outro motivo que evidenciou a inevitabilidade da luta armada para alcançar a independência. Além disso, as tentativas moçambicanas de alcançá-la através de maneiras pacíficas terminou em prisões, violência e o fortalecimento da repressão. O massacre de Mueda é um exemplo disso. E, por fim, o fato de Portugal ignorar os apelos internacionais para o cumprimento do direito de autodeterminação dos povos, ao que deram como resposta uma reforma administrativa que passou a considerar as colônias como províncias ultramarinas. Dessa forma criavam uma maquiagem de autogoverno, mas mantendo esses países africanos sob os auspícios dos seus interesses. Expostos esses fatores, percebemos que, para Mondlane, a luta armada não foi uma escolha feita pelos dirigentes da FRELIMO, mas uma determinação a partir da análise dos fatos históricos.

As medidas de preparação para alcançar resultados positivos da luta foram principalmente no âmbito da educação do povo moçambicano para a importância dela e a formação de guerrilheiros para assumirem a responsabilidade de efetuar-la. Já havia um solo fértil para isso. Eram as três grandes organizações já citadas, as pessoas que tiveram experiência com o movimento das cooperativas e a rede de contatos formada pelos integrantes do NESAM. Somavam-se a esses elementos a situação de sofrimento e exploração em que foi colocado o moçambicano pelo sistema colonial. Este favoreceu a criação de condições subjetivas que os colocava com disposição a lutar contra o poder português. Porém, apesar desses fatores favoráveis, havia desafios a serem superados. Um deles era a situação de ignorância em que o povo moçambicano havia sido jogado pela colonização portuguesa que demandava um grande esforço no sentido da educação; e o outro era a formação de quadros políticos que assumissem tais tarefas.

Na área militar uma solução foi a formação de vínculo com a Argélia que vinha de uma vitória contra a França após sete anos de luta e consentiu em acolher moçambicanos em 1963 para estudar táticas de guerrilha. Outra solução encontrada

através de relações diplomáticas foi a aceitação da vizinha Tanganhica em abrigar o exército que daria início à guerra de libertação.

Mondlane apresenta os detalhes operacionais da guerra de libertação que se desenvolvia de maneira vantajosa para os moçambicanos. Estas vitórias foram importantes, pois, na medida em que conquistavam novos territórios, o exército da FRELIMO foi estabelecendo as “zonas libertas”, onde, dentre outras coisas faziam um trabalho de educação com o povo local. Dessa maneira se pôde levar para mais pessoas os ideais nacionalistas de libertação juntamente com a liberdade de cultivo e o fim da administração opressiva, por exemplo. Ao mesmo tempo, a luta lado a lado com moçambicanos de diversas regiões do país ajuda a constituir a identidade nacional. Com essa afirmação, Mondlane destaca que a ação militar era um elemento da luta pela independência que para ele era essencialmente política.

“Utilizar em nosso benefício a nossa força de trabalho e a riqueza da nossa terra”. Essa é uma citação retirada da mensagem do Comité Central ao povo moçambicano feita em 25 de setembro de 1967 em celebração do aniversário do início da luta. Mondlane destaca essa frase para expressar o objetivo de todo o movimento nacionalista que, para ele, tem como meio a expulsão da autoridade portuguesa juntamente com o estado colonial, mas como fim último a construção de um novo país. Assim vemos que para o autor, nesse processo, não cabem medidas paliativas, reformistas ou conciliatórias com o colonialismo. Apenas a ruptura completa e construção de uma nova sociedade podem garantir para o povo moçambicano o seu direito à liberdade.

Outro elemento de importância para a construção nacionalista é a luta contra o “tribalismo” (que representa o poder dos chefes tradicionais). No passado, esse poder emergia de uma legitimidade popular, porém, sob domínio do colonialismo, os portugueses transformou-os em meros fantoches dos seus interesses “encorajando ou introduzindo elementos autoritários e elitistas” (Mondlane, 1995, p. 130).

Preocupado com uma construção autônoma voltada para atender as necessidades específicas do povo moçambicano, Mondlane demonstra como a independência segue na direção contrária aos interesses imperialistas de países política e economicamente dominantes incrustados na África Austral. Esses interesses estavam representados pelos países governados por minorias brancas como a África do Sul (que, sob governo dos boers implantou o regime do *apartheid*, utilizava da força de trabalho moçambicana para extração de ouro) e a Rodésia (após a Declaração Unilateral de Independência passou a ser governado por Ian Smith e tinha por Moçambique sua via de escoação de

mercadorias). Lembra ainda que esses países, assim como Moçambique sob domínio português, recebiam vultosos investimentos de países ocidentais, além de apoio militar, seja diretamente ou indiretamente através da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Dessa maneira ele aponta a relação de apoio entre os governos de minorias brancas na África e os países imperialistas do norte que pressionavam contra o movimento nacionalista em Moçambique.

Em contraposição a essa articulação entre os governos opressores, Mondlane destaca a importância da articulação com outros movimentos nacionalistas de países colonizados por Portugal que também travavam as suas lutas por libertação: o MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola e o PAIGC - Partido Africano da Independência de Guiné Bissau e Cabo Verde. Essa articulação tem um longo período de construção tendo o início datado pela fundação da Liga Africana em Lisboa no ano de 1920 e que culminou com a fundação da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas), fundada em 1961. E, apesar de apontar fragilidades e dificuldades, reconhece a importância dos aliados nos outros países africanos na OUA (Organização da Unidade Africana) que promove ideais de uma África livre e unida. A esse bloco de apoio ao movimento nacionalista, Mondlane soma os países socialistas e organizações dos povos que lutam contra os seus governantes em países ocidentais.

No âmbito internacional, a principal vitória dos movimentos de libertação foi o reconhecimento pela ONU em sua Assembleia Geral no ano de 1960 das ditas províncias ultramarinas portuguesas como territórios não-autônomos. Isso conferiu a possibilidade de legitimidade à luta.

Para finalizar, Mondlane afirma que a estratégia de realizar uma guerra prolongada, fundamentada na constatação que Portugal não suportaria devido a sua economia frágil, tem dado os frutos esperados. O Estado português, cada vez mais, sentia os efeitos de sustentar a guerra ultramarina nas suas três maiores colônias em África aumentando a desestabilidade política no interior do país realizadas por movimentos contrários ao regime salazarista. Além disso, havia também uma pressão dos brancos das colônias que exigiam uma presença maior do estado colonial a fim de garantir os seus interesses econômicos e dos privilégios. Mesmo com o aumento do apoio vindo da África do Sul, Mondlane não duvidava da possibilidade de vitória dos nacionalistas.

Mondlane afirma na sua reflexão final que o caminho para o livre desenvolvimento de Moçambique, voltado para atender as necessidades da maioria do

seu povo, passa necessariamente pela libertação do domínio português. Ele lembra, porém, que a independência não resolve todos os problemas, pois ela não muda da noite para o dia as atitudes das pessoas, assim é preciso retirar o sentimento de elite entre os assimilados e estimular o interesse pela participação entre os não-educados, por exemplo. Com isso, o autor quer lembrar que o compromisso da luta anticolonial é construir uma nova Moçambique e não apenas destruir o regime colonial, ou seja, há uma preocupação em não criar novo grupo de elite privilegiada que só seria possível através de profundas transformações políticas econômicas e culturais que em sua obra aparecem como dimensões inextrincáveis da realidade social.

### **3.4 - Caracterização das condições de produção das publicações da revista Estudos Moçambicanos**

Início esta etapa com uma rápida contextualização do que foi o período de transição ao socialismo em Moçambique, ressaltando os principais elementos que condicionaram a fundação da Universidade Eduardo Mondlane e do seu Centro de Estudos Africanos.

Malyn Newitt (1995) contribui para a compreensão desse período trazendo importantes detalhes. Afirma que as várias dificuldades da FRELIMO e empecilhos colocados por Portugal fizeram com que a guerra de libertação ficasse muito concentrada no norte de Moçambique. Para Newitt, isso provocou duas consequências ao menos: certo desconhecimento do povo moçambicano sobre a frente e um não conhecimento completo desta sobre o país que governaria. Juntamente com o fato de a formação da FRELIMO contar com grandes intelectuais, levou-os a construir uma orientação do partido no sentido de investigar a realidade social do país que foi fundamental para a sua atuação. Tais investimentos possibilitaram que, após a independência, já tivessem uma noção mais ou menos definida das tarefas a serem cumpridas como, por exemplo, a expansão da organização em todos os estados, a criação da organização das mulheres e da juventude, além da expansão do setor industrial como motor do desenvolvimento nacional.

Newitt destaca que a FRELIMO nesse período foi perdendo a sua característica de ser dinamizadora, mobilizadora e fomentadora da consciência política passando a ser

a centralizadora das decisões aumentando a sua estrutura e agentes burocráticos. Tinham os Grupos Dinamizadores (GD's) como principal meio para isto.

Samora Machel já era uma liderança importante desde 1966 quando assumiu a liderança militar da frente. Era um dos poucos líderes da direção que não possuía formação superior e também foi da primeira turma que recebeu formação de guerrilha na Argélia, dessa maneira pôde participar da primeira ação militar contra os portugueses que deu início à guerrilha. Assumiu a liderança da FRELIMO em 1970, após o assassinato do seu antecessor, Eduardo Mondlane, depois de ter vencido disputas internas. Machel também é considerado como um dos maiores responsáveis pela guinada à esquerda e assunção do carácter marxista-leninista do partido depois da realização do III Congresso Nacional em 1977.

Quanto ao aspecto social, Newitt destaca que o desaparecimento da administração e economia colonialista não alterou imediatamente as estruturas autoritárias antidemocrática dos chefes tradicionais, da exploração e submissão das mulheres e homens. Nesse contexto, outros exploradores foram tomando lugar dos antigos. Outro importante campo de preocupações eram as divisões tribais e a ausência de educação formal que fortaleciam a reprodução daquelas estruturas. A FRELIMO compreendia que realizar ações contra todos esses elementos era um meio para promover a modernização da economia em Moçambique. Todo esse investimento, porém, encontrou resistência nas tradições do povo moçambicano ou porque estavam acostumados aos modos coloniais de vida.

Newitt destaca que após a declaração da independência, a economia moçambicana mergulhou em uma grave crise. Internacionalmente, havia um fator de enorme influência para isto, uma crise que crescia desde 1973 reduzia progressivamente o preço de diversas matérias-primas (principais mercadorias de exportação do país). Além disso, o governo sul-africano começou a dispensar um enorme número de trabalhadores das minas, resultando no aumento do desemprego em Moçambique. Internamente, o autor destaca três elementos: a fuga de profissionais qualificados (colonos, em sua maioria); os ataques do governo português que continuavam mesmo após o cessar fogo e as tentativas de derrubada do novo governo moçambicano por meio de sabotagens econômicas realizadas por empresas privadas; por fim, fatores climáticos que provocavam inundações ou secas periodicamente prejudicando a agricultura e gerando fome entre a população.

Para enfrentar a crise, o governo promoveu nacionalizações das empresas abandonadas. Dessa maneira, o estado passou a controlar grande fatia dos setores produtivos (industrial e agrário) assim como também o comércio. Outras medidas foram tomadas no sentido de combater a fome, como a importação de alimentos, por exemplo. Porém, os planejamentos não eram plenamente executados por não alcançar investimentos ou capacidade dos agentes estatais satisfatórios.

O autor também destaca as relações internacionais em que Moçambique estava inserida. Ainda no período da luta de libertação nacional, Newitt ressalta que este foi um processo que contou com a solidariedade de países que já haviam alcançado a independência e de organizações nacionalistas que também estavam em luta. Por outro lado, países dirigidos por governos de minoria, como África do Sul e Rodésia, buscavam interromper ou frear o seu avanço. Tais alianças e conflitos tiveram consequências após a Independência.

Fora do continente africano, as relações com Portugal se tornaram menos conflituosas na medida em que setores políticos de direita foram perdendo força e abrindo espaço para a centro-esquerda, representada por Mário Soares e António Ramalho Eanes. A FRELIMO aproximou-se de países do leste europeu e apoiou lutas anti-imperialistas ao redor do mundo. Também empenhou forças na construção da articulação entre países não-alinhados, que não aderiam abertamente ao bloco socialista ou capitalista durante a Guerra Fria.

Newitt dá uma atenção especial ao papel da África do Sul como fator para as difíceis condições enfrentadas por Moçambique. A dependência econômica dos países vizinhos servia aos interesses da elite sul-africana e, para mantê-la, promoviam políticas de desestabilização. A queda do poder português em Angola e Moçambique geraria mudança na relação de forças da África Austral. O apoio às organizações nacionalistas foi fundamental para a libertação da Rodésia, por exemplo, que passaria a chamar-se de Zimbabwe. Por outro lado, o governo de minoria branca na África do Sul elegeria P. W. Botha que, com apoio dos militares do país, promoveria políticas mais duras de controle para impedir o avanço do CNA e da SWAPO.

Outro elemento fundamental que caracterizara este período foi a fundação da RENAMO (Resistencia Nacional de Moçambique). Seus fundadores foram principalmente moçambicanos descontentes com a FRELIMO, recebeu apoio de

portugueses que haviam fugido do país e do governo rodésiano liderado por Ian Smith. Inicialmente as suas ações se resumiam a sabotagens, como corte de comunicações, linhas de abastecimento, ataque a depósitos e ataques às comunidades rurais, por exemplo. A queda do governo de Ian Smith e a morte de Jorge Jardim, os principais apoiadores dessa organização, quase a levou à extinção. O governo sul-africano os socorreu dando-lhes o apoio necessário e, dessa forma, passaram a ter uma importante função na estratégia de desestabilização contra o governo frelimista.

A FRELIMO, diante deste conjunto de dificuldades, a crise econômica, as tragédias provocadas por fenômenos naturais e as políticas de desestabilização, foi levada cada vez mais a se aproximar do bloco capitalista e das instituições de Bretton Woods chegando a assinar um acordo com o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial em 1987. Isso abriu mais espaço para o capital privado deixando de lado as decisões tomadas no 3º congresso e reduzindo a participação estatal na economia. Sendo que, em 1989, com a realização do 5º Congresso, seria declarada que a Frelimo deixara de ser uma organização marxista-leninista.

Em 1984, a assinatura do acordo para não apoio a organizações armadas de Nkomati entre os governos de Moçambique e da África do Sul foi considerada por muitos como uma derrota para a FRELIMO. Porém, após esse acordo, Machel visitou alguns países como EUA e Inglaterra, por exemplo, onde conseguiu apoio para enfrentar a fome e a crise em seu país. Além disso, possibilitou o retorno da importação de mão-de-obra moçambicana para as minas. Por outro lado, descobriu-se que o governo sul-africano continuava a dar apoio secretamente à RENAMO. Em 1986, o avião onde viajava o presidente Samora Machel caiu em território sul-africano quando retornava de reuniões para acordar a retirada de apoio do governo do Malawi às forças da RENAMO. Newitt afirma haver fortes indícios da participação da África do Sul, mas nunca se descobriu os responsáveis. Machel seria sucedido por Joaquim Chissano na liderança do partido e do país.

A expulsão da Renamo do seu reduto em Malawi fez com que buscassem estabelecer instalações fixas a partir de meados da década de 1980. O resultado de suas ações foi a morte de mais de 100.000 pessoas e mais de quatro milhões tiveram que buscar refúgio nos países vizinhos. Além disso, conseguiram eliminar completamente a presença do governo em algumas regiões. Para conquistar apoio da população, os líderes da

Renamo se apoiavam em descontentamentos e hostilidades que já havia contra a Frelimo. Por exemplo, a retirada do poder e privilégios dos chefes tradicionais, a oposição frelimista ao poder dos líderes religiosos (especialmente dos cristãos e islâmicos) e os incômodos causados pelo deslocamento para as machambas estatais. Para Newitt, o mais importante elemento que possibilitou o crescimento da Renamo entre os camponeses foi a queda no padrão de vida devido à crise e o estabelecimento de metas de produção que chegavam a se assemelhar à imposição das culturas obrigatórias no período colonial.

A primeira tentativa de negociação partiu da Renamo em 1987, mas fora negada pela Frelimo. Porém influências vindas da África do Sul, que passara por mudanças internas, e de financiadores internacionais apoiaram a criação de condições para as negociações de paz. No ano de 1990 a Frelimo realizaria uma reforma constitucional que aboliu o sistema unipartidário, dessa forma possibilitou o reconhecimento da Renamo como organização política, sendo que essa se comprometia a não atacar as linhas de ferro do corredor do Zimbabwe até o mar. A Renamo ainda resistiria à assinatura de um cessar-fogo definitivo, mas o acontecimento desse acordo entre o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) em Angola no ano de 1992 exerceria grande influência entre os moçambicanos, levando-os a esse acordo interno no mesmo ano, sendo que era dependente da realização das eleições multipartidárias.

Quanto ao contexto mais específico que determinou a fundação da UEM e o Centro de Estudos Africanos, bem como as características da intelectualidade da época, Fernandes (2011) afirma que as políticas portuguesas para manutenção do controle sobre os territórios africanos que colonizara, passou a chamar ainda mais atenção de intelectuais, políticos e militantes progressistas na década de 1960 internacionalmente, naquele momento a maioria dos países africanos já havia alcançado as suas independências. Em alguns desses países, como a Tanzânia, que teve um papel de apoio fundamental ao movimento nacionalista moçambicano, buscavam construir um novo modelo de sociedade distanciando-se daquele imposto pelo colonialismo. Nesse sentido constituíram centros de estudos que atraíram pesquisadores para pensar e planejar esse processo.

Toda essa transformação provocou mudanças nos estudos africanos. Eles deixaram de estar centrados na antropologia, que tinha como foco principal a tribo (de



acordo com interesses dos colonizadores), e passou a focar mais no desenvolvimento do estado nação no contexto das independências e na modernização das relações econômicas.

Em Moçambique, nos primeiros dez anos após a independência, era possível destacar dois grupos de intelectuais. Aqueles que enfatizavam suas pesquisas e reflexões sobre os fatores externos que eram favoráveis à FRELIMO frente aos conflitos com a RENAMO, colocando estes como fantoches de interesses da Rodésia no primeiro momento e posteriormente da África do Sul. O outro destacava fatores internos, dando relevância às falhas da FRELIMO, expressas através de descontentamentos da população e atribuindo a essas os motivos para a guerra, que não classificavam como de desestabilização, mas como guerra civil.

Dessas características gerais sobre a conjuntura intelectual, o autor passa a uma periodização que João Mosca (1999) definiu como de “experiência socialista em Moçambique”, que referencia esta reflexão. São quatro as delimitações elaboradas por Mosca. A primeira, marcada pela fundação da FRELIMO e o início da luta armada, 1962 e 1964 respectivamente, encerrando-se em 1974 com as negociações e acordo de paz que determinou a Independência moçambicana; entre 1975 e 1980 a FRELIMO se declara como partido marxista-leninista, a RENAMO é fundada e dá-se início à guerra (civil ou de desestabilização, a depender da perspectiva adotada), aqui também é quando começa a crise econômica; o terceiro foi marcado pela assinatura do acordo de “boa vizinhança e não agressão” entre Moçambique e África do Sul, vai de 1980 a 1985. Por fim, no quarto período vão sendo feitas reformas que possibilitaram a abertura para a economia de mercado e investimento privado, culminando com a nova constituição moçambicana que previa, dentre outras coisas, o fim do partido único marcando o encerramento dessa experiência em 1990.

Tendo elencado as principais características dessas primeiras décadas após a independência, Fernandes passa a considerar as condições em que foi criado o Centro de Estudos Africanos (CEA). De início, ele destaca que logo em 1975 até 1978 houve uma debandada de professores universitários ligados ao poder colonial português, que reduziu seu número para menos de 10, sendo que o de estudantes passou de 2.433 para 740. Também nesse período, mais especificamente em 1976, a única universidade criada pelos colonizadores, a Universidade Lourenço Marques, teve o seu nome mudado para

Universidade Eduardo Mondlane, com o intuito de simbolizar a ruptura com o modelo de educação anterior e a criação de uma universidade voltada para os interesses do povo moçambicano.

Inicialmente não houve muitas transformações com relação à Universidade Lourenço Marques. O curso de Ciências Sociais e Humanas, por exemplo, manteve a mesma estrutura nos primeiros anos da UEM. Porém uma mudança que foi logo implementada e percebida foi a importância que ganhou o curso de História. Este passou a realizar uma crítica à história da opressão colonial e dar destaque ao sujeito moçambicano que havia sido silenciado.

Na perspectiva epistemológica também reverberou mudanças. Nesse âmbito passaram a serem valorizadas as teorias que destacavam a importância da mudança social em contraposição das teorias da ordem social que eram consideradas as mais conservadoras no campo das ciências sociais. Nesse sentido, a gênese das teorias deveria estar ligada às práticas e lutas sociais.

O CEA da Universidade Eduardo Mondlane surgiu por inspiração e como forma de homenagem ao Centro de Estudos Africanos, fundado em 1949 por estudantes africanos em Portugal que mais tarde se tornariam líderes das lutas nacionalistas. A sua criação teve como principal objetivo dar respostas às demandas da luta contra o colonialismo/imperialismo, num mundo marcado pela dicotomia da guerra fria, e as referenciadas principalmente pelas teorias marxistas.

O autor destaca duas pesquisas feitas nesses primeiros anos do CEA que exemplificam as características apresentadas, são elas: “Zimbabwe - A questão rodesiana” e “O mineiro moçambicano”.

A primeira delas foi pensada a partir da compreensão da importância de conhecer melhor a realidade moçambicana, considerando a dinâmica política e econômica da África Austral. O contexto que marcou as relações entre o governo de minoria liderado por Ian Smith na Rodésia do Sul e a FRELIMO era de conflito. O governo rodesiano havia apoiado as forças portuguesas durante a guerra de libertação e posteriormente contribuiu para a fundação da Resistência Nacional Moçambique (RENAMO), que iniciou ataques a Moçambique para desestabilizar o novo governo. O governo frelimista, logo em 1976, rompeu relações com a Rodésia do Sul e buscava meios de apoiar o

movimento nacionalista deste país, o ZANU (Zimbabwe African National Union) e para isso solicitou a realização desse estudo para compreender melhor as problemáticas e história deste país.

Esta pesquisa teve importância não apenas pelo seu conteúdo, mas também porque deu início a uma nova forma de produzir ciências sociais em Moçambique. Fernandes destaca três pontos principais: “1) uma abordagem na atualidade (sem contudo deixar de levar em consideração as suas raízes históricas), em vez de focalizar na história como tal; 2) uma mudança de uma pesquisa individual para pesquisa coletiva e 3) a introdução de um sentido de urgência na pesquisa para responder a preocupações imediatas.” (Fernandes, 2011, p. 95).

Enquanto “A Questão Rodesiana” vinha dando início a essa nova forma de produzir ciências sociais no país, “O mineiro moçambicano” ao passo que contribuiu para a sua consolidação também abria espaço para um novo campo de pesquisa. Este teve como objetivo analisar os trabalhadores que migravam para trabalhar nas minas da África do Sul, fluxo que foi uma das principais fontes de rendimentos para governo colonial e que o novo necessitava compreender.

Essa pesquisa também contribuiu para aprofundar a ruptura com as ciências sociais produzidas no período colonial, mas que ainda reverberava no CEA. Fernandes destaca as discussões em torno de produções consideradas dicotomicamente como “puras” que eram como a produção de teoria por excelência ou aplicadas, que se baseavam em coleta de dados utilizando determinados métodos e aplicando as teorias produzidas pelas pesquisas puras. O que se propunha com esse empreendimento científico era derrubar a fronteira entre essas duas, deixando aberta a possibilidade da descoberta de novas teorias a partir das pesquisas aplicadas.

A revista Estudos Moçambicanos é criada em 1980 no CEA dentro desse contexto marcado por conflitos internos e externos, incertezas e muitas possibilidades. A E.M. tinha como público alvo principal estudantes universitários e do ensino médio, professores, funcionários públicos, dirigentes e lideranças políticas, além de um público internacional (fazia parte dos planos publicar os textos em inglês, mas isso acabou acontecendo apenas com poucos números). A pretensão era publicar semestralmente, mas isso nem sempre foi possível (no período em análise chegou a haver um hiato de quatro anos).

O objetivo principal da revista era refletir criticamente sobre a realidade moçambicana em seus elementos internos e externos considerando a dinâmica regional da África Austral, do continente africano como um todo e extracontinental. A maior preocupação era com as questões da Moçambique contemporânea, mas sem desconsiderar o processo histórico delas com vistas à construção dessa nova realidade social independente e alternativa ao colonialismo precedente, ou seja, a transição ao socialismo. Na revista, reverberava uma preocupação que era geral no CEA, o foco na produção de pesquisas voltadas à intervenção na realidade social através, inclusive, da crítica às políticas da FRELIMO, aqui ficando ainda mais explícitas as características políticas dos autores.

Para alcançar esses objetivos o principal método utilizado foi a economia política aplicada sendo observada a formação dos aspectos que caracterizavam a formação dos elementos dessas relações através de análises históricas, considerando que são inseparáveis as dimensões culturais, sociais, econômicas e políticas dos fenômenos. Quanto aos temas mais abordados nos primeiros dez anos da revista, Fernandes destaca três: as estratégias utilizadas para a **transição ao socialismo**, que implicavam em investidas para compreender a **economia política do colonialismo português** em Moçambique e, por fim, as pesquisas voltadas para estudo das **tradições orais dos povos moçambicanos**.

### **3.5 - Descrição das edições em análise**

A partir daqui, passamos a analisar as edições publicadas entre os anos de 1980 a 1990 compreendendo um total de 8 números da revista.

#### **NÚMERO 1 – 1980**

##### **Editorial – Ruth First**

First afirma que o primeiro número se dedicará a analisar a maneira específica em que foi imposto o subdesenvolvimento em Moçambique e as formas de exploração da força de trabalho. Este editorial faz uma rápida apresentação da revista, os métodos, perspectivas, referenciais teóricos e objetivos.

Nele, somos informados que a revista tratará de assuntos sobre Moçambique ou aspectos relacionados ao contexto da África Austral e que rejeita a perspectiva burguesa de produção de conhecimento com separação entre o trabalho intelectual e o trabalho braçal evitando departamentalismos, carreirismos e o isolamento profissional oriundo dessa divisão. Destaca a interdisciplinaridade da produção acadêmica dentro do campo das diversas ciências sociais.

Destaca também a adoção da perspectiva materialista e dialética para as suas análises considerando a sociedade como uma totalidade com partes indissociáveis (economia, política, cultura e aspectos sociais), cuja separação seria artificial e arbitrária. Ressalta a importância de dar atenção às condições da luta de classes e o papel do Estado. A adoção do método da economia política com relevância para aspectos históricos dos fenômenos analisados.

Aqui também é proposta uma ruptura com a história colonial, que constituiu os colonizadores como sujeitos da história moçambicana e os africanos como seus objetos, dessa maneira legitimando a colonização como força civilizadora. Ressalta a importância dos registros históricos não só das lutas anticoloniais dos moçambicanos, mas da caracterização do capitalismo e colonização portuguesa. E, por fim, caracteriza essa publicação como um órgão de estudo e de intervenção, além de ser uma revista teórica, mas não acadêmica.

### **Economia política do colonialismo português em Moçambique - Marc Wuyts**

O autor realiza uma periodização e marcos teóricos analíticos sobre o colonialismo português em Moçambique na sua fase imperialista. Para tanto, considera as características das lutas de classes antagônicas (capital x trabalho) quanto as disputas internas às frações da classe capitalista. Ressalta que não se trata de uma cronologia detalhada dessa trajetória histórica e, por isso, serão feitas considerações teóricas acerca de especificidades características de cada período.

O principal aspecto da colonização portuguesa é que ela nunca foi moldada para atender interesses exclusivamente portugueses, mas estava subordinada a interesses dos países imperialistas mais poderosos. Isso fez com que a formação social de Moçambique fosse integrada ao subsistema da África Austral que tem como base a África do Sul.

São três os períodos delimitados pelo autor:

1885 - 1926: a dominação do capital estrangeiro não-português

Três características: no centro do país uma produção agrícola, na região mais ao sul utilização e exploração da força de trabalho nas minas da África da Sul no sul, presença majoritária de capital não-português devido a fracamente desenvolvida burguesia deste país.

1926 – 1960: a fase do nacionalismo econômico

Nesta fase houve a instalação do governo fascista encabeçado por Antônio Salazar, o qual tinha como objetivo fazer com que as colônias atendessem aos interesses portugueses como elemento fundamental para o desenvolvimento de sua burguesia. Em Moçambique isso fez com que houvesse maior integração com o subsistema da África Austral, juntamente com intensificação e institucionalização da exploração da força de trabalho e extração de mais-valia absoluta através dos trabalhos forçados que doravante caracterizariam a base do capitalismo colonial.

1960 (63/64) – 1973: crise e reestruturação do capital

O avanço das lutas nacionalistas no continente africano como um todo e internamente a Moçambique e outras colônias portuguesas provocou uma reestruturação do capital que, por sua vez, foi transferindo a exploração da força de trabalho pela extração de mais-valia relativa (inclusive com a extinção da legalidade do trabalho forçado, que continuaria de maneira disfarçada), ou seja, o capital foi obrigado a modernizar-se voltando a aumentar o espaço para o capital não-português para dar conta dessas necessidades objetivas impostas pela luta política.

### **Dependência colonial e integração regional – Luiz Brito**

Neste texto, o autor objetiva apresentar uma interpretação do colonialismo português em Moçambique evitando a sobrestimação do fascismo nesse processo e dando a devida importância aos aspectos da integração com a África Austral, maneira pela qual se manifesta a dependência colonial.

A dependência econômica de Portugal com relação à Inglaterra caracterizada pela transferência de renda daquele para este, resultou na incapacidade da burguesia portuguesa em realizar uma acumulação primitiva de capital forte o suficiente para promover uma industrialização robusta. Isso resultou num desenvolvimento tardio das relações capitalistas com relação a outros países europeus.

Essas características portuguesas estabeleceram fortes marcas na maneira como administravam suas colônias assumindo um papel secundário na exploração dessas. Comportavam-se mais como uma espécie de “arrendatário” no sistema de prazos ou das companhias majestáticas. Outra maneira que o capital estrangeiro marcava presença em Moçambique foi através da imigração de trabalhadores para às minas do Transvaal que aumentou enormemente um fluxo que existia desde meados do século XIX com a assinatura do acordo entre Portugal e o Transvaal em 1897. Moçambique também tinha relações com outros países colonizados pela Inglaterra como Niassalandia e Rodésia.

Quanto ao caráter fascista do governo português Brito afirma que, em função do seu nacionalismo, buscou aumentar a participação do capital nacional e a diminuição do capital não-português, principalmente entre os anos de 1950 e 1960

A migração para trabalhar nas minas da África do Sul era fonte de preocupações dos colonos portugueses, pois não tinham capital o suficiente para enfrentar as companhias mineiras que atraíam a força de trabalho com salários mais atrativos.

Assim, numa situação de dependência frente a outros países e de dificuldades para exploração da força de trabalho, o que rendia riquezas para o governo fascista português eram os “imperativos financeiros” obtidos através de acordos para o escoamento da produção mineira e de taxas para a arregimentação de trabalhadores para as minas. Esse arranjo se mostrava vantajoso, mesmo prejudicando parte da burguesia colonial.

### **O capitalismo colonial na Zambézia 1855 – 1930 - Carlos Serra**

O autor nos informa que nos países onde o capitalismo se desenvolveu de maneira mais acabada as relações de trabalho apresentam-se fundamentadas sobre a compra da força de trabalho por meio do salário de trabalhadores livres. Porém, em outras regiões do mundo essa característica mostrou-se prescindível, utilizando de relações de trabalho não capitalistas como os trabalhos forçados e/ou obrigatórios. Com isso, o autor quer dizer que aquilo que ele chamou de “via colonial do capitalismo” constituiu formas sociais híbridas. Para Serra, as formações sociais no terceiro mundo apresentam uma essência similar apesar das suas formas diversas. É o desenvolvimento desigual do capitalismo em função do desenvolvimento deste em alguns países da Europa Ocidental. Isso é o que pretende demonstrar na análise do capitalismo colonial na Zambézia no período entre 1855 a 1930.

O autor demonstra que até a última década do século XIX a presença europeia na região era predominantemente marcada pela exploração através do capital comercial. As

principais mercadorias eram as oleaginosas e os africanos escravizados, sendo que a maioria dos africanos apresentava-se nessa relação como produtores camponeses e não como assalariados. Porém, a concorrência com produtores da África Ocidental e o novo modelo de administração implantado por Antônio Enes (comissário régio em Moçambique) possibilitou às companhias darem início a plantações e obrigarem os africanos a vender a sua força de trabalho. Com isso, o autor afirma que o desenvolvimento das relações de exploração do trabalho capitalista na região não é resultado de luta de classes endógenas ao país, mas de imperativos externos e que não favorecia a burguesia portuguesa, mas sim a de outras potências capitalistas europeias.

Em 1890 foi imposto o “mussoco” que deveria ser pago, obrigatoriamente, parte em trabalho agrícola e parte em dinheiro. Isso demandou uma presença mais intensa do governo colonial e teve como uma das consequências a migração dos trabalhadores africanos para outras regiões de Moçambique ou para países vizinhos (uma espécie de resistência), porém isso acabou por criar uma oportunidade de rendimentos para o Estado através da institucionalização da exportação de mão-de-obra. Partindo da compreensão de que um modo de produção não é natural, mas sim construído com base no que uma sociedade produz e como ela produz, o autor afirma que o *mussoco* foi a maneira como foi sendo “produzido” o trabalhador assalariado na Zambézia, recrutando-os de modos de produção pré-capitalistas.

### **A *Senar Sugar States* e o trabalho migratório - Judith Head**

Este texto tem o objetivo de analisar como o Estado e a SSE se beneficiaram do trabalho migratório através da sua baixa remuneração, dando foco ao período entre 1930-1960.

A SSE foi se desenvolvendo com dificuldades durante algum tempo (principalmente quanto a infraestrutura e disponibilidade de mão-de-obra), mas um acordo com o governo, onde esse se comprometeu com a permanência de 3000 homens, firmado da década de 1920 alteraria essa situação.

A crise econômica de 1930 afetou as empresas coloniais e demandou intervenção estatal para assegurar a sua continuidade (a SSE foi um exemplo dessas). A extinção do sistema de prazos estabelecendo uma nova divisão administrativa das províncias que a partir de então seriam divididas em



circunscrições e postos administrativos. Isso significou uma maior centralização do poder administrativo que estava distribuído entre os prazeiros nas mãos do Estado, porém as companhias ainda preservariam muito desse poder.

Nesse contexto foi implantado o Regulamento do Trabalho Indígena que tinha em seus pontos mais importantes a obrigação ao trabalho assalariado, administração de trabalhadores contratados e as punições a infração da lei. Com a obrigatoriedade do trabalho e punição com trabalho correcional imposto pelo novo regulamento, foi estabelecida uma estreita relação entre o poder administrativo, responsável pela aplicação e fiscalização, e as companhias privadas que se beneficiavam disso através dos seus recrutadores.

### **Carta dos direitos dos trabalhadores emigrantes da África Austral**

Um documento resultante da reunião realizada em abril de 1978 em Lusaka, Zambia, que reuniu representantes dos governos de Moçambique, Lesotho, Botswana, Swazilândia, Angola, Etiópia, Quênia, Madagascar, Somália, Tanzânia e Zâmbia. Esse encontro teve o objetivo de analisar as consequências da exportação de mão-de-obra na economia da região.

Nela, constataram os aspectos nefastos desse fenômeno identificando a economia sul-africana como protagonista disso e decidindo pela adoção de um programa para encerrar esse sistema exploratório. O meio para isso seria o fomento para o desenvolvimento independente dos países “fornecedores” com abertura de postos de trabalho.

### **A voz do mineiro - Alpheus Manghezi**

Nesse texto, com um método pouco utilizado para esse campo de estudos, o autor reflete sobre as características do sul de Moçambique através de entrevistas e canções dos trabalhadores das minas da África do Sul. Percebe que, os trabalhadores compreendem a situação de exploração em que estão inseridos, atribuem isso à fatalidades do destino e veem a chegada da FRELIMO como possibilidade de transformação quanto ao colonialismo português e ao capitalismo sul-africano.

### **O processo de acumulação da RSA e a situação actual no Sul do Save - Miguéis Lopes Júnior**

Nesse texto, o autor aponta que, no início da década de 1970 houve uma diminuição do fluxo de trabalhadores migrantes devido a alterações na economia da África do Sul. Isso provoca agravamento da crise em países fornecedores dessa mão-de-obra impactando as estratégias de transição ao socialismo em Moçambique. Essa crise, que leva ao crescimento do desemprego na África do Sul, faz com que a Câmara das Minas decida pela admissão apenas de trabalhadores migrantes que já tinham cumprido pelo menos um ano no país. Dessa maneira, é abalada a economia moçambicana que tinha quase metade da sua receita nos últimos anos do colonialismo oriunda do recrutamento de trabalhadores.

### **Escritos e investigação sobre Moçambique 1975 – 1980 - Colin Darch**

Nesse texto, Darch tem como objetivo apresentar os caminhos que seguiu a produção de ciências sociais em Moçambique após a independência da colonização Portuguesa. Nele a ênfase é dada aos textos que partilham das preocupações da FRELIMO, as problemáticas em torno das transformações sociais necessárias para a transição socialista, buscando explicações para os fenômenos sociais a partir de termos econômicos e de classe e evidenciando as especificidades destes em face das teorias mais gerais.

### **NÚMERO 2 – 1981**

#### **Editorial - Aquino de Bragança, Ruth First**

Começam afirmando que as ciências sociais em Moçambique devem cumprir o compromisso de atender as demandas das transformações sociais no país e na região da África Austral evitando se tornar uma mera coleção de curiosidades. Nesse número concentraram atenção em questões a cerca das formas específicas da exploração portuguesa da força de trabalho no seu modelo de colonial-capitalismo, desdobramentos disso na formação das classes e luta de classes consequentemente incluindo também as estratégias para a superação das mazelas produzidas nesse processo.

Afirmam que o chibalo foi uma forma característica de exploração da força de trabalho implantada pelos portugueses desde o fim do século XIX em todas as suas colônias, sendo abolido em Moçambique apenas em 1961. Esse número contém entrevistas, produzidas por Alpheus Manghezi, com vítimas do chibalo que buscam abordar diversos aspectos desse sistema.

O texto de Jeanne Penvenne, mostra que o chibalo foi amplamente utilizado na construção da capital da colônia, Lourenço Marques, tendo grande importância para o capital privado e público. A implantação dessa forma de exploração também tinha consequências no controle das organizações e reivindicações políticas dos trabalhadores. Esse texto revela ainda que a utilização desse trabalho forçado com níveis salariais a quase zero foi uma expressão da fraqueza do capital e estado português que tinham sérios limites em concorrer com outros capitais na África Austral.

Neste número, também há um texto sobre o trabalho migratório dos moçambicanos nas minas sul-africanas. Esta foi a maneira predominante da exploração da força de trabalho dos moçambicanos. O governo português retirava a sua porção de mais-valia através da arrematação dos trabalhadores à qual recebia um “pagamento” por esse “serviço” das companhias mineradoras. As medidas adotadas no fim do período colonial para redução desse trabalho migratório pelo governo deixou um legado de desemprego depois da independência.

Além dos trabalhos forçados, outra característica da formação do colonial-capitalismo foi a manutenção de certa reprodução camponesa (ao contrário da expropriação ocorrida na Europa). Isso garantia a produção de mercadorias produtos agrícolas (culturas obrigatórias) a baixíssimo custo e transferia o custo da reprodução da força de trabalho às famílias. Isso remete a um texto que reflete sobre as culturas obrigatórias e as cooperativas ressaltando as possibilidades de desenvolvimento econômico e político vindas dessas.

O manifesto “África Austral: Pela Libertação Econômica” aponta para as necessidades de toda essa região se livrar não apenas do jugo dos países colonialistas, mas também da dependência econômica da África do Sul que sob um governo de minoria implantavam um regime de segregação conhecido como apartheid buscando uma genuína integração regional.

Dialogando justamente com essas preocupações internacionais de integração regional, é que se apresenta o texto de Aquino de Bragança sobre a contrarrevolução em Angola protagonizada pela UNITA sob direção de Jonas Savimbi.

### **Chibalo e classe operária (Lourenço Marques 1870 – 1962) - Jeanne Penvenne**

Neste texto, a autora trata da importância do chibalo (trabalhos forçados) para a formação da classe trabalhadora em Moçambique ressaltando a relevância do seu uso pelo

capital português na concorrência com outros capitais assim como as transformações por que passou no período colonial.

A autora passa a desenvolver o tema fazendo referência a principal forma de exploração da força de trabalho, um fator determinante para a formação da classe trabalhadora, que foi a “exportação” de trabalhadores para as minas sul-africanas. O capital português foi impelido a esse modelo devido a sua incapacidade de competir com os salários oferecidos pelas companhias mineradoras (constituídas por capital estrangeiro), então passou a garantir a sua parte na extração de mais-valia através dessa “recompensa” pelo recrutamento de trabalhadores. Outra consequência desse fenômeno foi a formação de um capital dependente do Estado e um Estado também dependente do capital, ou seja, não se sustentavam por si próprios dessa maneira, a estrutura burocrática daquele estava voltada para atender os interesses deste.

Nesse contexto, o chibalo entra como uma ação do Estado com vistas a atrair, introduzir e apoiar investimentos do capital. Operava-se de maneira semelhante ao recrutamento para as minas da África do Sul, porém, numa escala muito menor. Internamente aos trabalhadores, os trabalhos forçados tiveram consequências negativas como, por exemplo, a manutenção do salário em níveis baixos, barreiras para organização e reivindicações, imposição de trabalhos que seriam rejeitados sem tal imposição.

### **O trabalho forçado por quem o viveu (entrevistas) - Judith Head; Alpheus Manghezi**

Entrevistas realizadas nos anos de 1977, 78 e 79

Este texto é um conjunto de entrevistas com pessoas que sofreram o trabalho forçado. Começa com algumas explicações gerais sobre a lei que implementou essas práticas que foram: o Código do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas de 1928, complementada em 1930 e vigorou até 1962. Informa também que eram três as classificações: para agências governamentais e municipalidades, para atuar na reparação de prejuízos causados por tragédias naturais e para obras públicas e agricultura voltadas para as condições de vida dos moçambicanos. Era vetado o uso deste para fins privados, mas a legislação possuía brechas possibilitando que essa proibição fosse burlada sem punições.

As questões e respostas foram divididas em três classificações:

**A caça ao homem:** aqui tomamos conhecimento, através dos depoimentos de Lofas Nzampo e Armando Juma, tomado no comonde Luabo, da Sena Sugar Estate, em 1977, de que os agentes do governo colonial (os sipaios) recrutavam os trabalhadores para

o chibalo por meios violentos. Nzampo informa que o recrutamento já acontecia há muito tempo e que as pessoas buscavam meios de fugir a isso, mas quando eram pegos recebiam uma quantia ínfima de dinheiro para trabalhar.

Dinani Xilenge, entrevistado em Homoine, na província de Inhambane, faz mais relatos sobre o violento processo de recrutamento e também conta que além da Administração (poder público) o recrutamento também era utilizado por particulares.

**Ultrapassando a lei:** depoimentos de Alfredo Sithole e Salomão Nyalunga revelam que o regulamento do chibalo era burlado para prolongar ou repetir diversas vezes a obrigação do trabalho.

**Greves contra o chibalo:** o controle sobre os trabalhadores chibalo era de tal forma intenso e violento que bloqueava qualquer tentativa de organização e reivindicações. Ainda assim, os entrevistados conseguiram identificar uma greve de dois dias em 1943, decorrente da ausência de alimentação e outra em 1956, também por causa da comida, mas, nesse caso, devido ao adoecimento provocado pela baixa qualidade.

### **Algodão: das concentrações à produção colectiva - Kurt Habermeier**

Esse texto trata da iniciativa de 80 camponeses juntamente com um membro do Grupo Dinamizador do Círculo de Assuate, em Neita, de produzir algodão coletivamente na machamba abandonada por Daniel Pinto.

O autor traça um panorama geral entre o trabalho forçado, as culturas obrigatórias, a exploração e a violência dentro da produção de algodão no sistema de produção colonial. Esses ciclos de violência e exploração, de acordo com depoimentos obtidos e reflexões do autor, chegariam ao fim com a independência protagonizada pela FRELIMO. Porém, isso não significou o fim do sofrimento, problemas relacionados à produção e distribuição vieram. A partir daí, começaram a pensar na organização da cooperativa.

Habermeier busca apreender o mais detalhadamente possível os aspectos da produção em uma machamba coletiva nos seus mais diversos desafios e possibilidades como nos aspectos administrativos e da formação da cooperativa, por exemplo.

### **Mão-de-obra moçambicana na Rodésia do sul - Issufo Adamo, Robert Davies e Judith Head**

Assim como na migração de trabalhadores para a África do Sul, o fluxo para a Rodésia também foi resultado das debilidades do capital português. A grande diferença foi que, no caso em destaque, a maioria fazia o recrutamento clandestinamente, ou seja, estava fora do controle das autoridades portuguesas. A ausência da administração colonial, a concessão do uso de terras a entes particulares e a rejeição dos moçambicanos à trabalhos de baixa remuneração naquelas terras foram os primeiros motivos que levaram ao recrutamento ilegal no fim do século XIX. Essa ilegalidade era vantajosa para os empresários rodesianos, pois a remuneração para os trabalhadores era mais baixa do que os recrutados legalmente, por isso os acordos propostos pelo governo não alcançaram êxito. Além disso, tais acordos eram mais voltados para limitar a atuação da WENELA, que direcionava os recrutados para trabalhos na África do Sul.

### **O comitê luso-rodesiano para assuntos econômicos e comerciais: 1965-1970 - Robert Davies**

Neste texto, o autor faz uma análise de documentos do comitê luso-rodesiano para assuntos econômicos e comerciais que contem dados sobre acordos e apoios entre o governo colonial português e o regime racista colono antes e após a declaração unilateral de independência (UDI) da Rodésia do Sul. Esse comitê foi fundado em 1965 com objetivo de promover a “expansão do comércio entre a Rodésia e os territórios portugueses” (Davies, 1981, p. 73). Essas reuniões fizeram parte da preparação da UDI (declaração unilateral de independência) rodesiana, para tornar mais consistente a possibilidade de realiza-la e 1965, dessa maneira, contribuiu para a sua sustentação posterior. Com a análise desses documentos o autor identifica um apoio mutuo entre o regime colonial fascista português e o governo de minoria rodesiano.

### **Savimbi: itinerário de uma contra-revolução - Aquino de Bragança**

Bragança afirma que Savimbi e a UNITA são agentes e aliados dos países imperialistas que agiam como uma frente de intervenção da África do Sul em países independentes da África Austral. Devido a essas características, ele e o seu grupo tornam-se referências fundamentais para a compreensão da atuação contrarrevolucionária na região criada a partir de Pretória. Em linhas gerais, essa atuação consistia em ofuscar as questões em torno da luta de classes por disputas étnicas levando-as ao ponto de guerras civis através do apoio militar a grupos já existentes ou criados para esse fim.

### **As publicações da FRELIMO: um estudo preliminar - Colin Darch**

Darch chama atenção para a importância de toda a documentação produzida pela FRELIMO desde a década de 1960 para a compreensão da realidade moçambicana. Destaca, porém, que uma pessoa interessada terá dificuldade em consultá-los devido à ausência de indicações e guias. Devido a isso, o autor revela uma preocupação em torná-los acessíveis às pessoas comuns para compreenderem mais profundamente as transformações na sociedade moçambicana e assim terem melhores condições para participarem. Então, declara que fará uma tentativa de identificar as estruturas da FRELIMO e descrever os tipos de publicações produzidas por ela.

Darch faz um apanhado das bibliografias e coleções existentes. Com uma crítica criteriosa e detalhada, ele aponta as qualidades e defeitos desses materiais. Após isso, ele classifica os documentos em quatro conjuntos: documentos do comitê central e do congresso da FRELIMO; obras de Eduardo Mondlane e Samora Machel; textos de outros dirigentes e outras estruturas; publicações seriadas da FRELIMO.

O autor conclui afirmando que, a importância em fazer uma análise bibliográfica de todo esse material está no fato de que eles expressam a linha política do partido e que, por ter compromisso com o povo que representa, deve ter esses registros para que se possa conferir o que foi dito com o que tem sido feito, dessa maneira evitando as mentiras e enganações promovidas por elites políticas.

### **NÚMERO 3 – 1981**

#### **Socialização do campo e planificação - Aquino de Bragança, Ruth First (editorial)**

O número 3 da E.M. estabelece um diálogo com o plano de desenvolvimento de machambas e cooperativas estatais em processo de implementação pelo governo moçambicano, por isso debruça-se sobre a questão agrária, ressaltando a importância desta para a transformação socialista em curso naquele momento. Isso se deu, devido a determinação no III congresso da FRELIMO de que a agricultura seria a base e a indústria o dinamizador da economia moçambicana. Os autores destacam a relevância política dos intelectuais e dos estudos no processo de transformação da sociedade.

#### **A questão agrária em Moçambique - Bridget O'Laughlin**

A autora considera que a perspectiva que define o campesinato como pré-capitalista e fundamentado na subsistência está equivocada para compreender a questão agrária moçambicana. Para O'Laughlin, os problemas vividos no país nessa área é

oriundo de estatização de empresas capitalistas que por sua vez são resultantes das relações estabelecidas por essas e o Estado no período colonial. Daí a importância de traçar estratégias de desenvolvimento considerando a relação intrínseca entre estes dois.

Instancias do governo moçambicano diagnosticaram que organização das aldeias comunais e a produção das cooperativas não estavam se desenvolvendo como se desejava, havendo uma persistência da economia individual e familiar. Nesse sentido, a autora afirma que esse artigo foi escrito com o objetivo de tentar compreender melhor esse problema e contribuir para estabelecer estratégias para superá-lo.

As estruturas das classes sociais no campo é o primeiro elemento analisado por O'Laughlin. Primeiro ela descarta uma perspectiva que compreendia essas estruturas como sendo oriundas de relações pré-capitalistas. Para ela, apesar de os trabalhadores moçambicanos não estarem incluídos de maneira formal na exploração capitalista, há uma participação real nesta com especificidades estruturais que passa a analisar doravante. São elas: uma dependência dos setores capitalistas de setores familiares; o Estado como recrutador e intermediador da força de trabalho camponesa para as empresas coloniais-capitalistas; relações de trabalho capitalistas entre os camponeses colocando-os numa condição de semiproletários; por fim, aponta a cooperativização como meio para a superação das contradições capitalistas no campo e a estratégia para o desenvolvimento do socialismo, mas não deixa de apontar os problemas e dificuldades que já existem nesse processo.

### **Sul do Save: estabilização e transformação de força de trabalho - Marc Wuyts**

O autor reflete a partir das diretrizes econômicas do III Congresso da FRELIMO, que determinou o fortalecimento do setor estatal na economia, compreendendo este como um meio de constituição da classe operária de sua consciência e organização. Nesse planejamento, o desenvolvimento da agricultura cumpre um papel estratégico, sendo assim Wuyts se coloca o objetivo de contribuir com uma análise crítica sobre tais especificidades a fim de apontar possibilidades para implementação de políticas estatais.

A desintegração da economia colonial freou o processo de constituição de proletários em Moçambique que acontecia principalmente pelo recrutamento de força de trabalho para as minas sul-africanas. Com isso, a diminuição dessa demanda abriu possibilidade para a intervenção estatal, formando setores sob gerência do governo moçambicano independente.



## **Mulher e o trabalho - Alpheus Manghezi**

Textos com entrevistas onde mulheres das regiões de Gaza, Maputo e Inhambane apresentam reflexões sobre as suas experiências sob o colonialismo e sobre as situações em geral. Destaca-se a presença de letras de canções.

Oselina Marindzl relata que, devido a ausência do marido, que estava condenado ao chibalo ou trabalhando nas minas, ficava responsável por cuidar da casa, dos filhos, das culturas obrigatórias e pagar o imposto de palhota. Marindzl revela ainda que levava comida ao seu marido durante o chibalo, mas este não mandava nenhum dinheiro depois de escapar para as minas só retornando de lá quando já não podia mais trabalhar ou ser obrigado ao chibalo.

Maria Nqavane conta que, devido a inadimplência do marido quanto ao imposto, foi condenada ao chibalo até que a dívida fosse paga, mas, por causa dos inúmeros assédios que ocorriam, fugiu da machamba do régulo para arranjar um trabalho assalariado e assim quitar a dívida.

Madalena Mandlazi fala da utilização da força de trabalho das mulheres nas obras de infraestrutura por meio do chibalo.

Alda Mulungo relata a sua experiência como trabalhadora de uma companhia de açúcar e de um processo de reivindicação por melhores salários.

## **“chamavam-me... terrorista” - Alexandrino José**

A forte opressão de caráter fascista da colonização portuguesa em Moçambique, fez com que os trabalhadores adotassem métodos de luta e reivindicação ocultos, especialmente nos últimos 15 anos da sua dominação. O início da guerra de libertação nos anos 1960 provocou ao menos dois efeitos nesse processo: concessão de alguns benefícios para os trabalhadores e aumento da repressão para evitar a adesão à causa nacionalista (objetivo que não foi alcançado por não mexerem na essência da exploração e dominação). Nesse texto, o autor busca compreender três aspectos: 1) a organização e unidade dos trabalhadores 2) a questão do Estado 3) as relações raciais e de produção.

## **A luta pelo futuro da África Austral: as estratégias de CONSAS e SADCC - Yussuf Adam, Robert Davies e Sipho Dlamini**

Os autores refletem sobre as estratégias antagônicas para a África Austral em presença naquele contexto. A CONSAS (Constelação de Estados da África Austral) liderada pela África do Sul e encarada como inimiga dos países independentes que se

organizavam na Conferencia de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC).

A CONSAS fazia parte de uma estratégia da África do Sul, tanto para a região quanto para controle das contestações internas ao país após a II Guerra Mundial, tendo como objetivo principal dar longevidade ao regime do apartheid. Os autores demonstram que as classes dirigentes daquele país tiveram interesses expansionistas desde o período sob domínio inglês até a ascensão do Partido Nacionalista. Os meios utilizados pela África do Sul para estabelecer a CONSAS era produzir relações econômicas favoráveis, especialmente para os dirigentes dos países alvos, propagando as vantagens do capitalismo frente às perspectivas políticas e econômicas dos países independentes (especialmente o marxismo e socialismo). Os autores avaliam que a CONSAS não avançava em seus objetivos, pois não conseguiu abarcar nenhum país independente da região.

A SADCC foi criada em 1980 pelos países independentes da África Austral (Angola, Botswana, Lesoto, Moçambique, Malawi, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue) como maneira de se opor aos projetos da África do Sul especialmente quanto à dependência econômica. Desta maneira, buscavam frear a expansão imperialista.

### **Trabalho migratório na África Austral: um apontamento crítico sobre a literatura existente - Colin Darch**

Para Darch, a ausência de uma análise bibliográfica sobre o tema em língua portuguesa e a importância que as migrações tiveram e ainda possuíam como meio de vida para os moçambicanos (forma de exploração e manutenção de poderes das elites econômicas), justificam a importância dessa produção textual. Além disso, novas pesquisas levaram a compreensão de que esse fenômeno se dava por causa de características intrínsecas ao capitalismo sul-africano e não devido a condições de trabalho e salários menos desfavoráveis naquele país.

### **NÚMERO 04 - 1983**

#### **Relançamo-nos - Aquino de Bragança (editorial)**

O autor inicia ressaltando o compromisso e objetivos do CEA e, por tanto da E.M., de contribuir com reflexões a cerca das principais problemáticas do país. Aponta que o hiato de dois anos sem publicações da revista reflete o período de reestruturação do centro a fim de dar conta desses compromissos, especialmente devido às transformações que

Moçambique passava à época. Anuncia a preocupação em publicar textos produzidos em outros setores da UEM e a criação de uma nova seção de crítica à produção científica. Informa, com pesar, o assassinato de Ruth First.

### **Problemas e prioridades na formação em ciências sociais - Fernando Ganhão**

O autor considera que, como princípio de sua reflexão deve ser tomada a compreensão de que a África Austral constituiu um sistema, no período colonial, com centro na economia sul-africana. Assim, a produção de economias dependentes e estruturas de classes coloniais serão a primeira parte de sua análise, ressaltando que apesar das características específicas, existem aquelas que são gerais. No período das independências também surgiram elementos comuns entre os países que a alcançaram, especialmente a tentativa de desestabilização pela África do Sul.

É a partir dessa contextualização que Ganhão questiona se há espaço e um papel para o cientista social. De partida, ele já afirma que a preocupação dos investigadores deve estar voltada para compreender as condições sociais e os meios para modifica-las. Dito isto, o autor afirma que os cientistas sociais que buscam a neutralidade ou se preocupam apenas com a ordem estabelecida tornam-se servos dos detentores do poder. Afirma ainda, que as ciências sociais produzida nos marcos que estava sendo proposta naquele encontro defendiam a unidade entre teoria e prática e não o afastamento desses como nas que vigoravam hegemonicamente. Em decorrência disso, não deveria apenas está limitada aos cientistas, mas devia ser ampliada para outros setores da sociedade, especialmente dirigentes políticos e militares.

Ganhão estabelece algumas características dessa maneira de produzir ciências sociais. Uma delas é o referencial e perspectiva marxista-leninista, outra é evitar os departamentalismos, ou seja, produzir pesquisas que integrem diversos campos científicos, mas que respeitem divisões de trabalho.

### **Ku thekela: estratégia de sobrevivência contra a fome no sul de Moçambique - Alpheus Manghezi**

Através de entrevistas, o autor busca investigar como as pessoas ao sul do país, distrito de Moamba, fizeram para a fome provocada pela seca entre os anos de 1977 e 1978. A perspectiva a partir da qual Manghezi busca analisar esse fenômeno é que a fome se deve a fatores sociais e não a “naturais” como era interpretada anteriormente.

Para o autor, a introdução do sistema capitalista através das políticas econômicas e sociais da colonização a partir do século XIX tornaram as pessoas dependentes do trabalho assalariado. Dessa maneira, foram responsáveis por enfraquecer a produção agrária adaptada às condições naturais da região desenvolvidas de modo a suportar as oscilações climáticas. Conclui, com isso, que essas são as razões para a ocorrência frequente da fome, especialmente naquela região de Moçambique.

### **O movimento dos liguilanilu no planalto de mueda 1957 – 1962 - Youssuf Adam; Anna Maria Gentili**

O norte de Moçambique desempenhou um papel importante na luta contra a colonização e no desenvolvimento do nacionalismo. Naquele contexto, surgiram as cooperativas voluntárias onde Adam e Gentili identificam ao menos duas perspectivas distintas: as dos portugueses, que tinham necessidade de expandir a produção algodoeira e as dos nativos, que buscavam melhorar suas vidas resistindo à degradação promovida pela colonização. Os autores afirmam que, essas contradições das condições concretas levaram os moçambicanos ao marxismo, mas não deixam de destacar que aos poucos alguns foram tentando utilizar e se beneficiar das estruturas de exploração. É esse processo que buscam compreender através da análise da Sociedade Algodoeira Africana Voluntária (SAAVM) ou Liguilanilu, nome em kimaconde.

Os autores fazem uma rápida qualificação do Planalto de Mueda, também conhecido como Planalto dos Macondes. Destacam algumas características desse povo, a história da região e um pouco da demografia. Quanto à invasão colonial, ressaltam que antes de 1945 a principal ocupação assalariada vinha da migração para trabalhar nas lavouras de sisal em Tanganhica (atual Tanzânia) e que a preocupação do poder colonial com a ocupação efetiva do território só cresceu após o fim da guerra, mas, ainda assim continuou a ser uma área marginal na economia coloniais sendo as autoridades tradicionais consideradas como agentes governamentais. Os missionários (em geral não-portugueses) representavam o aparelho ideológico do estado colonial, responsáveis por introduzir a justificação “moral” da colonização, ou seja, produziam a aceitação.

Através dos estudos do antropólogo português Jorge Dias, os autores identificam que havia agitação política e insatisfação entre os macondes. Dias atribuía esse fenômeno ao fato de parte desse povo viver em Tanganhica onde estava em processo um forte movimento de libertação nacionalista e a migração dos “africanos portugueses” produzia essa influência. A isso, os autores consideram como uma subestimação da capacidade dos

moçambicanos de perceberem e indignarem-se com a sua própria condição. Os autores consideram que esse era o principal motivo para as migrações, especialmente devido às cruéis condições de exploração pelos trabalhos forçados, do outro lado do Rovuma tornavam-se inalcançáveis aos recrutadores, dessa maneira tinham possibilidade de retornarem ao seu país apenas quando o trabalho fosse minimamente satisfatório, isso constituiu as condições para o desenvolvimento do trabalho assalariado na região.

A proletarização maciça, especial mente entre os homens, deu possibilidade para que alguns investissem em suas culturas o que, aos poucos, provocou transformações no direito de propriedade, segundo observações de Dias, foi transitando de coletiva para individual, incluindo casos de vendas de terra e de herança. Os autores identificam que houve um processo de surgimento de uma “pequena burguesia” que compreendia a independência como uma substituição dos portugueses por eles próprios ocupando aquelas posições.

Dito isso, fazem uma reconstituição histórica da formação da Liguilanilu destacando as contradições internas entre os maiores e menores proprietários e destes contra as investidas do poder colonial quanto à tentativa de mantê-los sob controle para produzirem as culturas obrigatórias e afastados do movimento nacionalista crescente. Dessa maneira, concluem que as cooperativas, criadas pelo incentivo do governo colonial como um meio para garantir seus interesses, tornaram-se uma base para a contestação daquele sistema. Destacam também que, com o estabelecimento das zonas libertadas, em consequência da luta de libertação, as contradições internas às cooperativas tornaram-se mais evidentes. Os produtores mais ricos, que também eram comerciantes, buscavam consolidar a sua “posição de classe” frente aos produtores mais pobres.

### **Comércio e acumulação: a comercialização do milho na alta Zambézia - Maureen Mackintosh**

A autora compreende o comércio como uma instituição importante devido a sua característica principal que é a distribuição e redistribuição de recursos, por isso considera a sua relevância estratégica no contexto de transição ao socialismo podendo contribuir ou atrapalhar esse processo, estando aí a necessidade do governo o compreender mais detalhadamente, especialmente pelo seu impacto na produção e acumulação. Nesse sentido, Mackintosh procura contribuir através da análise do comércio de milho no distrito de Alto Molócue na Zambézia.

Antes da implantação do posto de comercialização do Instituto dos Cereais de Moçambique em Mugema, em 1969, o povo da região estava em situação semelhante aos demais em Moçambique, ou seja, submetidos às culturas obrigatórias e ao trabalho migratório ou forçado. Os produtores e comerciantes portugueses foram atraídos pelas potencialidades econômicas e influenciaram o governo colonial a reduzir significativamente a participação dos africanos nestes trabalhos para que pudessem contratá-los para suas próprias lavouras o que possibilitou também que estes investissem nas suas próprias produções agrícolas, sendo o milho a principal delas, que por sua vez eram vendidas para os grandes comerciantes revenderem. Dessa forma ocorria o processo de acumulação entre os colonos.

Com a declaração da independência, a maior parte dos colonos (agricultores, comerciantes e agricultores/comerciantes) deixaram a região provocando mudanças na composição de classe. O Estado se apossou da maior parte das terras abandonadas constituindo unidades produtivas estatais e foi aberto espaço para novos comerciantes que não estavam envolvidos com aquela rede privada. Os produtores africanos continuaram com o milho como seu cultivo principal e aos poucos foram tendo condições de investir na melhora de sua produção e abertura de comércio. Com o tempo, isso possibilitou um novo processo de concentração e acumulação. Para a autora, isso se deve a uma política de preços equivocada (que torna mais atraente para o produtor vender para comerciantes privados) e a falta de planificação pelo Estado.

Com isso, Mackintosh retoma a afirmação feita no início do texto concluindo que o comércio tem uma importância fundamental no processo de acumulação, que não é um mero processo de compra e venda. Assim sendo, necessita de uma atenção especial do Estado. Ao que o autor sugere como possibilidade o fomento da construção de cooperativas que integrem a produção agrícola e a comercialização visando, em longo prazo, uma estratégia de socialização desta e do campo.

### **Notas sobre fontes estatísticas oficiais referentes à economia colonial moçambicana: uma crítica geral - Colin Darch**

Neste texto, o autor se propõe a analisar fontes estatísticas e demográficas gerais do Moçambique colonial, ressaltando as características das ciências estatísticas tal como utilizadas pelos cientistas sociais burgueses.

Darch considera que a “ciência social marxista” supera as mistificações subjetivas e ideológicas das interpretações burguesas pela sua atenção aos fatos numéricos associada

a um arcabouço da teoria econômica e política. Isso se deve ao fato de os estatísticos da perspectiva burguesa compreenderem-se como meros demonstradores de números e que nos dados estatísticos está a verdade objetiva irrefutável. Essa ideia de neutralidade axiológica também é encontrada nos seus métodos. Para o autor, esse diálogo crítico é necessário para subsidiar a utilização de dados produzidos no período colonial em Moçambique, ou seja, é preciso evidenciar os interesses de classe no contexto.

O primeiro período de produção de dados que o autor analisa vai do fim do século XIX até o início do Estado Novo implantado por Salazar (1930). Darch, identifica que a principal preocupação dos colonizadores era a de recrutar mão-de-obra para os “prazos” e para a mineração, como indicam as fontes estatísticas. Havia também as primeiras estimativas da população branca que sugere uma preocupação com cobrança de impostos.

De 1930 à 1950 teve como características principais a busca por maior acumulação de riquezas para a metrópole através de reformas e maior presença do Estado. Isso demandou, dentre outras coisas, a construção de uma agência estatal especializada na produção dos dados estatísticos.

Entre 1950 e 1974 foi o período em que o estado colonial tomou iniciativa de aumentar sua presença inclusive no planeamento da economia. Foram reorganizados os serviços públicos, ministérios e criado o Instituto Nacional de Estatísticas para aquele fim. O autor destaca ainda que, de 1975 à 1976, ocorreu colapso do sistema estatístico colonial caracterizado pelos cuidados a serem tomados para utilização dos dados produzidos no período já indicado no momento pós-independência.

### **Problemas da história da Zambézia - Judith Head e David Hedges**

Neste texto, os autores realizam uma crítica ao livro de Leroy Vail e Landeg White, *Capitalism and Colonialism in Mozambique: a study of Quelimane District*, publicado em 1980 na cidade de Londres. Consideram que esta é uma das primeiras obras publicadas no pós-independência que tentam dar conta da história de Moçambique.

Para Head e Hedges, a ausência de discussões mais aprofundadas sobre questões políticas e ideológicas é um problema sério desta publicação. Esse problema se deve a ausência de contextualização histórica adequada. Afirmam também que Vail e White adotam de maneira velada uma perspectiva empirista liberal o que os levam a aceitarem as justificações ideológicas coloniais capitalistas.

### **Na linha da frente – Não assinado**

Este editorial faz uma pequena homenagem a Aquino de Bragança que havia sido assassinado pouco antes do seu lançamento, em 1986, sendo o último número preparado por ele.

### **Independência sem descolonização: A transferência de poder em Moçambique 1974 – 1975 notas sobre os seus antecedentes - Aquino de Bragança**

Este texto é resultante de uma comunicação elaborada para ser apresentada à conferência sobre a transferência do poder em África realizada em Harare, 1985. Começa com uma nota informando que o autor, à época dos acontecimentos descritos, visitara Lisboa como representante da FRELIMO e que anteriormente fora secretário da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas.

O autor afirma que trará informações sobre o processo de transição a fim de evidenciar as especificidades deste em Moçambique. Bragança destaca que haviam duas posições distintas. Uma que defendia primeiro a democratização de Portugal para depois haver a descolonização e a defendida pela FRELIMO que, inspirada por análises do contexto da África Austral assim como de outros países africanos e asiáticos, afirmava que a descolonização era a via para a democratização e que a proposta inversa seria um caminho para implantação do neocolonialismo no país. Esta posição influenciou o Movimento das Forças Armadas que, em Portugal, buscavam acabar com a guerra nas colónias e com o regime salazarista, mas não tinham condições para tal e nem perspectivas revolucionárias ou anticoloniais.

### **Da idealização da FRELIMO à compreensão da história de Moçambique - Aquino de Bragança e Jacques Depelchin**

Constatando que a maior parte das publicações feitas sobre a história de Moçambique, até aquele momento, eram na língua inglesa, os autores pretendem situar a população moçambicana a cerca dos debates aí contidos. Analisando obras de Joseph Hanlon (1984) e John Saul (1985), Bragança e Depelchin apresentam o seu ponto de vista sobre o processo revolucionário desse país. Para estes autores, o engajamento dos escritores dos livros em questão constitui um grave problema em suas análises, pois os levam a não dar a devida atenção às contradições internas da FRELIMO, ou seja, eles falham em enfrentar a realidade concreta.



## **Lutas contemporâneas pela terra no vale do Limpopo: estudo do caso do Chókwè, Moçambique 1950 – 1985 - Kenth Hermele**

Após a prisão do chefe Gungunhana e a derrota do império de Gaza no fim do século XIX, o vale do Limpopo passou a ser controlado pelos portugueses. Na década de 50 do século seguinte o governo colonial iniciou o Colonato do Limpopo, um projeto de fixação de colonos. A infraestrutura deixada possibilitou que a FRELIMO instalasse machambas estatais no pós-independência que passou por altos e baixos. É esse processo, ao longo de 35 anos que o autor objetiva analisar.

Hermele inicia a análise pelo colonato do Limpopo. Afirma que, assim como todas as províncias do sul de Moçambique, Gaza e o Limpopo, por tanto, eram dependentes do trabalho assalariado/migratório, mas não tanto quanto as outras. Aos poucos, as famílias camponesas moçambicanas foram sendo expulsas para dar espaço aos colonos portugueses (camponeses pobres da metrópole) incumbidos da responsabilidade da “missão civilizadora”. Porém, em poucos anos eles começaram a abandonar o local, que juntamente com o tratamento racista contra os moçambicanos, fez com que os planos do governo não acontecessem satisfatoriamente.

Após a independência, houve grande expectativa dos colonos moçambicanos para ocupar o espaço, porém o estado decidiu impedir a entrada de novos por um tempo e não conseguiu evitar o aumento da evasão dos portugueses. Em decorrência disso, foi criado o Complexo Agro-Industrial do Limpopo (CAIL). Em 1977, com a assunção da perspectiva socialista pela FRELIMO em seu 3º congresso, a implantação de machambas estatais e cooperativas é tomada como linha central para o desenvolvimento agrícola. O colonato do Limpopo é tido como um dos mais importantes pelo seu tamanho e histórico de produção e vai sofrer alterações com isso. Desconfiados de que perderiam a oportunidade de serem colonos, os moçambicanos resistiram à implantação dessas medidas.

Para Hermele, o principal problema que gerou as dificuldades enfrentadas pela CAIL foi a concentração de propriedades sob posse do estado, apesar de concordar que a sobremecanização da produção ter sido um fator importante esse não foi o mais importante deles. A esses se somou a rejeição dos camponeses em deixarem o colonato e trabalharem para a estatal.

Em 1983 foi feita uma grande reforma na tentativa de superar todas as dificuldades e as enormes baixas na produção. O CAIL foi dividido em dez machambas estatais e em

cada uma delas, divididas em porções menores que abarcavam uma distribuição em quatro modalidades: machamba estatal, produção cooperativa, privados e camponeses.

### **O capital privado e o estado no sistema de transportes da África Austral: as implicações da actual organização do transporte de carga na planificação de Moçambique - Maureen Mackintosh**

Neste estudo, o autor lança um olhar sobre a África Austral. Mais especificamente o sistema de transporte de cargas que estabelece uma relação entre África do Sul, Zimbabwe e Moçambique e, por sua vez, tem importantes implicações no comércio. A questão central aqui é que o desenvolvimento e acúmulo de capital sul-africano têm aumentado a dependência econômica de outros países da região o que contraria os interesses das nações independentes organizadas na SADCC. Vê-se, porém, uma alternativa a isso na planificação do sistema de transporte moçambicano.

Para esta análise Mackintosh, adota a perspectiva da economia política, quer dizer que não se limita ao estudo da infraestrutura desse sistema (linhas férreas, portos e etc...), mas também as relações em seu entorno (composição e interesses de classe, por exemplo).

O autor considera que a relação de escoamento da produção dos países do SADCC pelos portos sul-africanos se dá por motivos históricos (investimentos privados vindos desse país), pois, geograficamente os portos moçambicanos são mais viáveis. O desenvolvimento da tecnologia de contentorização para transporte de cargas também teve um importante papel nesse processo. Dentro da estratégia de desenvolvimento independente dos países da SADCC a melhor opção para escoamento da produção zimbabweana seria o porto de Maputo. Este é mais distante que o da Beira, mas oferece algumas vantagens quanto ao percurso e já passava por investimentos para se adaptar a tecnologia de contentores. Porém, uma barreira para efetivar este plano é a segurança e competitividade dos portos sul-africanos.

Para superar esta situação, o autor defende que seja feita uma estratégia que não se preocupe apenas com investimentos físicos. Para Mackintosh esta estratégia deve ter um cunho socialista para enfrentar os desafios da monopolização do capital privado nessa área, pois dessa maneira poderá atender interesses comuns entre os dois países.

### **Baixa de preços e preservação da dependência: a resposta sul-africana às iniciativas do sector de transportes em Moçambique na SADCC - Jeanne Stephens**

O poder colonial em Moçambique ergueu estruturas para atender os interesses de países vizinhos e da metrópole. Quanto ao setor de transportes, as principais necessidades atendidas eram das Rodésias e do Transvaal sul-africano. A importância dos portos moçambicanos foi o motivo que levou a atribuir a coordenação do setor de transporte e comunicação da SADCC. Porém, apesar dos investimentos feitos, alguns países ainda continuam utilizando os portos da África do Sul. A autora destaca três motivos para isso: insegurança provocada pela ação da RENAMO, a falta de pessoal qualificado para uma gestão mais adequada e a política intervencionista da África do Sul através da South African Transport Service (SATS). Esta análise tem foco na política de preços da SATS que, segundo a autora, além de objetivos econômicos buscam manter a dependência dos países da África Austral à África do Sul.

Stephens faz uma explanação sobre a estrutura de transportes, que no período colonial, utilizava prioritariamente as vias moçambicanas e que após a declaração de independência foi sendo transferida para as empresas de capital privado sul-africanas. Destaca que esse movimento não serve apenas para obter vantagens econômicas dos países da região, mas também como barreiras para o avanço do desenvolvimento de políticas que visam a independência cada vez maior.

O autor destaca que Moçambique tem feito investimentos na infraestrutura e tecnologia além de uma nova política de preços e taxas para os transportes de cargas para fazer frente às investidas do capital monopolista sul-africano, mas que essas não serão suficientes caso não haja cooperação articulada entre os países da SADCC.

### **O “apartheid” em fúria: uma análise das acções do regime de Botha na conjuntura actual - Robert Davies**

O governo de minoria na África do Sul sob a presidência de P.W. Botha declarou estado de emergência em seu país. Davies interpreta esse fato como uma tentativa do regime de “apartheid”, frente à incapacidade de superar a crise em que estava, declarar guerra numa tentativa de barrar a luta de libertação nacional interna e afetar os demais países independentes da África Austral. Assim, o autor pretende analisar a trajetória e estratégia desse regime, assim como propõe que a alternativa ao estado de guerra por ele implantado na região é a derrubada do regime de “apartheid”.

O autor inicia caracterizando o contexto da África do Sul na década de 1970, período em que Botha assume o governo. Nele, destaca o avanço dos movimentos contestatórios (ressaltando o levante de Soweto e as greves em Durban) e

internacionalmente a derrota do colonialismo português em Moçambique e Angola. Estes fatores fizeram com que os dirigentes do regime passassem para um estado defensivo. Assim, essa eleição foi o resultado da aliança entre elites militares e empresariais “afrikaner” para promover adaptações a fim de prolongar a “vida” deste regime.

Nesta contextualização, Davies apresenta a sua definição para o regime de “apartheid”. Para ele, este regime não é apenas um sistema de discriminação que controla locais de moradia, ocupação em empregos, casamentos e etc... mas sim um sistema de exploração capitalista baseado na opressão nacional erguida sobre aquele sistema racista.

Frente ao acuo imposto pelos movimentos populares, o regime se viu diante de duas alternativas: abrir-se para negociação ou impor um terrorismo de Estado. Nessa situação foi tentado construir uma aparência de que a primeira opção era implantada enquanto se efetivava a segunda. A relutância em realizar negociações para efetivas garantias de direitos dos africanos foi aos poucos impossibilitando a manutenção desse jogo de aparências. Ao fim, Botha lançou mão do estado de emergência, que segundo o autor, foi um eufemismo para terrorismo de Estado.

### **Os boers não são nossos professores - Abdullah Ibrahim**

Poesia onde o autor chama atenção para a violência causada pelos boers, ressaltando que esse não deve ser um modelo a ser seguido pelos seus contestadores.

## **NÚMERO 07 – 1990**

### **Editorial - Sergio Vieira**

O autor inicia o texto falando das dificuldades logísticas para o lançamento desta edição, especialmente quanto ao reordenamento do CEA, produção dos textos, trato com gráficas, distribuidoras e as dificuldades financeiras. Daí passa para uma reflexão sobre a conjuntura política. Destaca que a tendência ao fim da Guerra Fria que aponta para o fim da URSS e da RDA provoca enfraquecimento para os planos dos países de “terceiro mundo”.

### **As ordens do discurso do “clamor africano”: continuidade e ruptura na ideologia do nacionalismo unitário - Mário Pinto de Andrade**

Neste texto, Andrade tem o objetivo de analisar o processo de formação da ideologia dos movimentos unitários que foram forjados ao longo da luta contra a colonização portuguesa no período entre 1911 e 1961. O autor considera que esse

processo teve início entre uma pequena burguesia de São Tomé e Príncipe, que influenciada por ideais republicanos difundidos por Portugal, passou a alimentar interesses próprios de autonomia e igualdade entre as raças. A esses, Andrade dá o nome de “protonacionalistas”. Ao longo dos anos, entre as grandes guerras europeias, vão sofrer muitas influências dos movimentos pan-africanistas e pan-negristas.

Destaca-se que essa “elite” intelectual e política referia-se a si mesmos e aos povos do continente africano de maneira dúbia ora como negro-portugueses ou majoritariamente como afro-portugueses. Diferenciavam-se da maioria dos africanos “menos cultos” (os indígenas) auto atribuindo o dever alcançar a vitória, compreendendo que todos poderiam alcançá-la através da educação, do trabalho e do patriotismo.

Para o autor, o discurso nacionalista ganha contornos marcado pela ruptura com o sistema colonialista. Fora alimentado pela própria dinâmica deste, que provocou transformações nas sociedades autóctones, com a proletarização, discriminação racial, exploração através do trabalho e cultivos forçados além das migrações dos seus povos. Esse momento é marcado por três etapas: a congregação e aprendizagem cultural e política, explosão organizacional e a opção pela luta armada.

### **Vectores da política externa da Frente de Libertação de Moçambique (1960 – 1975) - Sérgio Vieira**

Este texto vem de uma iniciativa do CEA de construir uma linha de investigação sobre política externa, já que compreendiam que este seria um meio de avaliar a independência do país por envolver concepções ideológicas, interesses de classes e estratégias políticas, econômicas e militares. O autor se debruça sobre a política externa da FRELIMO durante a guerra de libertação, pois defende que esse é um meio para compreender como se deu essa política no período da independência.

Em 1961, liberais portugueses nascidos ou radicados em Moçambique levantam a proposta de autodeterminação dos povos nas eleições da metrópole, mas são impedidos pelo governo, este mesmo manda atear fogo a fortaleza de S. João Batista em represália ao levante do povo angolano e o governo indiano expulsa forças portuguesas de Goa, Damão e Diu. Esses e outros acontecimentos, que indicavam a indisposição do governo colonialista a ceder a independência, exerceram muita influencia no processo de fundação da FRELIMO que teve o seu primeiro congresso em 1962. Nele, foi decidido, dentre outras coisas, a validade da via armada para esta conquista, um programa de educação e de atividades externas.

Este último rende à FRELIMO apoios para formação militar, além de contingentes de armas e munições. No continente africano, vindos dos países anti-imperialistas, Argélia e Egito. Do europeu e asiático, dos socialistas URSS e China. Outro conjunto de articulações internacionais se deu entre os países africanos que sofreram colonização portuguesa organizados na CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas). A definição do I congresso de que o inimigo seria o regime colonial possibilitou que a FRELIMO buscasse aproximações com forças democráticas portuguesas e outros países ocidentais.

Outras frentes de atuação importantes foram a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização da Unidade Africana (OUA). As principais características que fundamentaram o surgimento e o desenvolvimento da política externa da Frente foram a situação de guerra que as condicionaram e a busca pela denuncia ao mundo da violência praticada por Portugal. Este último passou por um longo processo para a conquista da legitimidade e reconhecimento internacional da representatividade dos interesses do povo moçambicano.

### **A inevitabilidade dos generais: a anatomia do poder branco na África do Sul - Peter Vale**

O autor inicia afirmando que, apesar da grande produção científica que tem sido feita sobre o regime do *apartheid* e os brancos na África do Sul, não se produziu satisfatoriamente para compreender e menos ainda para supera-lo. Com este trabalho, pretende explorar os meios pelos quais essa minoria consegue se sustentar no poder.

Vale sustenta a sua argumentação em três pontos: a contaminação incontornável da coerção, que provoca o alijamento da maior parte da população e uma dependência dos detentores das armas (destacadamente os militares); a posição geográfica que dificulta intervenção externa e certo apoio de países ocidentais; por fim, um sistema político rígido e resistente a mudanças sustentado pela manipulação do medo e simplismo dos brancos.

### **Determinantes internas da política externa de pretória - Mac Maharaj**

O autor inicia reconhecendo que há uma guerra não declarada do governo sul-africano contra os países vizinhos e que neste texto pretende analisar os fatores internos que a leva a essas ações de agressão. O primeiro ponto que Maharaj afirma é que o *apartheid* é um regime essencialmente violento e que muda-lo não se resume a uma troca

de governo, mas uma mudança profunda no sistema político. Outro elemento ressaltado pelo autor é o subsistema econômico criado pelo capitalismo colonial na região da África Austral, nele há uma integração que gera acúmulo de riquezas na África do Sul enquanto empobrece e mantém na dependência os demais países vizinhos. Estes dois elementos se articulam dinamicamente para alcançar e garantir uma hegemonia política, ideológica, econômica e militar na região.

## **NÚMERO 08 - 1990**

### **Editorial – Não assinado**

Este texto inicia lamentando o falecimento de Mário Pinto de Andrade, cientista e líder nacionalista angolano que há pouco havia se associado ao CEA. Destaca que o contexto daquele momento em Moçambique era a busca pela paz e a construção da constituição. Considerando que as questões em torno do primeiro dos termos condiciona a base econômica tornando-se uma barreira para o desenvolvimento. Reflete sobre a dinâmica internacional no complexo quadro que inclui a política de desestabilização promovida pela África do Sul e as sanções ao governo de minoria na Rodésia descumpridas por alguns países.

### **Declaração da união dos escritores na morte de Mário P. de Andrade - União dos Escritores Angolanos**

Texto em homenagem a Mário de Andrade em função do seu falecimento onde é exaltada a sua trajetória como líder nacionalista e cientista social.

### **África do Sul e seus vizinhos: estratégias regionais em confrontação - Thomas Olson**

O autor constata a existência de uma guerra não declarada da África do Sul contra os seus vizinhos independentes na África Austral. Tais agressões têm prejudicado os projetos de desenvolvimento dos países agredidos. Aqui, Olson objetiva analisar alguns aspectos da estratégia para a região implantada pelo governo sul-africano com especial destaque para a relação deste com Moçambique. São dois os objetivos principais dessas ações: manter o domínio do poder do governo de minoria e a dependência econômica na região. Estes, por sua vez, sustentam e são sustentados pelo regime de *apartheid*. Isso inclui também intervenções de desestabilização nos países que alcançaram independência.

Em oposição a estes interesses e estratégias estão os Países da Linha de Frente (PLF) e a SADCC. Estes consideravam o governo da África do Sul como o cerne principal dos problemas da região e defendiam em seus princípios a independência, o desenvolvimento com promoção da equidade e justiça social, e a paz entendendo que esta significa também o fim da exploração entre países e internamente a estes. Em torno desses princípios, estes países buscam consolidar cooperações diplomáticas e políticas.

Ajustando o foco para compreender as ações específicas da África do Sul para Moçambique, o autor identifica quatro razões que norteiam as suas metas e objetivos. 1) o apoio de Moçambique à luta de independência sul-africana e na Namíbia; 2) a busca pela justiça social e econômica; 3) a construção de uma integração e cooperação regional; 4) as vias moçambicanas como possibilidade para escoamento da produção dos países da região. Em função disso o governo de minoria da Rodésia do Sul, país vizinho, apoiava ações de grupos opositores à FRELIMO a fim de tornar o país ingovernável através da desestabilização. Assim, não pretendem que o MNR (futuramente chamada de RENAMO) alcancem o poder de Moçambique, pois isso provocaria muitos inconvenientes.

### **África Austral: conflitos, percepções e perspectivas na arena internacional - Sérgio Vieira**

O autor constata que este subcontinente tem sido palco de guerras, abertas ou veladas, ao longo das três décadas precedentes e pretende neste texto analisar a essência das contradições e antagonismos. Vieira considera que a região não se define meramente uma definição geográfica, mas que é resultante de intensas interações entre povos, países e estados durante um longo processo histórico cheio de afinidades e divergências. Dentre estes, a violenta experiência da colonização e o racismo indissociável desse sistema.

Vieira compreende que o fim da guerra fria fez com que as superpotências exercessem menor influência da sua rivalidade na África Austral, mas que isso não significou o fim dos na região. Apesar da maioria dos países serem independentes, ainda tem no governo de minoria da África do Sul a maior fonte de conflitos devido a sua política de agressão tanto interna quanto externa e o seu regime de dependência econômica que produz concentração de riquezas. Em Moçambique tal intervenção materializa-se no apoio à RENAMO que é protagonista das ações que objetivam a desestabilização e a ingovernabilidade do país.



## **Gestão econômica e política de reajustamento em Moçambique - Marc Wuyts**

A situação de crise enfrentada por Moçambique, resultante da guerra de desestabilização apoiada pela África do Sul, levou o país a planejar com o FMI e o Banco Mundial um Programa de Reabilitação Econômica (PRE). Este sistema de reajustamento econômico implementado entre 1987 – 1989 e essas condições são objeto de análise do autor nesse texto. Por transformarem os meios de subsistência da população, as políticas macroeconômicas não podem ser vistas como neutras sendo que o seu conteúdo influenciam o desenvolvimento econômico e social. Este, por tanto, é o conjunto de questões levantado por Wuyts, tendo como pano de fundo as discussões entre os reajustes exigidos pelo FMI/Banco Mundial voltado para economia de mercado e a economia planificada de países socialista.

O primeiro aspecto analisado é a necessidade de reformas econômicas. Para Wuyts, o marco dessa concepção se deu na realização do IV Congresso da FRELIMO no ano de 1983. Este evento teve como tarefa fazer uma avaliação da decisão tomada em 1977 no III Congresso onde se optou pela via socialista, considerando, principalmente a guerra de desestabilização e a seca que provocava grave crise social e econômica no país.

O segundo aspecto analisado é a relação entre defesa e economia. Aqui o autor reflete sobre a restrição e o racionamento de recursos, o financiamento do esforço de guerra e os setores de produção camponesa. A estratégia de convencimento destes últimos para o esforço de guerra demandou do estado políticas voltadas para maior participação do mercado na economia através da descentralização de decisões e planificação. Wuyts ressalta que a situação de guerra criou em Moçambique uma dependência de doações e empréstimos, abrindo, dessa maneira, possibilidade para os condicionalismos do FMI/BM.

Próximo conjunto de questões abordado pelo autor diz respeito aos desdobramentos que o reajuste provoca no custo de vida e nos investimentos públicos na saúde e na educação. Inspirado pelas ideias de Keynes, Wuyts ressalta a importância do estado garantir certa qualidade de vida e nível de consumo da população em tempos de graves crises como a guerra, porém discorda dos métodos preconizados para financiar esta sem afetar a população.

Por último é abordada a relação entre a assistência dos doadores e a gestão do setor público. Este âmbito envolve divergência quanto à via socialista adotada pelo governo moçambicano que demanda, entre outras coisas, planificação da economia e

intervenção estatal no mercado e, por outro lado, o ajustamento do FMI/BM e as entidades doadoras atuam no sentido contrário, buscando diminuição do estado frente ao mercado.

#### **A “IV região” da FRELIMO no sul de Moçambique: Lourenço Marques, 1964-65 - Tereza Cruz e Silva**

A autora faz uma análise de como se deu a luta de libertação nacional no sul do país. Essa região, constituída pelas províncias de Lourenço Marques, Gaza e Inhabane, foi condicionada pela distância geográfica da direção da FRELIMO, dificuldade em obter retaguarda estratégica em países vizinhos e a luta ser mais urbana.

Silva destaca que, antes de 1960, houve muitos grupos pequenos de nacionalistas. Estes tinham muitas dificuldades em realizar suas ações devido a repressão da PIDE e por não encontrarem refugio nos países vizinhos, onde as polícias secretas também os perseguiram (especialmente as da África do Sul e da Rodésia). Porém, foram muito importantes na fundação e na realização do primeiro congresso da FRELIMO para onde se deslocaram clandestinamente. Também contribuíram para a execução das deliberações do congresso que foram basicamente estabelecer as bases para consolidar a frente e fazer os preparativos para o início da guerra. Em função disso, o Departamento de Defesa e Segurança da FRELMO criou a direção regional para as províncias já citadas a “Região IV”. Segundo a autora, havia infiltração da polícia secreta na frente e isso acarretou num grande numero de prisões que acabou por inviabilizar a lutar armada no sul de Moçambique.

#### **Algumas implicações dos possíveis cenários pós-apartheid para a região da África Austral - Rob Davies**

O autor inicia constatando que no debate sobre o fim do apartheid na África do Sul não haviam muitas considerações sobre os possíveis impactos disso nos países da África Austral. Afirma também que os países vizinhos nessa região possuem uma relação política e econômica muito próxima e conflituosa onde o apoio da África do Sul foi fundamental nas guerras de desestabilização nos países que alcançaram a independência enquanto estes apoiavam a luta contra o regime de apartheid. Sendo assim, compreendendo que há mais de um caminho possível para o “pós-apartheid”, Davies busca identificar quais os desdobramentos possíveis para a região, ressaltando as várias perspectivas em disputa. Os aspectos em foco serão as políticas econômicas e de segurança.

Davies explica que o subsistema econômico implementado no período colonialista na África Austral era baseado na dominação e subordinação onde a África do Sul concentrava a acumulação de riquezas e os demais países forneciam força de trabalho, alguns serviços e recursos além de servirem como mercado de reserva para escoamento de produtos e via para investimentos.

Quanto às relações de segurança, o autor destaca as ações da África do Sul para barrar o desenvolvimento dos países independentes e o seu apoio a movimentos de libertação entre os vizinhos. Para isso, buscava aumentar o caráter de dependência tendo como estratégia a instituição da CONSAS (Constelação dos Estados da África Austral) envolvendo aí técnicas de coerção e persuasão.

Em oposição a essas condições, impostas pela política sul-africana, estavam os países da SADCC que tinham como objetivo encerrar a guerra não declarada em curso e instituir um sistema econômico de benefício mútuo e interdependência na região.

Enfim, Davies identifica três cenários pós-apartheid possíveis que passa a constituir. O primeiro deles é o apartheid reformado onde está contemplado pequenos avanços, mas busca subterfúgios e eufemismos para manter a maior parte da população ainda aliada do poder. O segundo, partilha do poder após a transferência do poder, tem como característica principal propor mudanças no sistema político, mas com restrições constitucionais que manteriam os pilares das desigualdades socioeconômicas. Por último, a democracia não-racial que pretende transformar as bases políticas e socioeconômicas do apartheid.

## CONCLUSÃO

Dahrendorf (2013) afirma que, na Europa do século XIX, a sociedade industrial moderna deve o seu surgimento à sociologia assim como a sociologia deve o seu surgimento à sociedade industrial moderna. O que ele quer dizer como isso é que as condições sociais constituídas por aquele período histórico possibilitou o desenvolvimento de determinada maneira de produzir conhecimento que veio a elaborar o conceito que cunharia a sua própria conceituação mais bem definida. A Moçambique da segunda metade do século XX passaria por processo semelhante, porém por vias bastante distintas. Aqui o processo de modernização europeu seria uma barreira para o seu desenvolvimento, porém as ciências sociais também seriam utilizadas como ferramenta a seu serviço. Um fenômeno que coincide nos dois momentos é a busca para explicação da sociedade em fatores sociais e não em naturais, biológicos ou divinos. Por sua vez, diferentemente da Europa ocidental onde a modernidade estava fundada na exploração do trabalho de uma classe sobre a outra e na colonização de povos no exterior, em Moçambique buscava a superação dessas estruturas sociais na busca por dirimir tais injustiças.

Neste esforço de interpretação comparativa gostaria de chamar atenção para a presença/ausência do marxismo nos textos da E.M. e em “Lutar por Moçambique” respectivamente, fazendo uma análise de como esse processo se deu dentro da FRELIMO e dando destaque a dois dos seus principais expoentes nesse período, Eduardo Mondlane e Samora Machel.

Macagno (2000) destaca a possibilidade de identificar as inspirações marxistas da FRELIMO em algumas obras daquele autor alemão, porém tanto Machel quanto Mondlane atribuem o caminho por essas vias às imposições da realidade colonial e às práticas revolucionárias. Essa foi uma ideia atraente para muitos marxistas, especialmente alguns da Europa e EUA que aprenderam um marxismo de gabinete, muitas vezes descolado da luta política. Tal concepção coloca em relevo a preocupação de pensar Moçambique a partir da sua própria história, destacando especialmente o processo de colonização.

A FRELIMO só se declararia como um partido de vanguarda marxista-leninista em seu terceiro congresso realizado em 1977, mas indícios de que esse caminho seria seguido já eram apontados pelo primeiro presidente da frente em finais da década de 1960 ainda no período da guerra de libertação, essas ideias, porém não estão expressas em sua

obra mais conhecida talvez por não estar completamente convencido ou por ser cauteloso quanto às consequências disso.

Macagno destaca duas entrevistas, cedidas a Ian Christie em 1979 e a Jean Ziegler no ano seguinte, nas quais Machel fala sobre o processo de assunção do marxismo-leninismo. Destaca-se aqui, a ideia de que essa corrente não foi adotada devido à atuação de cientistas a partir dos seus gabinetes, mas foi desenvolvida pelo povo moçambicano através da sua luta.

Elisio Macamo (2002) acredita que analisar a obra de Aquino de Bragança é um bom meio para encontrar as respostas para essas questões, pois para ele, o marxismo de Bragança é o marxismo de Machel e este é o marxismo da FRELIMO. Macamo identifica em Bragança a origem do esforço de produzir teoria a partir da prática e que a partir disso condicionaram-se as possibilidades para o desenvolvimento das ideias marxistas dentro da FRELIMO. Este autor também destaca que certa vertente de interpretação considerava que a assunção do marxismo-leninismo pelo partido foi uma espécie de traição aos seus ideais originais do nacionalismo anticolonial representada pela figura mitificada de Eduardo Mondlane. Porém, a partir da leitura de uma introdução escrita por John Saul à edição de “Lutar por Moçambique” publicada em Londres 1983, Macamo destaca que este autor identifica no livro de Mondlane as características do marxismo-leninismo adotado posteriormente pelo partido. Esse mesmo texto destaca ainda a entrevista cedida pelo primeiro presidente da frente à Bragança onde afirma que a FRELIMO tem se tornado cada vez mais radical e que o marxismo-leninismo está cada vez mais presente na organização atribuindo os motivos desse processo às condições sociais e históricas de Moçambique.

A partir dessas duas interpretações é possível concluir, ao menos provisoriamente, que a forte presença da perspectiva materialista e dialética da história de Moçambique calcada numa interpretação utilizando os métodos da economia política não estava presente na obra de Mondlane, mas já despontava em suas declarações. Dessa maneira, é possível concordar com os autores quando afirmam que essa assunção do marxismo-leninismo a partir do 3º congresso e que passou a determinar a perspectiva analítica de importantes setores tanto do partido quanto dos intelectuais da CEA, não foi uma ruptura com o momento anterior, mas transformações resultantes de continuidades.

Destaco ainda que, apesar dos métodos ortodoxos e esquemáticos expressos na E.M., foi possível, devido a especial atenção às especificidades da realidade moçambicana sem deixar de lado a sua inserção em contextos mais gerais como a região da África Austral do continente africano e da sua posição global, foi possível construir um conhecimento original e de validade ímpar para o conhecimento da realidade social e contribuir para os objetivos a que se propunham nas suas trajetórias políticas e intelectual. Tudo isso já estando presente na obra de Mondlane.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1987.

AMBRÓSIO, Gabriel & DIÉMÉ, Kassoum. Cheik Anta Diop e a produção do conhecimento científico in José Rivair Macedo (org) *O pensamento africano no século XX*. São Paulo: Outras Expressões. 2016. p. 75-109.

ANDRADE, Mário Pinto de. Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1998.

BARONAS, Roberto Leiser. Formação discursiva e discurso em Foucault e em Pecheux: notas de leitura para discussão. V Seminário de Estudos em Análise do Discurso. 2011. Porto Alegre. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/5SEAD/SIMPOSIOS/RobertoLeiserBaronas.pdf>

BETTS, Reymond F. A dominação europeia: métodos e instituições. In: BOAHEN, Albert Adu (editor). *História Geral da África*. vol. VII. Brasília: UNESCO. 2010. p. 353-375.

BRITO, Luís de. A FRELIMO, o marxismo e a construção do estado nacional 1962-1983. Maputo: IESE. 2019.

CALLENNEC, Sophie le. Os caminhos da emancipação. In: M'Bokolo, Elikia. *África negra: história e civilizações* (tomo II: do século XIX aos nossos dias. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas. 2011. p. 523-624

CARDOSO, Carlos. Da possibilidade das ciências sociais em África. In. *Como fazer ciências sociais e humanas em África: Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. COELHO, João P. B.; SILVA, Tereza Cruz e; SOUTO, Amélia Neves de. (Orgs.) Dakar: CODESRIA. 2012. p. 125-144

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa Editora. 1978.

CÉSAIRE, Aimé. *Cultura e colonização*. In. SANCHES, Manuela Ribeiro, *Malhas que os impérios tecem*. Lisboa: Edições 70. 2011. p. 253-272.

CORRÊA, Sonia; HOMEM, Eduardo. Moçambique primeiras machambas. Rio de Janeiro: Margem Editora. 1977.

COSTA, Diogo Valença de Oliveira. Ruth First e a história das ciências sociais em Moçambique: o “ouro negro” e o trabalhador migrante nas minas sul-africanas. Revista de Ciências Sociais, v. 46, n. 2, julho-dezembro, 2015 p. 17-52.

FANON, FRANZ. Racismo e cultura In. Em defesa da revolução africana Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 1980, p. 34-48.

FERNANDES, Carlos. Actualidade, urgência e coletivo na emergência de um novo campo do saber em Moçambique: o caso do CEA (19876-1986). In. SILVA, Tereza Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (Orgs). Como fazer ciências sociais e humanas em África: Questões epistemológicas, metodológicas teóricas e políticas. Dakar: CODESRIA, 2012. p. 109-124.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do Saber. Vozes: Petrópolis. 1972.

FUCHS, Catherine; PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise de automática de discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas: UNICAMP. 1997. p.163-252. (Coleção Repertórios).

GENTILI, Anna Maria. Prefácio. In. SILVA, Tereza Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (Orgs). Como fazer ciências sociais e humanas em África: Questões epistemológicas, metodológicas teóricas e políticas. Dakar: CODESRIA. 2012. p. xxii-xxvi.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. I Seminário de Estudos em Análise de Discurso. 2003. Porto Alegre. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/1SEAD/Paineis/MariaDoRosarioValenciseGregolin.pdf>

HENRY, Paul. Os fundamentos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas: UNICAMP. 1997. p.13-38. (Coleção Repertórios).



HOUNTONDJI, Paulin. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: Duas perspectivas sobre os estudos africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Editora Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. N° 80. Março de 2008. p. 149-160.

INDURSKY, Freda. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.) *Michel Pêcheux e a análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. 1 ed. São Carlos: Clara Luz. 2005. v. p. 183-194.

MACAMO, Elísio. Respostas sem perguntas, ou: porque a África não é um problema por resolver. Disponível em: <https://docplayer.com.br/44426335-Respostas-sem-perguntas-ou-porque-a-africa-nao-e-elisio-macamo-introducao.html>

MACAGNO, Lorenzo. Lendo Marx “pela segunda vez”: experiência colonial e a construção da nação em Moçambique. IV Colóquio Marx e Engels, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas. 2005.

MACAGNO, Lorenzo. Do assimilacionismo ao multiculturalismo: Educação e representação sobre a diversidade cultural em Moçambique. UFRJ – Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro 2000.

MACAMO, Elísio. A transição política em Moçambique. Centro de Estudos Africanos – Instituto das Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa 2002.

MACAMO, Elísio. Aquino de Bragança, estudos africanos e interdisciplinaridade. In. SILVA, Tereza Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (Orgs). *Como fazer ciências sociais e humanas em África: Questões epistemológicas, metodológicas teóricas e políticas*. Dakar: CODESRIA. 2012. p. 63-73.

MAZRUI, Ali A. “Procurai primeiramente o reino político...” In. *História Geral da África*. vol. VIII. MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe (editores) Brasília: UNESCO, 2010. p. 125-149.

MENEZES, Maria Paula. Uma perspectiva cosmopolita sobre os estudos africanos: a lembrança e a marca de Aquino de Bragança. In. SILVA, Tereza Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (Orgs). *Como fazer ciências sociais e humanas em África: Questões epistemológicas, metodológicas teóricas e políticas*. Dakar: CODESRIA. 2012. p.85-108.

- MONDLANE, Eduardo. Lutar por Moçambique. Maputo: Coleção nosso chão. 1995.
- MOSCA, João. Economia de Moçambique século XX. Lisboa: Instituto Piaget. 2005.
- MOORE, Carlos. A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. 2ª edição. Belo Horizonte: Nandyala. 2010.
- MOORE, Carlos. Racismo e Sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições. 2007.
- MUNANGA, Kabenguele; SERRANO, Carlos. A revolta dos colonizados: O processo de descolonização e as independências da África e da Ásia. São Paulo: Atual. 1995. – (Historia geral em documentos)
- MUSSALIN, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. v. 2. 9 ed. (edição revista e ampliada). São Paulo: Cortez editora. 2012. p. 112-161.
- NEWITT, Malyn. História de Moçambique. Lousã: Publicações Europa-América. 2012.
- POSSENTI, Sirio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos. v. 3. 2 ed. São Paulo: Cortez editora. 2005. p. 353-392.
- SILVA, Tereza Cruz e. O lugar das Ciências Sociais como motor de mudança: o caso de Moçambique. Marrocos: XIIIª Assembléia Geral da CODESRIA. 2011.
- SILVA, Tereza Cruz e. Aquino de Bragança e as reflexões e respostas sobre a produção do conhecimento e as ciências sociais em África: Moçambique, lições aprendidas, lições esquecidas? In: SILVA, Tereza Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (Orgs.). Como fazer ciências sociais e humanas em África: Questões epistemológicas, metodológicas teóricas e políticas. Dakar. CODESRIA. 2012. p. 75-84.
- SPINK, Mary Jane. O discurso como produção de sentido. *Coletâneas da Anpepp*, no. 10. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, 1996.
- ORLANDI, Eni P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. *Estudos da língua(gem)* v.1, n.1, p. 9-13, junho 2015.

OBENGA, Théophile. O sentido da luta contra o africanismo eurocentrista. Mulemba; Mangualde. Luanda: Pedagô. 2013.

ORLANDI, Eni P. Análise do discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes. 2007.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas: UNICAMP. 1997. p. 61-161 (Coleção Repertórios).

PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp. 1995.

PEIXOTO, Maria E. G.; ALENCAR, Claudiana N.; FERREIRA, Ruberval. O objeto da ideologia na teoria crítica do discurso. Linguagem em (Dis)curso. Tubarão. SC. Vol. 18. N 1. Jan/abr. 2018 p. 215-233.

RODNEY, Walter. A economia colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (editor). História Geral da África. vol. VII. Brasília: UNESCO. 2010. p. 376-399.